

GEOGRAFIA – LICENCIATURA – EAD
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

CAMPUS DE SÃO BORJA

UAB/UNIPAMPA/2020

Dezembro/2020

Ministério da Educação
Universidade Federal do Pampa

Reitor: Dr. Roberlaine Ribeiro Jorge

Vice-Reitor: Dr. Marcus Vinicius Morini Querol

Pró-Reitor de Graduação: Dr. Pedro Daniel da Cunha Kemerich

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação: Dr. Fábio Gallas Leivas

Pró-Reitora de Extensão e Cultura: Dr. Paulo Rodinei Soares Lopes

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários: Dr. Edward Frederico Castro Pessano

Pró-Reitor de Administração: Fernando Munhoz da Silveira

Pró-Reitor de Planejamento e Infraestrutura: Dr^a. Viviane Kanitz Gentil

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas: Dr. Charles Quevedo Carpes

Coordenador da UAB/UNIPAMPA: Nelson Francisco Serrão Júnior

Diretor do Campus São Borja: Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Coordenador Acadêmico do Campus São Borja: Dr. Muriel Pinto

Coordenador Administrativo do Campus São Borja: Bel. Luís André Padilha

Coordenadora do Curso: Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira

Organização e elaboração do projeto:

1- Da Reitoria

Reitor: Dr. Roberlaine Ribeiro Jorge

Vice-Reitor: Dr. Marcus Vinicius Morini Querol

2- Da Pró-Reitoria de Graduação

2.1 Coordenação e orientação geral

Dr. Pedro Daniel da Cunha Kemerich– Pró-Reitor de Graduação

Dr.^a Shirley Grazieli da Silva Nascimento– Pró-Reitora Adjunta de Graduação

Dr. Mateus Guimarães da Silva– Coordenadoria de Desenvolvimento Avaliação e Creditação

Dr.^a. Isaphi Marlene Jardim Alvarez– Divisão de Planejamento e Desenvolvimento - Setor de Projetos Pedagógicos de Curso – Revisores/PROGRAD

Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Geografia Licenciatura EAD:

Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira

Dr.^a Marilu Angela Campagner May

Dr. Muriel Pinto

Dr.^a Nola Patrícia Gamalho

Dr. Sidnei Luís Bohn Gass

Dr.^a Gabriela Dambros

Dr. Gabriel dos Santos Kehler

Dr. Mauricio aires Vieira

Comissão de Curso –Geografia Licenciatura EAD:

Dr.^a Adriana Cantini

Me. Camila de Almeida Silva

Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira

Dr. Edson Romário Paniágua

Me. Emerson Ciocheta Robalo

Dr. Érico Amaral

Dr. Gabriel dos Santos Kehler

Dr.^a Gabriela Dambros

Dr.^a Jaqueline Carvalho Quadrado

Dr.^a Juliana Lima Moreira Rhoden

Me. Luana Caroline Kunast Polon

Dr.^a Maria Catharina Lima Pozzebon

Dr.^a Marilu Angela Campagner May

Dr. Maurício Aires Vieira

Dr. Muriel Pinto

Dr.^a Nola Patrícia Gamalho

Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Dr. Sávio Domingos

Dr. Sidnei Luís Bohn Gass

Dr. Victor da Silva Oliveira

Técnico de Tecnologia da Informação:

Mateus Silva de Medeiros

Assistentes em Administração

Marilice Cortes

Geison T. R. Jardim

Equipe de Elaboração do PPC

Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira

Dr. Gabriel dos Santos Kehler

Dr.^a Gabriela Dambros

Dr. Leandro Lied

Me. Luana Caroline Kunast Polon

Dr. Muriel Pinto

Me. Marilice Cortes

Dr.^a Marilu Angela Campagner May

Dr. Maurício Aires Vieira

Dr.^a Nola Patrícia Gamalho

Dr. Ronaldo Colvero

Dr. Sidnei Luís Bohn Gass

PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA EAD**

São Borja, dezembro, 2020.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização dos polos de oferta do curso de Geografia Licenciatura EAD.....54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População total, urbana e rural de 2000 e 2010.....	33
Tabela 2- Dados IDEB.....	34

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Trabalho escrito.....	67
Quadro 2- Defesa oral.....	67
Quadro 3- Nota final.....	68
Quadro 4- Atividades de Ensino.....	84
Quadro 5- Atividades de Pesquisa.....	84
Quadro 6- Atividades de Extensão.....	85
Quadro 7- Atividades de culturais, artísticas, sociais e de gestão.....	86
Quadro 8 – CCCGs.....	89
Quadro 9- Matriz curricular do curso de Geografia.....	90
Quadro 10- Integralização curricular.....	91
Quadro 11- Componentes e docentes.....	147
Quadro 12- Qualificação e experiências acadêmicas da equipe docente; e de apoio multidisciplinar.....	149
Quadro 13- Quadro 12 -Dados Quantitativos do Acervo por Área do Conhecimento (CNPq).....	169
Quadro 14- Infraestrutura dos polos.....	171
Quadro 15- Tutores presenciais.....	188
Quadro 16- Tutores a distância.....	189

SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO.....	10
APRESENTAÇÃO	12
1 CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL.....	14
1.1 UNIPAMPA: histórico de implantação e desenvolvimento da instituição	14
1.2 Políticas de ensino, pesquisa e extensão e suas respectivas atividades.....	19
1.2.1 Políticas de Ensino	19
1.2.2 Políticas de Pesquisa	23
1.2.3 Políticas de Extensão.....	26
1.3 Contexto de inserção da UNIPAMPA	30
1.3.1 Contexto dos municípios sede dos polos da inserção da UNIPAMPA.....	31
1.4 Justificativa para criação do Curso de Geografia Licenciatura EAD	34
1.5 Pressupostos legais e normativos.....	40
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	45
2.1 Concepção do Curso.....	46
2.1.1 Objetivos.....	49
2.1.1.1 Objetivo Geral:	49
2.1.1.2 Objetivos Específicos:	49
2.1.2 Perfil do Egresso	51
2.1.3 Campo de Atuação Profissional.....	53
2.2 Apresentação do curso.....	53
2.2.1 Administração Acadêmica do Campus São Borja	54
2.2.2 Comissão e Coordenação de Curso.....	55
2.2.3 Núcleo Docente Estruturante	58
2.2.4 Estrutura de atendimento aos polos	59
2.3 Titulação conferida.....	60
2.4 Do processo seletivo, da oferta de vagas, ingresso e regime de matrícula	60
2.5 Período de realização do curso	60
2.5.1 Calendário acadêmico	61
2.5.2 Carga horária e respectiva distribuição no curso	61
2.6 Formas de Ingresso	62
2.7 Organização Curricular	64

2.7.1 Requisitos para a integralização do currículo	65
2.7.2 Trabalho de Conclusão de Curso	66
2.7.3 Estágios	68
2.7.3.1 Estágio não obrigatório	72
2.7.4 Metodologias de Ensino e Avaliação	73
2.7.4.1 Práticas inovadoras na região do âmbito do curso e no contexto educacional	76
2.7.4.2 Avaliação	77
2.7.5 Prática como Componente Curricular	80
2.7.6 Atividades Complementares de Graduação.....	82
2.7.7 Componentes curriculares complementares de graduação (CCCGs)	87
2.8 Flexibilização Curricular:	88
2.9 Matriz curricular	90
2.9.1 Ementário	92
3. CORPO DOCENTE, DISCENTE E ESTRUTURA DE APOIO	145
3.1 Corpo docente	145
3.2 . Corpo Discente e estrutura de apoio	161
3.3 Infraestrutura.....	166
3.4. Infraestrutura de Apoio Acadêmico e Administrativo	170
3.5 Infraestrutura dos polos	170
4 AVALIAÇÃO.....	175
4.1 Avaliação Institucional.....	175
4.2 Auto-avaliação do curso	176
4.3 Acompanhamento de egresso	177
REFERÊNCIAS	178
APENDICE	188

IDENTIFICAÇÃO

1 - UNIVERSIDADE

- **Mantenedora:** Ministério da Educação (MEC)
- **Mantida:** Fundação Universidade Federal do Pampa
- **Lei de Criação:** Lei 11.64011, de 11 de janeiro de 2008
- **Publicação:** DOU n. 9, Seção 1, de 14/01/2008, pág. 1
- **Natureza jurídica:** Pública Federal
- **Página:** <http://www.unipampa.edu.br>

2 - ENDEREÇO

- Reitoria

Endereço: Avenida General Osório, 900, CEP 96400-100, Bagé (RS)

Fone: 55 53 3240-5400

E-mail: reitoria@unipampa.edu.br

Página: <http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/gabinete-da-reitoria>

- Pró-Reitoria de Graduação

Endereço: Avenida General Osório, 1139, CEP 96400-100, Bagé (RS)

Fone: 55 53 3240-5436 (Geral) / 55 53 32474549

E-mail: prograd@unipampa.edu.br

Página: <https://sites.unipampa.edu.br/prograd/>

- Campus São Borja

Curso: Geografia Licenciatura EAD

Endereço: Rua Monsenhor Patrício Petit Jean, 3295.

Fone: 55 3430 9850

E-mail: saoborja@unipampa.edu.br

Página: http://porteiros.unipampa.edu.br/saoborja/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1

- Dados de Identificação

- 1) Área do conhecimento: Ciências Humanas
- 2) Nome: Geografia Licenciatura EAD
- 3) Unidade Acadêmica: São Borja
- 4) Grau: Licenciatura
- 5) Titulação: Licenciado (a) em Geografia
- 6) Integralização: 8 semestres

- 7) Carga horária total: 3410 horas
- 8) Modalidade: a distância
- 10) Duração do curso em semestres (mínima e máxima): Mínimo 8 semestres.
Máximo: Quanto ao tempo máximo de integralização, considerando que o curso de Geografia é ofertado pelo Sistema UAB (com ingresso de turma única), deve realizar o “repercurso”, ou seja, ofertar os componentes curriculares para integralização curricular dos acadêmicos durante o curso e/ou ao seu final (até o período de 12 meses), conforme o Art. 5º, inciso V (a) da Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017.
- 11) Periodicidade: semestral
- 12) Vagas: 900 (oferta única).
- 13) Data de início de funcionamento do curso: 12 de março de 2018.
- 14) Ingresso das primeiras turmas: 2018/01
- 15) Código e-MEC do curso: 1427496
- 16) Contato (Fone e Página web):

Fone: (55) 3430 9850

Página: <http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/geografia/>

APRESENTAÇÃO

A importância da Educação enquanto processo formativo e transformador na vida dos seres humanos é inegável, nesse sentido justifica-se a expansão da rede de universidades públicas com cursos de formação de docentes, bem como novas vagas e políticas de melhoria da qualidade de ensino. No entanto, ressalva-se não ser suficiente a oferta de curso de habilitação e formação. Urge a necessidade do comprometimento com a qualidade de ensino e com a valorização do docente tanto por parte dos órgãos governamentais como por parte das instituições formadoras, das redes de ensino básico (públicas e privadas) e da própria sociedade.

No Brasil, é possível observar nas últimas décadas, o propósito da efetivação de uma política nacional para a formação de profissionais do magistério da Educação Básica, a qual busca, através de ações como programas de incentivo às Licenciaturas, como PIBID, PRODOCÊNCIA, PARFOR, além da criação dos Fóruns das Licenciaturas das Instituições de Ensino Superior Públicas e os Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, promover a expansão de cursos de formação de professores para atuar na Educação Básica, bem como proporcionar meios que possibilitem a formação continuada desses professores, conforme aponta Decreto 8.752/16. Esses fóruns buscam discutir, de modo participativo, entre agentes da educação e representantes dos Governos Federal, Estadual e Municipal, questões que tangem a formação inicial e continuada de professores, bem como aspectos que permeiam a prática pedagógica docente.

Além da atenção dedicada à formação docente, observa-se a orientação e os investimentos à realização de pesquisas no âmbito educacional, especialmente aquelas que buscam mapear o perfil, as demandas e os processos de formação do professor da Educação Básica, buscando com tais informações estabelecer com as universidades e as redes de ensino básico, propostas de criação de cursos de licenciatura plena, formação continuada do professorado e de melhorias dos recursos de infraestrutura, envolvendo espaços físicos e materiais requeridos pelos sistemas de ensino.

Outra orientação pertinente às políticas de educação está direcionada à construção e ao desenvolvimento de propostas pedagógicas interdisciplinares, por parte das Instituições de Ensino e dos docentes, que visam os processos de ensino e de aprendizagem, de forma significativa, fundamentados nos princípios éticos, humanos, de justiça e de sustentabilidade social, objetivando preparar o sujeito para atuar de forma

crítica e esclarecida, em um contexto permeado por constantes transformações sociais, culturais, políticas, científicas e tecnológicas.

Tais ações governamentais e de entidades científicas nacionais têm por propósito superar uma das fragilidades do sistema educacional brasileiro, que é o reconhecimento de que muitos professores que atuam na Educação Básica não possuem curso de Licenciatura, de graduação plena, representando, desse modo, demandas por cursos de formação inicial e continuada aos sistemas de ensino competentes.

Portanto, a partir da atual realidade e buscando atender aos documentos oficiais que regem a educação nacional, entre eles: o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 13.005/14), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/1996); e as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP 01/02, Resolução CNE/CP 02/02, CNE/CP 02/2019). Os governos vêm intervindo nessa questão com tentativas que possibilitem que os professores prossigam nos seus estudos, através do ingresso em cursos de Licenciatura, presenciais ou na modalidade a distância, de modo a garantir a qualidade da Educação Básica brasileira e uma formação específica para nela atuar plenamente. De igual modo, se reconhece a importância da concretização de programas, bem como incentivo à pesquisa (CNE/CP 02/2019), à extensão e à pós-graduação na área da Educação.

A UNIPAMPA, na condição de agente interveniente no contexto educacional, político e social-econômico, tem em seus objetivos institucionais oportunizar cursos de graduação com grau de licenciatura, cursos de formação continuada, cursos de pós-graduação, a pesquisa e a extensão na área de educação, com vistas a influenciar na formação de atitudes que proporcionem o acesso e o desenvolvimento do conhecimento.

Os cursos de Licenciatura da UNIPAMPA devem estar em consonância com as diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica e para a formação do profissional da educação, reflexivo, agente ativo de seu saber, com competências e habilidades para atuar na Educação Básica e na Educação Profissional e Tecnológica, atento à atual conjuntura brasileira, ao contexto mundial e à sustentabilidade social, bem como ser profissional capaz de criar desafios, problematizar/construir saberes, pautando-se pela ética e pelo respeito às individualidades, interagindo por meio das tecnologias de informação e de comunicação, valorizando as características regionais, as identidades culturais, a educação ambiental, as pessoas com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais.

Nesse contexto é que se faz a proposta da oferta do Curso de Geografia Licenciatura EAD, que é estruturada a partir dos seguintes itens: Contextualização Institucional, Concepção do Curso, Organização didático-pedagógica, recursos e avaliação.

1 CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 UNIPAMPA: histórico de implantação e desenvolvimento da instituição

A Fundação Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), criada por meio da Lei 11.640, de 11 de janeiro de 2008, é uma fundação pública vinculada ao Ministério da Educação com o objetivo de ministrar Ensino Superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento socioeconômico e educacional edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas. A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolem as barreiras da regionalização, lançando-a cada vez mais para territórios globalizados.

Nesse sentido, a UNIPAMPA, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

Conforme o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023, o reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nessa mesma ocasião, foi anunciado o Consórcio Universitário da Metade Sul, responsável, no primeiro momento, pela implantação da nova Universidade. Em 22 de novembro de 2005, esse consórcio foi firmado mediante a assinatura de um Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), prevendo a ampliação da Educação Superior no Estado.

Coube à UFSM implantar os *campi* nas cidades de São Borja, Itaqui, Alegrete, Uruguaiana e São Gabriel e, à UFPel, os *campi* de Jaguarão, Bagé, Dom Pedrito, Caçapava do Sul e Santana do Livramento. As instituições componentes do consórcio foram responsáveis pela criação dos primeiros cursos da futura Instituição, sendo estes: *Campus* Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica; *Campus* Bagé: Engenharia de Produção, Engenharia de Alimentos, Engenharia Química, Engenharia de Computação, Engenharia de Energias Renováveis e de Ambiente, Física - Licenciatura, Química - Licenciatura, Matemática - Licenciatura, Letras – Licenciatura (Português e Espanhol), Letras – Licenciatura (Português e Inglês); *Campus* Caçapava do Sul: Geofísica; *Campus* Dom Pedrito: Zootecnia; *Campus* Itaqui: Agronomia; *Campus* Jaguarão: Pedagogia e Letras – Licenciatura (Português e Espanhol); *Campus* Santana do Livramento: Administração; *Campus* São Borja: Comunicação Social – Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda e Serviço Social; *Campus* São Gabriel: Ciências Biológicas - Licenciatura e Ciências Biológicas - Bacharelado, Engenharia Florestal e Gestão Ambiental; *Campus* Uruguaiana: Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia; totalizando 29 cursos de graduação.

Em setembro de 2006, as atividades acadêmicas tiveram início nos *campi* vinculados à UFPel e, em outubro do mesmo ano, nos *campi* vinculados à UFSM. Para dar suporte às atividades acadêmicas, as instituições componentes do consórcio realizaram concursos públicos para docentes e técnico-administrativos em educação, além de desenvolverem e iniciarem a execução dos projetos dos prédios de todos os *campi*. Nesse mesmo ano, entrou em pauta no Congresso Nacional o Projeto de Lei número 7.204/06, que propunha a criação da UNIPAMPA.

Em 16 de março de 2007, foi criada a Comissão de Implantação da UNIPAMPA, que teve seus esforços direcionados para constituir os primeiros passos da identidade dessa nova Universidade. Para tanto, promoveu as seguintes atividades: planejamento da estrutura e funcionamento unificados; desenvolvimento profissional de docentes e

técnico-administrativos em educação; estudos para o projeto acadêmico; fóruns curriculares por áreas de conhecimento; reuniões e audiências públicas com dirigentes municipais, estaduais e federais, bem como com lideranças comunitárias e regionais, sobre o projeto de desenvolvimento institucional da futura UNIPAMPA. Assim, em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º: A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação *multicampi* na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

No momento de sua criação, a UNIPAMPA já contava com 2.320 alunos, 180 servidores docentes e 167 servidores técnico-administrativos em educação. Ainda em janeiro de 2008, foi dado posse ao primeiro reitorado que, na condição *pro tempore*, teve como principal responsabilidade integrar os *campi* criados pelas instituições componentes do consórcio que deu início às atividades dessa Instituição, constituindo e consolidando-os como a Universidade Federal do Pampa. Nessa gestão foi constituído provisoriamente o Conselho de Dirigentes, integrado pela Reitora, Vice-Reitor, Pró-Reitores e os Diretores de *campus*, com a função de exercer a jurisdição superior da Instituição, deliberando sobre todos os temas de relevância acadêmica e administrativa. Ainda em 2008, ao final do ano, foram realizadas eleições para a Direção dos *campi*, nas quais foram eleitos os Diretores, Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores Administrativos.

Em fevereiro de 2010, foi instalado o Conselho Universitário (CONSUNI), cujos membros foram eleitos ao final do ano anterior. Composto de forma a garantir a representatividade da comunidade interna e externa com prevalência numérica de membro eleitos, o CONSUNI, ao longo de seu primeiro ano de existência, produziu um amplo corpo normativo. Dentre outras, devem ser destacadas as resoluções que regulamentam o desenvolvimento de pessoal; os afastamentos para a pós-graduação; os estágios; os concursos docentes; a distribuição de pessoal docente; a prestação de serviços; o uso de veículos; as gratificações relativas a cursos e concursos; as eleições universitárias; a colação de grau; o funcionamento das Comissões Superiores e da Comissão Própria de Avaliação. Visando dar cumprimento ao princípio de publicidade, as reuniões do CONSUNI são transmitidas, ao vivo, por Internet, para toda a Instituição, e as resoluções, pautas e outras informações são publicadas na página *web* :<http://novoportal.unipampa.edu.br/novoportal/>.

No final do ano de 2015, realizou-se a segunda eleição de reitorado da Universidade e, no final do ano de 2016, eleições para o segundo mandato dos dirigentes dos campi e coordenadores de cursos. No esforço de ampliar as ações da Universidade, em face de seu compromisso com a região onde está inserida, foram criados, nos últimos anos mais cursos, sendo que hoje há 65 cursos presenciais e 4 a distância. Sendo estes: Campus Alegrete: Ciência da Computação, Engenharia Agrícola, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia de Software e Engenharia de Telecomunicações (bacharelados); Campus Bagé: Engenharia de Alimentos, Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Engenharia de Produção, Engenharia Química (Bacharelados); Física, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras - Línguas Adicionais: Inglês, Espanhol e Respectivas Literaturas, Matemática, Música e Química (Licenciaturas). Campus Caçapava do Sul: Ciências Exatas (Licenciatura), Engenharia Ambiental e Sanitária, Geofísica, Geologia (Bacharelados); Mineração (Tecnológico). Campus Dom Pedrito: Agronegócio (Tecnológico); Ciências da Natureza e Educação do Campo (Licenciaturas); Enologia e Zootecnia (Bacharelados). Campus Itaqui: Agronomia, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia Cartográfica e de Agrimensura, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Nutrição (Bacharelados); Matemática (Licenciatura). Campus Jaguarão: Gestão de Turismo (Tecnológico); História, Letras - Espanhol e Literatura Hispânica, Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa, Letras - Português EaD Institucional-UAB, Pedagogia, Pedagogia EaD - UAB (Licenciaturas), Produção e Política Cultural (Bacharelado). Campus Santana do Livramento: Administração, Administração Pública EaD-UAB, Ciências Econômicas, Direito, Gestão Pública e Relações Internacionais (Bacharelados). Campus São Borja: Ciências Humanas e Geografia EaD/UAB (Licenciaturas); Ciências Sociais - Ciência Política, Comunicação Social, Direito, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e Serviço Social (Bacharelados). Campus São Gabriel: Biotecnologia, Ciências Biológicas Engenharia Florestal e Gestão Ambiental (Bacharelados); Ciências Biológicas (Licenciatura). Campus Uruguaiana: Aquicultura (Tecnológico); Ciências da Natureza, Educação Física (Licenciaturas); Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina e Medicina Veterinária (Bacharelados).

A instituição também oferece cursos de pós-graduação, em nível de especializações, mestrados e doutorados. Conforme dados da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (PROPPI), atualmente, na UNIPAMPA, encontram-se em

funcionamento 27 programas de pós-graduação “lato sensu” (especialização) e 25 programas de pós-graduação “stricto sensu” (mestrado e doutorado).

Os cursos de especialização ofertados são:

Campus Alegrete: Engenharia Econômica. Campus Bagé: Educação e Diversidade Cultural; Modelagem Computacional em Ensino, Experimentação e Simulação. Campus Caçapava do Sul: Gestão e Educação Ambiental; Educação Científica e Tecnológica. Campus Dom Pedrito: Enologia; Produção Animal; Agronegócio; Ensino de Ciências na Educação do Campo; Produção Animal; Ensino de Ciências da Natureza: práticas e processo formativo. Campus Itaqui: Ciências Exatas e Tecnologia; Produção Vegetal. Campus Jaguarão: Gestão da Educação Básica: articulação entre o político e o pedagógico; Ensino de História. Campus Santana do Livramento: Relações Internacionais Contemporâneas. Campus São Borja: Práticas de Comunicação Não Violenta e Cultura da Paz; Políticas de Atenção a Crianças e Adolescentes em situação de violência; Políticas e Intervenção em Violência Intrafamiliar. Campus São Gabriel: Educação: Práticas de Ensino Interdisciplinares. Campus Uruguaiana: História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena; Educação Ambiental; Neurociência Aplicada à Educação; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Urgência e Emergência; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Coletiva; Programa de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva; Programa de Residência Integrada em Medicina Veterinária. A oferta desses cursos contemplou, também, o turno da noite em todos os *campi*, contribuindo para a ampliação do acesso ao Ensino Superior e a expansão deste nível de ensino na região de abrangência da Universidade.

Os cursos de stricto sensu, são: Campus Alegrete: Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica; Mestrado Acadêmico em Engenharia; Mestrado Profissional em Engenharia de Software. Campus Bagé: Mestrado Acadêmico em Computação Aplicada; Mestrado Profissional em Ensino de Ciências; Mestrado Profissional em Ensino de Línguas; Mestrado Acadêmico em Ensino, Mestrado Acadêmico em Ciência e Engenharia de Materiais. Campus Caçapava do Sul: Mestrado Profissional em Tecnologia Mineral; Mestrado Profissional em Educação Matemática. Campus Jaguarão: Mestrado Profissional em Educação. Campus Santana do Livramento: Mestrado Acadêmico em Administração. Campus São Borja: Mestrado Profissional em Políticas Públicas; Mestrado Profissional em Comunicação e Indústria Criativa. Campus

São Gabriel: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciências Biológicas Campus Uruguaiana: Mestrado e Doutorado Acadêmico em Bioquímica; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Ciência Animal; Mestrado Acadêmico em Ciências Farmacêuticas; Mestrado e Doutorado em Ciências Fisiológicas; Mestrado e Doutorado Acadêmico em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde.

O crescimento da UNIPAMPA pode ser observado através do aumento do número de matrículas no ensino de graduação, que passou de 1.527 alunos no ano de 2006, para 12.225 em 2020. Da mesma forma com relação ao ensino de pós-graduação, que ampliou de 50 alunos matriculados no ano de 2008 para 1.240 no ano de 2020. Também são relevantes os números relacionados ao corpo de servidores docentes e técnico-administrativos em educação. Em 2008, havia 237 professores e 148 técnicos. No final de 2016, integram a Universidade, 933 docentes e 898 técnico-administrativos.

Em relação ao campus São Borja, sede do curso ofertado, ele está constituído por 67 docentes, 40 técnicos administrativos e 24 servidores terceirizados, de 1033 alunos de graduação e 68 de pós-graduação. Na graduação, oferece os cursos de Ciências Humanas- Licenciatura; Ciências Sociais – Ciência Política, Jornalismo, Comunicação Social – Publicidade e Propaganda; Relações Públicas, Direito e Serviço Social- bacharelados. A pós-graduação oferta dois mestrados profissionais Políticas Públicas e Indústria Criativa.

1.2 Políticas de ensino, pesquisa e extensão e suas respectivas atividades

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019/2023), as políticas de ensino, pesquisa e extensão da UNIPAMPA devem levar à formação de um egresso crítico, com autonomia intelectual construída a partir da interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Que a interação entre estas políticas possibilite que os profissionais formados façam uma leitura crítica da realidade e, a partir desta leitura, operem transformações positivas na sociedade em que estiverem inseridos. Neste contexto é que estarão enquadradas as atividades de ensino, pesquisa e extensão do Curso de Geografia Licenciatura EAD.

1.2.1 Políticas de Ensino

Conforme PDI (2019/2023, p.27-29), a política de ensino fundamenta-se no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, orientando-se pela Constituição Federal, em seu art. 207: “As universidades gozam de autonomia didático científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988).

Seguindo esse princípio, o ensino é uma das missões institucionais importantes para a produção de conhecimento, educação e formação do estudante cidadão e profissional, atuando estrategicamente vinculado a pesquisa e extensão, na graduação e na pós-graduação, de acordo com as características de uma universidade, expressas no art. 52 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Considerando essas premissas legais e as características institucionais e da região, podemos destacar concepções mais abrangentes de desenvolvimento de ensino, tais como conhecimento, formação humana, cidadania, valores éticos e transformação social, que permeiam o perfil de egresso com sólida formação acadêmica generalista, emancipatória e humanística, o qual fomenta o exercício da reflexão e da consciência acerca da relevância pública e social dos conhecimentos, das competências, das habilidades e dos valores adquiridos na vida universitária, inclusive sobre os aspectos éticos envolvidos. Em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional e da concepção de formação acadêmica, o ensino deve ser pautado pelos seguintes princípios específicos:

- *Formação cidadã*, que atenda o perfil do egresso autônomo, participativo, responsável, crítico, pesquisador, criativo, ético, reflexivo, comprometido com o desenvolvimento e capaz de agir e interagir num mundo globalizado;
- *Compromisso com a articulação entre educação básica e educação superior*, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas e da extensão de forma que aproximem os dois níveis acadêmicos;
- *Qualidade acadêmica*, traduzida na coerência, na estruturação dos currículos em sintonia com as demandas da educação superior nacional e internacional, na flexibilidade, acessibilidade e inovação das práticas pedagógicas, na avaliação e no conhecimento pautado na ética e comprometido com os interesses da sociedade;
- *Universalidade de conhecimentos e concepções pedagógicas*, valorizando a multiplicidade, interculturalidade, multi e interdisciplinaridade de saberes e práticas, e a apreensão de conceitos e paradigmas inovadores, como forma de possibilitar ao indivíduo

o pleno exercício da cidadania responsável, assim como a qualificação profissional, condições indispensáveis para sua inserção e ascensão na sociedade;

- *Autonomia e aprendizagem contínua*, como centro do processo educativo, a partir de uma pedagogia que promova o protagonismo do aluno e sua participação ativa na vida acadêmica;

- *Equidade de condições* para acesso, permanência e sucesso no âmbito da educação superior, considerando-a como bem público e direito universal do cidadão, capaz de contribuir para a redução de desigualdades sociais, regionais e étnico-culturais;

- *Inovação pedagógica*, que reconhece formas interculturais de saberes e experiências, objetividade e subjetividade, teoria e prática, cultura e natureza, gerando novos conhecimentos;

- *Extensão como eixo da formação acadêmica*, garantindo a articulação, por meio da sua inserção na matriz curricular dos cursos de graduação, fortalecendo a relação entre a teoria e a prática profissional com potencial de inserção na sociedade e, especialmente, na comunidade regional;

- *Pesquisa como princípio educativo*, como referência para o ensino na graduação e na pós-graduação, em que a pesquisa e a inovação atendam demandas regionais, assim como a internacionalização seja um eixo presente em ambos os níveis;

- *Institucionalização da mobilidade acadêmica nacional e internacional*, na forma de intercâmbios, estágios e programas de dupla titulação, tendo a internacionalização presente com eixo norteador em nível de graduação e pós-graduação;

- *Inserção internacional* desenvolvendo uma *política linguística* no nível de graduação, pós-graduação e gestão, por meio do ensino de língua inglesa, sem fragilizar o contexto regional de fortalecimento da língua portuguesa, espanhola, LIBRAS, mandarim e línguas minoritárias. Considerando os princípios de ensino definidos, a UNIPAMPA é desafiada a desenvolver continuamente: a qualidade do ensino e a gestão democrática, de modo a superar fragilidades e riscos, por meio da formação continuada do corpo docente e técnico-administrativo em educação; a revisão e atualização dos projetos pedagógicos de curso; o estímulo de práticas que envolvam metodologia ativa; o fortalecimento das tecnologias da informação e da comunicação e das especificidades da Educação a Distância, integrando as modalidades de ensino. Esses desafios acompanham a garantia da qualidade da educação em cada uma das atividades fins: ensino, pesquisa e

extensão, assim como o desenvolvimento das práticas profissionais e sociais, considerando a estrutura acadêmica de uma universidade *multicampi*.

Dentre as ações de ensino, destacam-se os trabalhos de campo realizados com professores, tutores e alunos em locais dos respectivos municípios ou arredores. O Planetário da UNIPAMPA realizou ações em todos os polos, com sessões de astronomia para alunos do curso e comunidades locais e curso para os alunos de Geografia Licenciatura EAD. Projetos de ensino, como o projeto “Produção de Material didático em Geografia”. As ações desenvolvidas nos próprios polos, como palestras, seminários. O curso também prevê a realização de seminários próprios, como o Seminário Nacional de Geografia: novos horizontes através da educação a distância, realizado no ano de 2018 em São Borja. Para complementar, os polos realizarem diversas atividades, como segue:

Cacequi desenvolveu as atividades de: Feira do Livro; Curso de Formação Continuada (ministrado pela SMED); Curso de Educação Ambiental.

Gramado realizou atividades: Curso de Fluência Digital; Viagens de Estudos; visita à feira do livro em Porto Alegre; Palestras sobre ensino; Saraus literários; Oficina de imagem.

Arroio dos Ratos desenvolveu: Oficina de Cartografia; Trabalho de campo no Museu do Carvão; Semana Acadêmica.

Agudo desenvolveu: 6º Jornada Acadêmica e 9º Seminário de Educação do Polo Agudo; Palestras (existências humanas e auto realização; construção do Projeto Político Pedagógico); Seminário Estadual de Educação do Séc. XXI; Grupo de estudos.

Panambi desenvolveu atividades de: Oficina Pedagógica de Coruja; Noite de Libras; Mini-cursos: Sonologia histórica do latim; Plágio e escrita acadêmica; Palestras: Aspectos linguísticos e geográficos do latim; Turismo pedagógico; Ética e felicidade para uma vida boa; Empreendedorismo e liderança; Reflexões contemporâneas sobre educação; Desafios e possibilidades de tornar-se professor; Direito da pessoa com deficiência em contextos escolares; Oficina de libras.

Restinga Sêca desenvolveu: 3º Jornada integrada de educação para o futuro: protagonismo, liderança e empatia.

Rosário do Sul desenvolveu: 8º Semana Acadêmica do polo UAB Rosário do Sul.

Sobradinho desenvolveu : Participação do desfile cívico 7 de setembro de 2018; Oficina do Projeto saberes sobre a autogestão e aprendizagem: Contribuições da educação para o rendimento acadêmico e profissional; 16º Jornada pedagógico – formação

acadêmica; Educação no Campo: resignificando saberes para o cenário educacional no século XXI; Educação escolar inclusiva; Grupo de estudos e acompanhamento do projeto revitalizando espaços; Palestra arborização e manejo; roda de conversa sobre jardinagem; Ações de cuidado com plantio de mudas; Sábado cultural; Participação no evento você e a paz; Jornada Acadêmica Municipal; Isolamento social versus interação social; Tecnologias digitais para educação: construindo possibilidades de interação e colaboração; 1º Ciclo de palestras Girassol.

Faxinal do Soturno desenvolveu 1º Primeira Jornada interdisciplinar de formação de professores em educação patrimonial - GEOPARK 4º colônia; Curso de BNCC do ensino médio: ciências humanas; Curso BNCC e a gestão escolar; Curso BNCC nos anos finais do ensino fundamental: ensino religioso; Curso de BNCC dos anos finais de ensino: geografia; Curso BNCC dos anos Finais do ensino fundamental – história; Curso de aplicação do pensamento computacional para os anos finais do ensino fundamental; capacitação para conselheiros de políticas públicas; curso de introdução ao pensamento computacional; Seminário Estadual de Educação no Século XXI: colaborar, inspirar, compartilhar e transformar; palestra de competências profissionais, emocionais e tecnológicas para tempos de mudanças; Curso de Formação de Professores; Curso de Formação Continuada; 6º Jornada Acadêmica e 9º Seminário de educação; Ciclo de debates IFFAR: entendendo a política no século XXI.

As horas descritas acima correspondem às alternativas de realização da carga horária de ACGs, sendo que as mesmas são de escolha do graduando.

1.2.2 Políticas de Pesquisa

Conforme PDI (2019/2023, p.29-31) as atividades de pesquisa são direcionadas à produção de conhecimento, associando estratégias didáticas e metodológicas que envolvam professores, técnico-administrativos, acadêmicos de graduação e de pós-graduação. Para viabilizar processos que promovam a interação entre docentes, discentes e técnico administrativos são incentivadas práticas, como a formação de grupos de pesquisa institucionais e a participação de pesquisadores e discentes em redes de pesquisa associadas a órgãos nacionais e internacionais. Além desses, os Projetos Pedagógicos dos Cursos, em sua quase totalidade, atuam na realização de trabalhos de conclusão, que demandam dos acadêmicos competências e habilidades inerentes à pesquisa em diferentes

áreas, abordagens diversas e objetivos preocupados com a relevância social dos projetos desenvolvidos. Desse modo, os egressos saem dos cursos tendo experienciado vivências inerentes aos projetos de pesquisa, o que, para muitos, acaba sendo uma experiência decisória nas suas trajetórias profissionais. O processo de pesquisa, articulado com outros componentes curriculares, contribui para aprendizagens, como a busca de alternativas para a solução de problemas, o estabelecimento de metas, a criação e a aplicação de modelos, a produção, a redação e a difusão dos resultados, compartilhando conhecimento científico. A construção da relação da pesquisa com o ensino e a extensão contribui para uma leitura contínua e crítica da realidade. A pesquisa acadêmica, muitas vezes, demanda recursos que são distribuídos por órgãos de fomento, cujo orçamento tem sido reiteradamente afetado pelo cenário das contas públicas, forçando o aumento de critérios seletivos. Nesse contexto, as políticas de gestão precisam considerar as demandas atuais, planejando estratégias que aproximem os pesquisadores de todos os *campi* na busca do compartilhamento de recursos e do saber. Por meio de editais e chamadas internas, lançados anualmente, objetiva-se suprir a falta de recursos externos de fomento à pesquisa científica e tecnológica na Universidade. A UNIPAMPA tem, desde 2009, aumentado gradualmente o número de bolsas oferecidas tanto por meio de fomento externo com financiamento CNPq e FAPERGS quanto com financiamento da Instituição, voltadas ao fomento de ações de iniciação à pesquisa científica, tecnológica e inovação na Universidade. Estes são sendo os principais programas:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UNIPAMPA;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas PIBIC/AF/CNPq/UNIPAMPA;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação PIBITI/CNPq/UNIPAMPA;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio PIBIC/EM/UNIPAMPA;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica PROBIC/FAPERGS/UNIPAMPA;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação PROBITI/FAPERGS/UNIPAMPA. Além desses editais de fomento externo, foram lançados editais de Apoio a Grupos de Pesquisa (AGP), Apoio à Pós-Graduação

(APPG) e Apoio à Inovação (INOVAPAMPA). A formação, a consolidação e a integração entre os grupos de pesquisa na Universidade também são objetivos da Instituição. Entre os objetivos da pesquisa, está o fortalecimento da ciência, tecnologia, inovação e do empreendedorismo, visando a ações que promovam o constante diálogo em prol do desenvolvimento sustentado, respeitando princípios éticos, incentivando as diferentes áreas do conhecimento para que possibilitem a projeção da Instituição no plano nacional e internacional. Em consonância com os princípios gerais do Plano de Desenvolvimento Institucional e da concepção de formação acadêmica, a pesquisa e a pós-graduação serão pautadas pelos seguintes princípios específicos:

- Formação de recursos humanos voltados para o desenvolvimento científico e tecnológico;
- Difusão da prática da pesquisa no âmbito da graduação e da pós-graduação;
- Produção científica pautada na ética e no desenvolvimento sustentável e regional;
- Incentivo a programas de colaboração em redes de pesquisa nacional e internacional; e
- Viabilização de programas e projetos de cooperação técnico-científicos e intercâmbio de docentes no País e no exterior, por meio de parcerias com instituições de pesquisa e desenvolvimento. A inovação deve promover e impulsionar o empreendedorismo tecnológico e a transferência de tecnologia gerada na Instituição, além de propiciar ao futuro egresso a internalização da cultura inovadora através de ações de busca, descoberta, experimentação, desenvolvimento e adoção de novos produtos, processos ou técnicas organizacionais capazes de agregar valor às organizações, buscando institucionalizar o setor de apoio a patentes e registros do conhecimento gerado no âmbito dos projetos de pesquisa da Universidade e também aproximar os setores primário, secundário e terciário da Universidade, promovendo parcerias que gerem: ambiente produtivo, inovador e empreendedor; fomento externo associado às pesquisas com potencial inovador; formação de recursos humanos com visão empreendedora e fortalecimento das ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas para o desenvolvimento regional. O ambiente universitário oportuniza e identifica ações de natureza empreendedora e inovadora. À medida que parcerias com o setor privado forem constituídas, novas possibilidades de aporte de recurso serão lançadas, pela participação da Universidade e de pesquisadores em editais que fomentem projetos e programas que envolvam o meio acadêmico e o meio

empresarial. Dessa forma, a Instituição posiciona-se, cada vez mais, como um vetor do desenvolvimento econômico, social e cultural regional.

A pesquisa é realizada na sua indissociabilidade com o ensino, sendo que os componentes curriculares estimulam ações de pesquisa. Os componentes de Métodos e Técnicas em Pesquisa em Geografia e Trabalho de conclusão incentivam a realização de pesquisas dos alunos. Geografia Licenciatura EAD promove também projetos de pesquisa registrados na plataforma institucional da UNIPAMPA, como a pesquisa “Espaços rurais e urbanos nos COREDES em que estão os polos de Geografia Licenciatura-EAD”; “Preservação da memória institucional no exército brasileiro: o caso da Companhia Souza Docca”.

1.2.3 Políticas de Extensão

Conforme PDI (2019-2023, p.31-34) a extensão universitária é regulamentada pela Resolução nº 104/15, que rege a concepção, o registro e a execução das ações, conforme princípios conceituais definidos no Plano Nacional de Extensão. Nessa concepção, a extensão assume o papel de promover a relação dialógica com a comunidade externa, pela democratização do acesso ao conhecimento acadêmico bem como pela realimentação das práticas universitárias a partir dessa dinâmica. Além de revitalizar as práticas de ensino, contribuindo tanto para a formação do profissional egresso como para a renovação do trabalho docente e técnico-administrativo, essa articulação da extensão gera novas pesquisas, pela aproximação com novos objetos de estudo, garantindo a interdisciplinaridade e promovendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O caráter dinâmico e significativo da vivência que se proporciona ao estudante por meio das ações de extensão exige que a própria Universidade repense a estrutura curricular existente numa perspectiva da flexibilização, que se manifesta por meio da inserção das ações de extensão na matriz curricular dos cursos de graduação, cuja política está em processo de construção na Instituição, e se encontra fundamentada na meta 12.7 do Plano Nacional de Educação e na Resolução CNE/CES nº 7/18, que regulamenta a referida meta. As estratégias de inserção das ações de extensão serão realizadas pelos cursos de graduação através de componente curricular específico, com carga horária parcial de extensão ou por meio do somatório de cargas horárias em extensão executadas em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos e prestação de serviços em diferentes

cursos e IES, no Brasil e no exterior. A partir desse contexto, a Política de Extensão e Cultura da UNIPAMPA é pautada pelos seguintes princípios:

- Valorização da extensão como prática acadêmica;
- Impacto e transformação: cada atividade de extensão da Universidade deve contribuir efetivamente para a mitigação dos problemas sociais e o desenvolvimento da região;
- Interação dialógica: as ações devem propiciar o diálogo entre a Universidade e a comunidade externa, entendido numa perspectiva de mão dupla de compartilhamento de saberes. A extensão deve promover o diálogo com movimentos sociais, parcerias interinstitucionais, organizações governamentais e privadas e, ao mesmo tempo, deve contribuir para o diálogo permanente no ambiente interno da Universidade;
- Contribuição com ações que permitam a integralização do Plano Nacional de Educação;
- Interdisciplinaridade: as ações devem buscar a interação entre componentes curriculares, cursos, áreas de conhecimento, entre os campi e os diferentes órgãos da Instituição;
- Indissociabilidade entre ensino e pesquisa: as ações de extensão devem integrar todo o processo de formação cidadã dos alunos e dos atores envolvidos. As ações indissociáveis podem gerar aproximação com novos objetos de pesquisa, revitalizar as práticas de ensino pela interlocução entre teoria e prática, contribuindo tanto para a formação do egresso como para a renovação do fazer acadêmico;
- Incentivo às atividades de cunho artístico, cultural e de valorização do patrimônio histórico, que propiciem o desenvolvimento e livre acesso à arte na região em suas variadas expressões;
- Apoio a programas de extensão interinstitucionais sob forma de consórcios, redes ou parcerias bem como apoio a atividades voltadas para o intercâmbio nacional e internacional;
- Contribuição para a formação profissional e cidadã dos discentes. Diante desses princípios, estas são Políticas de Extensão e Cultura

a) fomentar a extensão e a cultura: o fomento contínuo à extensão e à cultura é a iniciativa basilar para manutenção e desenvolvimento de todas as ações de extensão da Universidade. Além da proposição de ações integradas à comunidade externa, a consolidação de um ambiente acadêmico extensionista contribui positivamente com diversos aspectos envolvendo a formação acadêmica, humanização de relações,

reconhecimento de saberes e otimização das práticas institucionais. As ações são incentivadas por meio de editais da extensão e programas específicos, conforme normas e regulamentos vigentes. Assim, tem-se como objetivo manter os editais regularmente lançados e expandir as políticas de editais relacionadas à formação continuada na modalidade a distância e ainda o programa Universidade Aberta à Pessoa Idosa;

b) qualificar a extensão: a busca pela qualificação progressiva das ações de extensão deve permear todos os processos em que ela atua, desde a formação dos extensionistas, a contínua evolução dos editais e a melhoria dos sistemas. Especificamente, são realizadas iniciativas como curso de práticas extensionistas para servidores, calendário de reuniões com a Comissão Superior de Extensão, reuniões mensais itinerantes da extensão nos campi e participação no SEURS. A qualificação da extensão se mantém nos próximos cinco anos, através das ações já realizadas e, de forma específica, por meio de ações de formação nos campi voltadas para a concretização da inserção das ações de extensão nos cursos de graduação;

c) promover cultura e arte na Universidade e na região: a promoção de atividades artístico-culturais configura-se como uma demanda histórica da região, um aspecto importante na formação acadêmica e pessoal, e no bem-estar de todos que vivenciam a Universidade. É realizada por meio de iniciativas como descentralização de recursos para atividades culturais, Anima Campus e concursos como Artesanato do Pampa e Cor e Vida no Campus, bem como apoio a ações externas, por exemplo: Festival de Cinema, Festival Internacional Música do Pampa (Fimp) e Seminário de Extensão Universitária do Rio Grande do Sul (SEURS). Para além da manutenção dessas iniciativas, buscar-se-á, ao longo do período deste PDI, promover o debate amplo para a construção coletiva do Plano Institucional de Cultura da UNIPAMPA, seguindo um movimento nacional das IES neste sentido;

d) divulgar ações extensionistas e culturais: considerando sua vasta região e a estrutura multicampi, a comunicação e divulgação das atividades realizadas deve ser uma constante para a melhoria, visibilidade e transparência das ações de extensão e cultura. Nesse sentido, são desenvolvidas iniciativas como o informativo Em Rede, a página Institucional da PROEXT e o Planetário, além de participação no SEURS e no SIEPE. Menciona-se ainda a estruturação da própria editora e a elaboração da Revista de Extensão da UNIPAMPA, projetos em estado inicial no ano de 2018, que serão ampliados e fortalecidos no próximo quinquênio;

e) responsabilidade social, em atenção a demandas nacionais e internacionais: por meio dessa política, sustenta-se o compromisso da Universidade em ser protagonista no debate e na promoção de ações efetivas de interesse geral da comunidade ou que colaborem para promoção do bem-estar social. São exemplos de iniciativas realizadas nessa política: as ações em apoio ao movimento Eles por Elas (HeForShe) da ONU, mulheres na UNIPAMPA, o Programa Arborização Urbana e Cidadania, Universidade Aberta à Pessoa Idosa, Combate ao *Aedes aegypti*, Educação Empreendedora e Projeto Rondon. Através dessas ações, estão contempladas a promoção da igualdade de gênero na Universidade e a conscientização aos variados tipos de violência contra a mulher. De uma forma ainda mais ampla, serão abordadas questões de diversidade – incluindo-se a temática da pessoa idosa e das ações afirmativas;

f) formação continuada aos profissionais da educação básica: reconhecendo a educação básica como vetor para a promoção de uma sociedade mais justa e igualitária bem como sua importância para a mitigação de desafios históricos da região, o fomento continuado à formação desses profissionais é uma estratégia de ação visando a um efetivo impacto na realidade da educação na região em que atua. Para o próximo quinquênio, tem-se como o foco, além de manter o fomento vigente, incentivar ações na modalidade a distância a fim de ampliar o número de pessoas atingidas pelas ações de formação;

g) avaliação contínua da extensão universitária: a avaliação da extensão universitária tem um longo percurso de discussão nas instituições, que culmina na Resolução CNE/CES nº 7/18, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira. Suas bases teóricas e metodológicas foram concebidas a partir de 1999 pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Em 2015, o FORPROEX criou o Grupo de Trabalho Interinstitucional sobre Indicadores de Avaliação da Extensão, a fim de estabelecer um parâmetro nacional básico para as universidades públicas brasileiras. Com base nesse trabalho, elencam-se a seguir, os indicadores que serão utilizados na avaliação institucional, para demonstrar a evolução e os resultados da extensão e cultura no âmbito da UNIPAMPA:

- Institucionalização da extensão;
- Recursos do orçamento anual público voltado para a extensão;
- Parcerias interinstitucionais;
- Proporção de estudantes de graduação envolvidos em extensão;

- Participação de servidores na extensão;
- Ações de extensão dirigidas às escolas públicas, incluindo a formação continuada de docentes da educação básica;
- Impacto da ação de extensão na comunidade universitária

Como exemplos de projetos de extensão desenvolvidos, destacamos o projeto “Reciclando o dia a dia: promovendo cidadania”; “Projeto Geopark Quarta Colônia”; “Preservação da memória institucional no exército brasileiro: o caso da Companhia Souza Docca”.

O Polo de Sobradinho desenvolve ação de extensão denominada “Revitalizando espaços”.

1.3 Contexto de inserção da UNIPAMPA

A UNIPAMPA foi estruturada em uma região que tem por característica um processo gradativo de perdas socioeconômicas que levaram a um desenvolvimento injusto e desigual. A história de formação do Rio Grande do Sul explica parte desse processo, porque a destinação de terras para grandes propriedades rurais, como forma de proteger as fronteiras conquistadas, culminou num sistema produtivo agropecuário que sustentou o desenvolvimento econômico da região por mais de três séculos. O declínio dessa atividade e a falta de alternativas em outras áreas produtivas que pudessem estimular a geração de trabalho e renda na região levou-a, no final do século XX, a baixos índices econômicos e sociais. Em termos comparativos, destacam-se as regiões Norte e Nordeste do Estado, onde há municípios com elevados Índices de Desenvolvimento Social (IDS), ao passo que na Metade Sul estes variam de baixos a médios.

A realidade atual impõe grandes desafios. Com a produção industrial em declínio, a estrutura produtiva passa a depender, fortemente, dos setores primário e de serviços. Outros fatores, combinados entre si, têm dificultado a superação da situação atual, entre os quais se pode citar: o baixo investimento público per capita, o que reflete a baixa capacidade financeira dos municípios; a baixa densidade populacional e alta dispersão urbana; a estrutura fundiária caracterizada por médias e grandes propriedades e a distância geográfica dos centros desenvolvidos do Estado do Rio Grande do Sul, que prejudica a competitividade da produção da região. Essa realidade vem afetando fortemente a geração de empregos e os indicadores sociais, especialmente os relativos à educação e à saúde.

A região apresenta, entretanto, vários fatores que indicam potencialidades para a diversificação de sua base econômica, entre os quais ganham relevância: a posição privilegiada em relação ao MERCOSUL; o desenvolvimento e ampliação do porto de Rio Grande; a abundância de solo de boa qualidade; os exemplos de excelência na produção agropecuária; as reservas minerais e a existência de importantes instituições de ensino e pesquisa. Em termos mais específicos, destacam-se aqueles potenciais relativos à indústria cerâmica, cadeia integrada de carnes, vitivinicultura, extrativismo mineral, cultivo do arroz e da soja, silvicultura, fruticultura, alta capacidade de armazenagem, turismo, entre outros.

Sem perder sua autonomia, a UNIPAMPA deve estar comprometida com o esforço de identificação das potencialidades regionais e apoio no planejamento para o fortalecimento das mesmas, sempre considerando a preservação do Bioma Pampa nessas ações. Assim, os cursos oferecidos, a produção do conhecimento, as atividades de extensão e de assistência devem refletir esse comprometimento.

Desse modo, a inserção institucional, orientada por seu compromisso social, tem como premissa o reconhecimento de que ações isoladas não são capazes de reverter o quadro atual. Cabe à Universidade, portanto, construir sua participação a partir da integração com os atores que já estão em movimento em prol da região. Sua estrutura *multicampi* facilita essa relação e promove o conhecimento das realidades locais, com vistas a subsidiar ações focadas na região.

1.3.1 Contexto dos municípios sede dos polos da inserção da UNIPAMPA

A oferta do curso é realizada em 18 polos, englobando contextos sociais e econômicos diversos. São eles: Agudo, Arroio dos Ratos, Cacequi, Cachoeira do Sul, Camargo, Esteio, Faxinal do Soturno, Gramado, Hulha Negra, Itaqui, Panambi, Restinga Seca, Rosário do Sul, São Francisco de Paula, Sapucaia do Sul, Sobradinho, Três de Maio, Vila Flores. Estes polos estão distribuídos em sete das nove regiões funcionais do RS: Na Região 1 encontram-se os polos Esteio, Sapucaia do Sul e Arroio dos Ratos. Essa região concentra o maior contingente populacional - 41% da população do RS, sendo predominantemente urbana (95% da população da região). Corresponde a 45% do PIB estadual. Na Região 2, em que se encontram polo Sobradinho e que concentra 7% da população do Estado, sendo que desta, 68% é urbana e 32% rural. O PIB nessa região

correspondia a 7% do PIB estadual em 2012. Na Região nº 3 encontram-se os polos Vila Flores, São Francisco de Paula e Gramado. Concentra 10% da população do Estado, sendo que, desta, 87% é urbana e 13% rural. Nessa região está a Região metropolitana da Serra Gaúcha, polo de desenvolvimento industrial e econômico do Estado, e os COREDEs Hortênsias e Campos de Cima da Serra, importante polo turístico. O produto interno em 2012 foi de 12,7% do PIB Estadual, sendo 86% desse gerado no COREDE Serra (onde encontra-se apenas o polo Vila Flores). Na Região Funcional 6 encontram-se os polos de Itaqui, Rosário do Sul e Hulha Negra. Também o campus São Borja da UNIPAMPA, sede do curso de graduação. Corresponde a aproximadamente 7% da população do Estado, sendo que desta, 86% é urbana e 14% rural. Na Região Funcional 7 estão os polos Panambi e Três de Maio. Possui 7% da população do Estado, sendo que desta, 31% é rural e 69% é urbana. Nela encontra-se importante patrimônio histórico cultural e natural: Missões Jesuíticas, Parque Estadual do Turvo e o Salto do Yucumã. Na Região Funcional 8 estão os polos Faxinal do Soturno, Agudo, Cachoeira do Sul, Restinga Seca e Cacequi. Possui 7% da população do Estado, sendo que desta 81% é urbana e 19% rural. O PIB corresponde a 6% do PIB estadual. Na Região Funcional 9 está o polo Camargo. Essa região possui 10% da população do estado, sendo que deste, 71% é urbana e 29% é rural. O PIB corresponde a 9,5% do estadual.¹

Partindo de uma caracterização por municípios sede dos polos, observa-se a diversidade da área de atuação do curso de Geografia Licenciatura EAD. Pode-se identificar pela Tabela 1 que os locais englobam desde municípios pertencentes à Região Metropolitana de Porto Alegre e com elevado contingente populacional, como Sapucaia do Sul e Esteio, respectivamente com 130.947 habitantes e 80.755 habitantes, e predominantemente urbanos, até cidades pequenas. Municípios com menos de dez mil habitantes: Camargo (2.596); Vila Flores (3.207); Hulha Negra (6.043); Faxinal do Soturno (6.672). Sendo que desses, Camargo, Hulha Negra e Vila Flores possuem a população rural superior à população urbana. Municípios entre 10.000 e 20.000 habitantes: Agudo (16.722); Arroio dos Ratos (13.606); Cacequi (13.676); Restinga Sêca (15.849) e Sobradinho (14.283). Desses, apenas Agudo tem população rural superior à população urbana. Municípios de 20.000 a 80.000 habitantes: Gramado (32.273); Itaqui (38.159); Panambi (38.058); Rosário do Sul (39.707); Três de Maio (23.726).

¹ Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br>.

Na perspectiva econômica, o município que apresenta maior destaque é Camargo, com PIB per capita de R\$61.001,38, seguido por Gramado (R\$49.078,69), Panambi (R\$47.201,27), Vila Flores (R\$38.626,61). Em contrapartida, os municípios com menor PIB per capita são: Cacequi (R\$23.695,04), Rosário do Sul (R\$22.633,94), Sapucaia do Sul (R\$22.477,13) e Arroio dos Ratos (R\$16.592,98). Essas discrepâncias são decorrentes das desigualdades regionais características do Estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 1- população total, urbana e rural de 2000 e 2010.

Municípios	2000			2010		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Agudo	17455	5655	11800	16722	6889	9833
Arroio dos Ratos	13.335	12.528	807	13.606	12.956	650
Cacequi	15311	13015	2296	13676	11952	1724
Cachoeira do Sul	87873	74119	13754	83827	71700	12127
Camargo	2498	880	1618	2592	1095	1497
Esteio	80048	79961	87	80755	80643	112
Faxinal do Soturno	6841	4097	2744	6672	4175	2497
Gramado	28593	23328	5265	32273	29013	3260
Hulha Negra	5359	2416	2943	6043	2909	3134
Itaqui	39770	34823	4947	38159	33311	4848
Panambi	32610	28291	4319	38058	34562	3496
Restinga Sêca	16400	8187	8213	15849	8982	6867
Rosário do Sul	41058	36250	4808	39707	34931	4776
São Francisco de Paula	19725	12269	7456	20537	13004	7533
Sapucaia do Sul	122751	121813	938	130957	130469	488
Sobradinho	16.328	11.670	4.658	14.283	11.347	2.936
Três de Maio	24136	17725	6411	23726	18962	4764
Vila Flores	3086	1045	2041	3207	1348	1859

Fonte: IBGE²

Por fim, é importante destacar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o qual visa medir a qualidade do ensino nacional e estabelecer metas. É um indicador nacional que favorece monitorar a qualidade da educação. Nesse sentido, observa-se que, a partir dos dados de 2017 (TABELA 2), apenas Agudo, Arroio dos Ratos, Camargo e

² Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/202#resultado>.

Itaqui atingiram ou superaram a projeção. Dentre os demais, apresentaram indicadores abaixo de 4,0 os municípios: Cacequi, Cachoeira do Sul, Hulha Negra, São Francisco de Paula. A análise da tabela reforça a importância da formação docente para os municípios em que se encontram os polos de Geografia Licenciatura EAD.

Tabela 2 - Dados do IDEB

Município	IDEB anos finais EF 2017	IDEB anos finais EF Meta Projetada
Agudo	5	4,9
Arroio dos Ratos	4,3	4,3
Cacequi	3,9	4,6
Cachoeira do Sul	3,8	5,3
Camargo	5,6	5,4
Esteio	4,4	5
Faxinal do Soturno	4,2	5,2
Gramado	4,8	5,8
Hulha Negra	3,6	4,6
Itaqui	4,2	4,20
Panambi	5	5,6
Restinga Seca	4	4,9
Rosário do Sul	*	4,7
SFP	3,8	5,5
Sapucaia do Sul	4,7	5
Sobradinho	4,6	5,6
Três de Maio	4,2	5,3
Vila Flores	4,4	5,8

Fonte: IDEB³

1.4 Justificativa para criação do Curso de Geografia Licenciatura EAD

O Censo do Ensino Superior de 2016 (BRASIL, 2017)⁴ evidenciou o fato de que metade dos professores do ensino básico ministra aulas de Matemática, Física, Filosofia, Geografia, Inglês sem formação específica para a área. Para atender os objetivos de qualificar os processos de ensino e de aprendizagem na educação básica brasileira, é necessário modificar esse quadro.

³ Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>

⁴ Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 18 ago. 2020.

O Curso de Geografia Licenciatura EAD está articulado com o governo federal no propósito de reestruturação do sistema educacional vigente, projeto que encaminha para a qualificação dos processos de ensino e de aprendizagem, oportunizando acesso, permanência, formação inicial e continuada consistente e significativa ao maior número de sujeitos que desejam atuar na área. Nesse sentido, a justificativa para a implementação desse curso, está fundamentada, além das demandas já apontadas ao longo da contextualização, na identificação do mercado de trabalho é amplo e a empregabilidade na área de educação é uma das mais altas⁵ para a formação de profissionais habilitados para o exercício profissional de professor de Geografia na Educação Básica, sendo essa também uma antiga demanda da comunidade na qual a UNIPAMPA está inserida.

É relevante comentar, que, a fim de viabilizar as melhorias na educação, em 2016, o governo federal brasileiro, instituiu, através do Decreto nº 8.752, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, que orienta a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento de programas de formação inicial e continuada.

Essa política tem como meta efetivar, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para as redes públicas da educação básica.

A intenção principal é qualificar a formação dos professores que atuarão e/ou estão em exercício nas escolas públicas, bem como integrar a educação básica e a superior, visando aperfeiçoar os processos de ensino, de aprendizagem e de gestão nas instituições públicas. Além disso, a política educacional está voltada para a expansão da oferta de vagas, de cursos e para a melhoria da qualidade nos cursos de formação dos docentes.

Dentre os princípios da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, e que coadunam com essa proposta, estão:

Art. 2º Para atender às especificidades do exercício de suas atividades e aos objetivos das diferentes etapas e modalidades da educação básica, a formação dos profissionais da educação terá como princípios:

I - o compromisso com um projeto social, político e ético que contribua para a consolidação de uma nação soberana, democrática, justa, inclusiva e que promova a emancipação dos indivíduos e dos grupos sociais;

II - o compromisso dos profissionais e das instituições com o aprendizado dos estudantes na idade certa, como forma de redução das desigualdades educacionais e sociais;

⁵ Disponível em <http://www.ead.com.br/carreiras/licenciatura-em-geografia-a-distancia.html>. Acesso em: 18 ago. 2020.

- III - a colaboração constante, articulada entre o Ministério da Educação, os sistemas e as redes de ensino, as instituições educativas e as instituições formadoras;
- IV - a garantia de padrão de qualidade nos cursos de formação inicial e continuada;
- V - a articulação entre teoria e prática no processo de formação, fundada no domínio de conhecimentos científicos, pedagógicos e técnicos específicos, segundo a natureza da função;
- VI - a articulação entre formação inicial e formação continuada, e entre os níveis, as etapas e as modalidades de ensino;
- VII - a formação inicial e continuada, entendidas como componentes essenciais à profissionalização, integrando-se ao cotidiano da instituição educativa e considerando os diferentes saberes e a experiência profissionais;
- VIII - a compreensão dos profissionais da educação como agentes fundamentais do processo educativo e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a processos formativos, informações, vivência e atualização profissional, visando à melhoria da qualidade da educação básica e à qualificação do ambiente escolar;
- IX - a valorização dos profissionais da educação, traduzida em políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à progressão na carreira, à melhoria das condições de remuneração e à garantia de condições dignas de trabalho;
- X - o reconhecimento das instituições educativas e demais instituições de educação básica como espaços necessários à formação inicial e à formação continuada;
- XI - o aproveitamento e o reconhecimento da formação, do aprendizado anterior e da experiência laboral pertinente, em instituições educativas e em outras atividades;
- XII - os projetos pedagógicos das instituições formadoras que reflitam a especificidade da formação dos profissionais da educação básica, que assegurem a organicidade ao trabalho das diferentes unidades que concorram para essa formação e a sólida base teórica e interdisciplinar e que efetivem a integração entre teoria e as práticas profissionais;
- XIII - a compreensão do espaço educativo na educação básica como espaço de aprendizagem, de convívio cooperativo, seguro, criativo e adequadamente equipado para o pleno aproveitamento das potencialidades de estudantes e profissionais da educação básica; e
- XIV - a promoção continuada da melhoria da gestão educacional e escolar e o fortalecimento do controle social.

Em de outubro de 2017, O MEC⁶ anunciou uma nova política de formação de professores, que entre as medidas estão a Residência Pedagógica, uma Base Nacional para nortear o currículo de formação e a ampliação do ensino à distância.

São objetivos do MEC com essa política ampliar a qualidade e o acesso à formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, pois “pesquisas indicam que a qualidade do professor é o fator que mais influencia a melhoria do aprendizado” (DEMO, 2012, p.12). O que encaminha para a ideia que, independente das

⁶ Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/7041/mec-anuncia-nova-politica-de-formacao-de-professores-com-residencia-pedagogica-a-partir-de-2018>. Acesso em: 18/ ago. 2020.

diferenças de renda, de classes sociais e das desigualdades existentes, a qualidade do professor é o que mais pode nos ajudar a melhorar a qualidade da educação.

As medidas foram elaboradas com base nas informações do Censo da Educação, divulgado em 2016, que mostram que, dos quase 2,2 milhões de professores da Educação Básica, mais de 480 mil só possuem Ensino Médio e mais de 6 mil, apenas o Fundamental. Cerca de 95 mil têm formação superior, mas não em cursos de licenciatura. Apenas 1,6 milhão possuem formação em licenciatura, porém, muitos desses não atuam em sua área de formação. (Idem, BRASIL, 2017).

Assim sendo, para preencher seus quadros de educadores, diversas secretarias, por falta de opção, são obrigadas a aceitar inscrições de professores com a formação inadequada para a vaga dos concursos. No entanto, é preciso ressaltar que o Plano Nacional de Educação (PNE), prevê que todos os professores da Educação Básica tenham formação específica de nível superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam até 2020, o que justifica a demanda de cursos de Geografia Licenciatura EAD que atendam esse público.

Essa lacuna poderá ficar mais explícita a partir de 2020, pois embora a legislação recomende a formação de professores em nível superior, o curso de Magistério, de nível médio, ainda é aceito na Educação infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental como suficiente para habilitar o professor.

Para contribuir com essas demandas, a Universidade Aberta do Brasil, ampliou a oferta e o acesso de cursos de graduação e programas de educação superior, por meio da educação a distância. “A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados” (BRASIL, 2017).⁷ É também objetivo do programa o de “reduzir desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância” (BRASIL, idem).

O governo esclareceu (Idem, BRASIL, 2017) que a UAB vai oferecer 250 mil vagas entre 2017 e 2018, sendo 75% delas reservadas para a formação de professores em seu primeiro ou segundo curso em licenciatura, com aprofundamento em áreas como Matemática, Português e tecnologias de informação e comunicação.

⁷ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/uab>. Acesso em: 15 out. 2017.

Tais ações governamentais visam contribuir para minimizar uma das fragilidades do sistema educacional brasileiro, que é o reconhecimento de que muitos professores que atuam na Educação Básica sem a formação adequada para a função.

No contexto da realidade educacional atual e buscando atender aos documentos oficiais que regem a educação nacional, entre eles: o Plano Nacional de Educação - PNE (Lei 13.005/14), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (Lei 9.394/1996); as Diretrizes Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica (Resolução CNE/CP 02/2019), em cursos de Licenciatura, de graduação plena, presenciais ou na modalidade a distância, justifica-se a necessidade de concretização do curso de Licenciatura em Geografia na modalidade a distância .

Nesse sentido, considerando o número de estudantes e profissionais que poderiam ser beneficiados pela criação desse curso e, especialmente a demanda de graduar até 2020 os sujeitos que já atuam nas escolas sem essa habilitação, planejamos esse curso com características inovadoras e diferenciais importantes da maioria dos cursos existentes. Percebemos inovação como uma ruptura na maneira ‘habitual’ de fazer as coisas, uma descontinuidade com relação às alternativas existentes, oferecendo outras opções para problemas coletivos e com relevância social.

Um dos motivos para a busca de alternativas diferentes para a formação docente está apoiado no contexto do quadro educacional do Brasil, cujos índices de aprendizagem na Educação Básica, estão aquém dos desejados. Além desses motivos, é preciso considerar que a orientação estabelecida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aponta na direção de “assegurar flexibilidade na organização de cursos e carreiras, atendendo à crescente heterogeneidade tanto da formação prévia como das expectativas e dos interesses dos alunos”. Essa orientação não parece estar sendo considerada, como é possível perceber na análise dos currículos dos cursos de licenciatura realizado por Gatti e Barreto (2009), que em suas conclusões descrevem

Pela análise realizada foi possível constatar que: a) o currículo proposto pelos cursos de formação de professores tem uma característica fragmentária, apresentando um conjunto disciplinar bastante disperso; b) a análise das ementas revelou que, mesmo dentre as disciplinas de formação específica, predominam as abordagens de caráter mais descritivo e que se preocupam menos em relacionar adequadamente as teorias com as práticas; c) as disciplinas referentes à formação profissional específica apresentam ementas que registram preocupação com as justificativas sobre “o porquê” ensinar, o que, de certo modo, contribuiria para evitar que essas matérias se transformassem em meros receiptuários; entretanto, só de forma muito incipiente registram “o quê” e “como” ensinar; d) a proporção de horas

dedicadas às disciplinas referentes à formação profissional específica é de 30%, ficando 70% para as outras matérias oferecidas nas instituições formadoras. Cabe a ressalva, já feita na análise das ementas, segundo a qual, nas disciplinas de formação profissional, predominam os referenciais teóricos de natureza sociológica, psicológica ou outros, com associação em poucos casos às práticas educacionais (p.233).

O parecer CNE 776/97⁸, já comentado, também sugere a necessidade de revisão de “toda a tradição que burocratiza os cursos e se revela incongruente com as tendências contemporâneas de considerar a boa formação no nível de graduação como uma etapa inicial da formação continuada.” (p.1). Pela análise procedida por Gatti (2009), as informações do Censo do Ensino Superior (2016) são possíveis inferir que a maioria dos cursos está tendo dificuldades em encaminhar essa sugestão.

Na elaboração dessa proposta de curso, concordamos também com o parecer dos relatores do CNE 776/97, que os cursos de graduação precisam “abandonar as características de que muitas vezes se revestem, [...] de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, [...] preparando o graduando para os desafios das rápidas transformações da sociedade [...]. (p.2) ”

Entre a data desse parecer (1997) e o estudo de Gatti (2009), doze anos se passaram. Parece não ter sido tempo suficiente para modificar a forma e o conteúdo amalgamado de muitos cursos de formação de professores.

Os cursos de graduação necessitam ser conduzidos, através das Diretrizes Curriculares, a abandonar as características de que muitas vezes se revestem, quais sejam as de atuarem como meros instrumentos de transmissão de conhecimentos e informações, passando a orientar-se para oferecer uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar autonomamente os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

Nesse sentido, planejamos o curso considerando também as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação (BRASIL, 2019), elaboradas com o propósito de atender as atuais demandas de democratização e as exigências de qualidade do ensino da sociedade brasileira, bem como estabelecer bases comuns para os sistemas e instituições de ensino. As DCNs sinalizam para a necessidade da organização

⁸Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer77697.pdf
acessado em 23/02/2017

de um currículo que enfatize a diminuição do distanciamento entre a formação acadêmica e a formação para a prática.

Conforme as DCNs o perfil do egresso necessita atender competências e habilidades voltadas para o exercício profissional da docência, muitas vezes relevada, em cursos de licenciaturas específicas, enfatizando componentes cujo conteúdo é acessível por outros meios, em detrimento das matérias pedagógicas, que deveriam ser o cerne dos cursos de licenciatura, cujo o foco é formar professores habilitados para a docência (BRASIL, 2017).

Também são enfatizadas no currículo, entre outros aspectos, a diversidade sociocultural e regional do país, a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas e a autonomia universitária, tanto no que diz respeito às questões teóricas quanto às metodológicas próprias da Geografia como campo de conhecimento.

1.5 Pressupostos legais e normativos

Quanto à legislação que apoia a estruturação e o funcionamento dos cursos de Licenciatura e de formação de professores, esse curso foi elaborado utilizando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo as atualizações, bem como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Geografia.

Para a construção deste PPC, foram considerados os seguintes documentos:

Legislação específica cursos de licenciatura:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96;
- A Lei 10.639/2003, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências;
- Lei 11.645/2008, altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena";
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, o Decreto Nº

- 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999 e a Resolução nº 2, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental; -
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que estabelece as normas para realização de estágios de estudantes; -
 - Lei nº 12.796/2013, que altera a Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a formação dos/as profissionais da educação e dar outras providências;
 - Lei 12.056, de 2009, referente à formação inicial e continuada de professores;
 - Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
 - Parecer CNE/CP nº 003/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Resolução Nº 1, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
 - Parecer CNE/CP nº8/2012 e a Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos;
 - Parecer CNE/CP nº 22/2019, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Resolução 02/2019;
 - Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior.
 - Resolução CNE/CEB nº 04/2010, a qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; (para licenciaturas)

**Legislação Geral para os cursos de graduação Bacharelado/
Licenciatura/Tecnológico**

- Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei nº 9.795/1999, que dispõe sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.
- Lei 13.663/18, que altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino.
- Lei 13.666/18, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar.
- A Lei nº 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394/1996, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.
- Lei nº 11.788/2008, a qual estabelece as normas para realização de estágios de estudantes.
- Lei nº 11.645/2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".
- Lei nº 12.764/2012, que trata da Proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno de Espectro Autista.
- Lei nº 12.605/2012, a qual determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas;
- Lei nº 13.005/2014, a qual aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

- Decreto nº 4.281/2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999 e a Resolução nº 02/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras;
- Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/2000, a qual dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- Decreto nº 6.949/2009, o qual promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.
- Decreto nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado.
- Parecer CNE/CP nº 03/2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Parecer CNE/CP nº 08/2012 e a Resolução nº 01/2012, que estabelecem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- Parecer CES 15/2005, que trata das Resoluções CNE/CP nº 01/2002 e nº 02/2002;
- Portaria n. 2.117, de 06 de dezembro de 2019;
- Portaria nº 3.284/2003, a qual dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
- Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, a qual dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de ensino a Distância em cursos de graduação presenciais ofertados por instituições de Educação Superior.
- Resolução nº 01/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Resolução CONAES nº 01/2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante.
- Nota Técnica MEC nº 24/2015, a qual apresenta a dimensão de gênero e orientação sexual nos planos de educação.

- Orientação Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019, a qual estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019, a qual estabelece orientações sobre aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal, direta, autárquica e fundacional.

Legislação na Geografia

- Parecer CNE/CES nº492/2001, que aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia, Ciências Sociais - Antropologia, Ciência Política e Sociologia, Comunicação Social, Filosofia, Geografia, História, Letras, Museologia e Serviço Social;
- Parecer CNE/CES nº 1363/2001, que retifica o parecer CNE/CES nº 492;
- Resolução CNE/CES nº 14 de 13 de março de 2002, que estabelece as diretrizes curriculares para os cursos de Geografia

Orientações Normativas Institucionais

- Lei nº 11.640/2008, que cria a Fundação Universidade Federal do Pampa.
- Resolução CONSUNI nº 05/2010, que aprova o Regimento Geral da UNIPAMPA, alterado pela Resolução 27/2011.
- Resolução CONSUNI nº 80/2014, a qual aprova o Programa de Avaliação de Desempenho Docente na UNIPAMPA.
- Resolução CONSUNI nº 97/2015, a qual normatiza o NDE na UNIPAMPA;
- Resolução CONSUNI nº240/2019, a qual fixa o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pampa;
- Resolução CONSUNI nº253/2019, que dispõe sobre a Estrutura Organizacional e as Normas para as Atividades e Organização do Calendário Acadêmico da Universidade Federal do Pampa;
- Resolução CONSUNI nº 246, de 27 de junho de 2019. Que dispõe sobre o Plano de desenvolvimento institucional –PDI (2019-2013).
- Resolução CONSUNI 260/2019, que aprova as normas para ingresso no ensino de graduação da Universidade Federal do Pampa.

- Resolução nº 268, de 02 de dezembro de 2019, que dispõe sobre as normas para os estágios destinados a estudantes de graduação, presenciais ou a distância.

Legislação para Educação a Distância⁹ Decretos

- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o artigo 80 da lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.
- Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções e regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e pós-graduação no sistema federal de ensino.
- Parecer CNE/CES nº 564/2015, que dispõe das diretrizes e normas nacionais para a oferta de programas e cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
- Portaria Normativa nº11, de 20 de julho de 2017, que estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.
- Portaria nº742, de 2 de agosto de 2018, artigo 100, que dispõe sobre limite máximo de atividade presencial em curso de EAD.
- Resolução nº 01, de 1 de março de 2016, que estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.
- Resolução MEC/CNE/CES nº2, de 13 de maio de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada em Nível Superior para Funcionários da Educação Básica.
- Resolução MEC/CNE/CES nº 2, de 11 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes da Educação para o voluntariado na Educação Básica e Superior.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

Desde o início dos anos 2000 os cursos de licenciatura em Geografia vêm sendo extintos no Rio Grande do Sul. Como consequência tem-se a paulatina falta de

⁹ Disponível em <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/12778-legislacao-de-educacao-a-distancia>. Acesso em 22 out. 2017.

professores qualificados para trabalhar com esta disciplina. Preocupado com esta realidade, já no ano de 2010, o Campus de Jaguarão apresentou a primeira proposta para implantação de um Curso de Licenciatura em Geografia, considerando que, em sua região de abrangência, a maior parte dos professores que atuavam nesta disciplina não tinha qualificação para tal. Esta é uma realidade que se repete no contexto geral do estado.

Nesse contexto, apesar da proposta não ter sido efetivada, evidencia-se cada vez mais, a importância do curso no âmbito geral da universidade, na modalidade em EAD, que amplia a oferta de vagas e consequentemente do número de profissionais qualificados. Assim, a partir do final do ano de 2016, a proposta ora apresentada passou a ser gestada e o curso teve início em 2018.

2.1 Concepção do Curso

O curso de Licenciatura em Geografia visa à formação profissional docente na área de geografia, de modo a atender aos objetivos da educação básica e às características de cada fase do educando, tendo como fundamentos a associação entre teorias e práticas sobre o objeto de estudo dessa ciência, qual seja: o espaço geográfico.

Apresenta como princípio de investigação a resolução de problemas humanos, cada vez mais complexos e inter-relacionados com outras áreas, que tem determinado avanços e transformação da sociedade. A Geografia, em suas possibilidades de realização, possui interfaces com domínios das chamadas Ciências da Terra, da Natureza, Tecnológicas, Humanas e Sociais Aplicadas. Objetiva oportunizar que o licenciando construa a compreensão da origem e da dinâmica dos processos e fenômenos responsáveis pela organização do espaço geográfico, focalizando a distribuição, a dinâmica e a interação de elementos naturais e humanos em termos espaciais e temporais. Esses elementos abrangem as populações, sociedades e culturas, bem como fluxos, fenômenos, processos e sistemas naturais, cuja estruturação resulta na diversidade de paisagens e configurações territoriais existentes na Terra.

O Curso de Geografia proposto está baseado em três fundamentos:

- **Ético-políticos:** através dos quais, além da construção do conhecimento (missão primeira da universidade), se desenvolvem pesquisas que possibilitem a mudança de versão da história já estabelecida, adotando-se uma postura ética forte e segura, voltada para conscientização do papel do cidadão e do resgate da história e da cultura.

- **Epistemológicos:** cujas bases estão fundamentadas no exercício da construção de conhecimento que, além de ser capaz de gerar desenvolvimento, também esteja voltado para a satisfação de necessidades sociais.
- **Didático-pedagógicos:** voltados para prática interdisciplinar, na qual o conjunto de conhecimentos construído articula-se desenvolvendo base sólida acerca dos saberes necessários aos professores de Geografia, aptos para trabalhar em diferentes campos nos quais podem atuar, formando profissionais da educação que contribuam para a busca e construção do conhecimento.

O resultado de tal prática, espera-se que, seja a formação de profissionais cuja consciência e prática social estejam voltadas para a defesa e construção de uma sociedade mais justa e solidária, na qual aspectos como o conhecimento e serviços como educação e saúde de qualidade sejam oportunizados a todas as camadas.

Busca-se concretizar um projeto educativo que parta do entendimento de que os tempos e os espaços de convivência, de ensino, de aprendizagem, de prática e de produção intelectual sejam pautados pela ética, ou seja, se constituam a favor do bem maior que é a vida. Nesse sentido, o curso se preocupa em promover espaços e tempos de interlocução com seu entorno, evidenciando as peculiaridades, as singularidades e as diversidades culturais e histórico-geográficas de uma região de fronteira.

Percebe-se que proporcionar tais vivências torna-se indispensável para que os sujeitos sejam provocados a (re) significar os tempos, os espaços, as identidades e os papéis sociais. Entende-se que, ao problematizar as questões concernentes a essas inter-relações, deseja-se contribuir com a formação de sujeitos éticos, sociais e políticos, comprometidos com a transformação, que dialoguem com as diferenças e os diferentes, que vejam o outro e a si mesmo como interdependentes e corresponsáveis na construção de uma cidadania planetária.

A concepção pedagógica desse curso, conforme Projeto Pedagógico das Licenciaturas da UNIPAMPA, aprovado no CONSUNI em 2011, preconiza a superação do modelo técnico e da racionalização do ensino. A descentralização da transmissão de conteúdos atua em prol da construção do saber a partir da contextualização da realidade social, dos pressupostos da interdisciplinaridade e da relação intrínseca teoria e prática. Essa concepção pedagógica envolve três níveis, conforme Saviani (2006): nível da filosofia da educação, da teoria da educação e da prática pedagógica. Estes, interligados ao projeto institucional da UNIPAMPA, perpassam pelo:

- **nível filosófico:** as finalidades e os valores que expressam uma visão geral de homem, mundo e sociedade, sendo essa “uma proposição humanística e generalista, assumindo o compromisso com o direito à vida e promovendo a ética em todas as suas práticas.” (PI/2009);
- **nível da teoria:** que contribui para a compreensão do lugar e o papel da educação na sociedade, ou seja, “a partir das comunidades nas quais ela está inserida, pressupõe que os sujeitos implicados nas suas ações a percebam como parte integrante da vida social, comprometendo-se, por conseguinte, com o desenvolvimento regional sustentável.” (PI/2009).
- **nível prático** propõe que o ato educativo seja organizado e realizado através do “diálogo com as diferenças, o respeito às especificidades das diversas áreas do conhecimento, ao mesmo tempo em que acredita na possibilidade de inter-relações, colocando o conhecimento a serviço do conjunto da sociedade.” (PI/2009).

Concebida como uma modalidade de ensino na qual alunos e professores encontram-se fisicamente afastados no espaço e/ou no tempo e os processos de ensino e de aprendizagem se efetivam mediados pelas tecnologias de informação e comunicação, a Educação a Distância busca democratizar o saber escolarizado contribuindo para a superação da exclusão social.

As bases legais para essa modalidade de ensino foram estabelecidas pela Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, na qual a Educação a Distância é considerada: a forma de ensino que se baseia no estudo ativo, independente e possibilita ao educando a escolha dos horários, da duração e do local de estudo combinando a veiculação de cursos com material didático de autoinstrução e dispensando ou reduzindo a exigência de presença. (Art. 84).

A regulamentação da Educação a distância deu-se pelos Decretos nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998, nº. 2.561, de 27 de abril de 1998 e 5.622 de 2005 o qual define que Educação a Distância

(...) é a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A interação professor/aluno, na modalidade a distância acontece em ambiente virtual de aprendizagem. O ambiente utilizado pela Universidade Federal do Pampa é o *Moodle (Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment)*, ou seja, Ambiente de Aprendizado Modular Orientado ao Objeto. Através deste é realizado o controle de acesso dos alunos aos componentes curriculares; o controle da disponibilização do conteúdo e a utilização das ferramentas de interatividade e comunicação síncronas e assíncronas, dentre elas destacam-se o chat (ferramenta de socialização entre professores, tutores e alunos onde o diálogo acontece simultaneamente com possibilidade de compartilhamento de arquivos); fóruns (ferramentas para construção do conhecimento, que estimulam o aluno a expressar seus posicionamentos diante de questões propostas pelos professores), videoconferências com o uso do *Google Meet* (ferramenta que possibilita contato visual entre professores, tutores, alunos e coordenação de curso).

A escolha desta modalidade de ensino para a oferta do Curso de Geografia Licenciatura EAD, pela Universidade Federal do Pampa em parceria com a Universidade Aberta do Brasil justifica-se pela relevância social da mesma,

(...) pois permite o acesso ao sistema àqueles que vêm sendo excluídos do processo educacional superior público por morarem longe das universidades ou por indisponibilidade de tempo nos horários tradicionais de aula” (ALVES,2011, p. 84)

2.1.1 Objetivos

2.1.1.1 Objetivo Geral:

O curso de Geografia, comprometido em concretizar a missão institucional da UNIPAMPA tem por **Objetivo Geral**:

Formar licenciados em Geografia para atuar na Educação Básica, que compreendam a organização espacial, o contexto educacional, que possuam autonomia intelectual e desenvolvam consciência crítica e ética dos problemas contemporâneos, sob uma ótica geográfica e educativa, capazes de efetivamente contribuir para a formação e o exercício da cidadania.

2.1.1.2 Objetivos Específicos:

O curso de Geografia, comprometido em concretizar a missão institucional da UNIPAMPA tem por **Objetivos Específicos:**

- Capacitar o egresso como cidadão em termos das habilidades individuais, técnicas e conceituais, proporcionando-lhe o pleno desenvolvimento como ser humano.
- Desenvolver, durante o decorrer do curso, a prática da pesquisa e da extensão, na área da Geografia e sua devida inserção na sala de aula da educação básica.
- Preparar profissionais da educação críticos, éticos e comprometidos com uma proposta de educação para todos.
- Formar profissionais de nível superior aptos a identificar, elaborar e desenvolver materiais didático-pedagógicos.
- Preparar futuros professores comprometidos com os desafios concernentes à integração territorial da região de influência da dos polos que possuem oferta do curso de Geografia da UNIPAMPA.
- Fornecer instrumentalização técnica que possibilite ação eficaz na comunidade escolar, na qual o profissional estará inserido, posteriormente, como cidadão qualificado.
- Desenvolver habilidades para a investigação científica e produção de conhecimentos relativos ao campo de atuação da Geografia.
- Articular pesquisa, extensão e ensino de Geografia em todos os seus níveis.
- Formar consciência crítica da realidade espacial ao nível local, municipal, estadual, nacional e global.
- Desenvolver atividades didático-pedagógicas, de pesquisa e de extensão integrando os conteúdos específicos da Geografia.
- Propiciar condições ao alunado de atualização constante em relação ao conhecimento geográfico e à dinâmica do processo ensino-aprendizagem, particularmente na perspectiva voltada ao entendimento da Ciência Geográfica, propiciando a sua positiva intervenção na perspectiva interdisciplinar.
- Compreender os elementos e processos concernentes ao meio natural e aos espaços produzidos pelas sociedades humanas em suas relações com a natureza, na perspectiva dos fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia, dominando e aprimorando as abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico.

- Criar condições institucionais e incentivar a formação continuada de seus alunos egressos e de profissionais formados em outras instituições.
- Buscar solidificar as raízes/interpretações dos Biomas locais e suas correlações com os demais espaços, locais, regionais, nacionais, latino-americanos e especialmente, fronteiriço.
- Formar profissionais que conheçam o contexto geral da Educação de forma a intervir, refletindo e propondo soluções
- Potencializar o desenvolvimento humano pleno dos estudantes de modo conectado com as demandas do século XXI.

Nesse contexto, a formação contribui para a autonomia intelectual dos alunos, para que reaprendam a aprender, a selecionar informações, priorizar conteúdos, fazer escolhas, posicionar-se criticamente, argumentar sobre seus posicionamentos, ouvir o outro, respeitar a diversidade, valorizar a vida, a ética, a terra, o planeta, o mundo, reconhecendo sua incompletude e a do conhecimento.

2.1.2 Perfil do Egresso

Considerando o que dispõe as diretrizes curriculares¹⁰, o egresso de Geografia Licenciatura EAD — deverá apresentar:

1 Perfil Comum: atuação ética, crítica, autônoma e criativa; autonomia intelectual; respeito à pluralidade inerente aos ambientes profissionais e culturais; atuação propositiva na busca de soluções de questões demandadas.

2. Perfil Específico: compreensão dos elementos e processos concernentes ao meio natural e ao construído, com base nos fundamentos filosóficos, teóricos e metodológicos da Geografia e a aplicação desse conhecimento na busca do desenvolvimento social; domínio e permanente aprimoramento das abordagens científicas pertinentes ao processo de produção e aplicação do conhecimento geográfico; compreensão e domínio dos métodos e técnicas aplicados ao ensino de Geografia.

¹⁰ PARECER CNE/CES 492/2001

A concretização desse perfil será fundamentada a partir das seguintes competências e habilidades, constantes nas Diretrizes Curriculares, a serem desenvolvidas durante o curso, em âmbito geral e específico.

A-GERAIS:

- a) Identificar e explicar a dimensão geográfica presente nas diversas manifestações do conhecimento.
- b) Articular elementos empíricos e conceituais, concernentes ao conhecimento científico dos processos espaciais.
- c) Reconhecer as diferentes escalas de ocorrência e manifestação dos fatos, fenômenos e eventos geográficos.
- d) Planejar e realizar atividades de campo referentes à investigação geográfica.
- e) Dominar técnicas laboratoriais concernentes à produção e aplicação do conhecimento geográfico.
- f) Propor e elaborar projetos de pesquisa e executivos no âmbito de área de atuação da Geografia.
- g) Utilizar os recursos da informática.
- h) Trabalhar de maneira integrada e contributiva em equipes trans e multidisciplinares.

B-ESPECÍFICAS

- a) Identificar, descrever, compreender, analisar e representar os sistemas naturais.
- b) Identificar, descrever, analisar, compreender e explicar as diferentes práticas e concepções concernentes ao processo de produção do espaço.
- c) Selecionar a linguagem científica mais adequada para tratar a informação geográfica, considerando suas características e o problema proposto.
- d) Avaliar representações ou tratamentos; gráficos e matemático-estatísticos.
- e) Elaborar mapas temáticos e outras representações gráficas.
- f) Dominar conteúdos básicos denominados de objeto de aprendizagem nos níveis fundamental e médio.
- g) Organizar o conhecimento espacial adequando-o aos processos de ensino e de aprendizagem em geografia.

2.1.3 Campo de Atuação Profissional

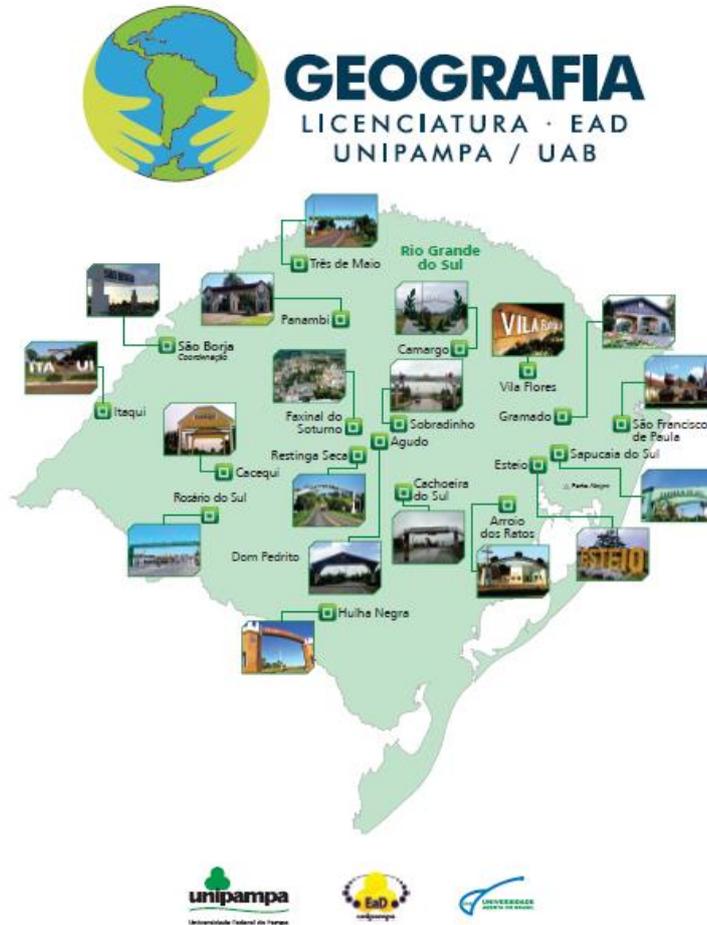
O trabalho dos profissionais da Geografia é predominantemente intelectual e, como profissionais, eles podem exercer atividades tanto no setor público quanto no setor privado, mas especialmente na prática educacional. Assim, como outras profissões formadas em cursos de licenciatura, a atuação se dá especialmente em áreas de pesquisa, docência, assessoria, consultoria e planejamento com atuação direta no ensino básico.

Nesse contexto, o curso se propõe a formar o educador capaz de ocupar seu espaço e exercer a cidadania na escola como professora de Geografia. Missão esta, definida pela LDB – para as chamadas Ciências Humanas – como sendo a de formar para a cidadania e para o exercício profissional. Esta missão pressupõe a capacidade para o trabalho interdisciplinar e os princípios para a educação no século XXI da UNESCO: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. (DELORS, 1998, p. 90)

2.2 Apresentação do curso

O curso de Geografia Licenciatura EAD foi concebido a partir da necessidade de garantir a formação superior a professores na área, em virtude da defasagem de professores para a educação básica, bem como, garantir o direito de acesso ao ensino superior público e gratuito a pessoas que não possuem condição de frequentar cursos presenciais. Nesse sentido, amplia-se a área de abrangência da UNIPAMPA e se contribui com o acesso ao ensino superior em diferentes regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Assim, os polos atendidos pelo curso de Geografia Licenciatura EAD são: Agudo, Arroio dos Ratos, Cacequi, Cachoeira do Sul, Camargo, Esteio, Faxinal do Soturno, Gramado, Hulha Negra, Itaqui, Panambi, Restinga Seca, Rosário do Sul, São Francisco de Paula, Sapucaia do Sul, Sobradinho, Três de Maio, Vila Flores (FIGURA 1)

Figura 1: Figura da Localização dos polos de oferta do curso de Geografia Licenciatura EAD.



Fonte: ACS/UNIPAMPA, 2018.

2.2.1 Administração Acadêmica do Campus São Borja

A interface administrativa do curso de Geografia é a administração acadêmica do Campus São Borja, a qual se articula com a estrutura organizacional da UNIPAMPA, conforme estatuto e regimento da Universidade (UNIPAMPA/CONSUNI, 2010). Constituem a administração acadêmica do Campus: a) o Conselho do Campus: órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito do Campus. Integrado pelos Coordenadores(as) de Cursos de graduação e pós-graduação do Campus; Coordenador(a) da Comissão de Pesquisa; Coordenador(a) da Comissão de Extensão; representação docente; representação dos técnico-administrativos em educação; representação discente e representação da comunidade externa. b) a Direção: integrada por Diretor(a),

Coordenador(a) Acadêmico(a) e Coordenador(a) Administrativo(a); c) a Comissão de ensino, Pesquisa e de Extensão, que são órgãos normativos, consultivos e deliberativos independentes no âmbito de cada área (ensino, pesquisa e extensão) que têm por finalidade planejar e avaliar e deliberar sobre as atividades de ensino, de pesquisa e extensão de natureza acadêmica, respectivamente, zelando pela articulação de cada uma das atividades com as demais. São compostas por docentes, técnicos administrativos em educação e representantes discentes; d) Coordenação Administrativa: Integrada pelo Coordenador(a) Administrativo(a); Secretaria Administrativa; Setor de Orçamento e Finanças; Setor de Material e Patrimônio; Setor de Pessoal; Setor de Infraestrutura; Setor de Tecnologia de Informação e Comunicação do campus e o Setor de Frota e Logística.

2.2.2 Comissão e Coordenação de Curso

A Comissão de Curso é o órgão que planeja, executa e avalia as atividades pedagógicas, também propõe alterações curriculares e discute temas referentes ao curso. As atividades da comissão de curso são presididas pela coordenadora. Os membros natos dessa comissão são os professores atuantes no curso e os membros eleitos democraticamente pelos seus pares: um representante discente e um representante dos servidores técnico-administrativos. O coordenador de curso e seu substituto são eleitos para um mandato de dois anos e deverão ter disponibilidade de tempo para as atividades da função.

De acordo com a Resolução 05 de 2010 da UNIPAMPA (2010), o curso será gerido pela figura do coordenador e, no caso de afastamentos temporários ou impedimentos eventuais, pelo coordenador substituto, eleitos para um período de dois anos. O perfil do coordenador de curso é de um professor que ministra componentes curriculares no curso e que possui graduação e doutorado na área da Geografia e experiência de magistério superior. O regime de trabalho do coordenador é de tempo integral, reservando, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais para as atividades de coordenação. O coordenador dedica-se à gestão do curso, caracterizada pelo atendimento diligente e diplomático aos discentes e docentes, pela representatividade no Conselho de Campus e demais instâncias da universidade, pela dialogicidade com a comunidade interna e externa, pela transparência, organização e liderança no exercício das funções,

pela acessibilidade a informações e pelo conhecimento e comprometimento com o PPC.

Integram e/ou fizeram parte da comissão de curso os seguintes professores:

Dr.^a Adriana Cantini

Me. Camila de Almeida Silva

Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira

Dr. Edson Romário Paniágua

Me. Emerson Ciocheta Robalo

Dr. Érico Amaral

Dr. Gabriel dos Santos Kehler

Dr.^a Gabriela Dambros

Dr.^a Jaqueline Carvalho Quadrado

Ma. Juliana Lima Moreira Rhoden

Me. Luana Caroline Kunast Polon

Dr.^a Maria Catharina Lima Pozzebon

Dr.^a Marilu Angela Campagner May

Dr. Maurício Aires Vieira

Dr. Muriel Pinto

Dr.^a Nola Patrícia Gamalho

Dr. Ronaldo Bernardino Colvero

Dr. Sávio Domingos

Dr. Sidnei Luís Bohn Gass

Dr. Victor da Silva Oliveira

Responde pela coordenação do curso e a professora Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira¹¹ que tem a responsabilidade, conforme artigo 105 da Resolução nº05 de 17 de junho de 2010:

- I presidir a Comissão de Curso;
- II promover a implantação da proposta de Curso, em todas suas modalidades e/ou habilitações e uma contínua avaliação da qualidade do Curso, conjuntamente com o corpo docente e discente;
- III. encaminhar aos órgãos competentes, por meio do Coordenador Acadêmico, as propostas de alteração curricular aprovadas pela Comissão de Curso;

¹¹ Nos cursos conveniados com a UAB da UNIPAMPA não existe a figura do coordenador substituto.

- IV. formular diagnósticos sobre os problemas existentes no Curso e promover ações visando à sua superação;
- V. elaborar e submeter anualmente à aprovação da Comissão de Ensino o planejamento do Curso, especificando os objetivos, sistemática e calendário de atividades previstas, visando ao aprimoramento do ensino no Curso;
- VI. apresentar, anualmente, à Coordenação Acadêmica relatório dos resultados gerais de suas atividades, os planos previstos para o aprimoramento do processo avaliativo do Curso e as consequências desta avaliação no seu desenvolvimento;
- VII. servir como primeira instância de decisão em relação aos problemas administrativos e acadêmicos do Curso que coordena amparado pela Comissão de Curso, quando necessário;
- VIII. convocar reuniões e garantir a execução das atividades previstas no calendário aprovado pela Comissão de Ensino;
- IX. cumprir ou promover a efetivação das decisões da Comissão de Curso;
- X. assumir e implementar as atribuições a ele designadas pelo Conselho do Campus, pela Direção e pela Comissão de Ensino;
- XI. representar o Curso que coordena na Comissão de Ensino e em órgãos superiores da UNIPAMPA, quando couber;
- XII. relatar ao Coordenador Acadêmico as questões relativas a problemas disciplinares relacionados aos servidores e discentes que estão relacionados ao Curso que coordena;
- XIII. atender às demandas das avaliações institucionais e comissões de verificação “in loco”;
- XIV. providenciar, de acordo com as orientações da Comissão de Ensino, os planos de todas as disciplinas do Curso, contendo ementa, programa, objetivos, metodologia e critérios de avaliação do aprendizado, promovendo sua divulgação entre os docentes para permitir a integração de disciplinas e para possibilitar à Coordenação Acadêmica mantê-los em condições de serem consultados pelos alunos, especialmente no momento da matrícula;
- XV. contribuir com a Coordenação Acadêmica para o controle e registro da vida acadêmica do Curso nas suas diversas formas;
- XVI. orientar os alunos do Curso na matrícula e na organização e seleção de suas atividades curriculares;
- XVII. autorizar e encaminhar à Coordenação Acadêmica:
- a) a matrícula em disciplinas eletivas;
 - b) a matrícula em disciplinas extracurriculares;
 - c) a inscrição de estudantes especiais em disciplinas isoladas;
 - d) a retificação de médias finais e de frequências de disciplinas, ouvido o professor responsável;
 - e) a mobilidade discente.
- XVIII. propor à Coordenação Acadêmica, ouvidas as instâncias competentes da Unidade responsável pelo Curso:
- a) os limites máximo e mínimo de créditos dos alunos no Curso, para efeito de matrícula;
 - b) o número de vagas por turma de disciplinas, podendo remanejar alunos entre as turmas existentes;
 - c) o oferecimento de disciplinas nos períodos regular, de férias ou fora do período de oferecimento obrigatório;
 - d) prorrogações ou antecipações do horário do Curso;
 - e) avaliação de matrículas fora de prazo.
- XIX. providenciar:
- a) o julgamento dos pedidos de revisão na avaliação de componentes curriculares do curso em consonância com as normas acadêmicas da UNIPAMPA;
 - b) a realização de teste de proficiência em línguas estrangeiras, quando previsto na estrutura curricular;
 - c) a avaliação de notório saber conforme norma estabelecida;
 - d) os atendimentos domiciliares, quando pertinentes;

- e) a confecção do horário das disciplinas em consonância com a Comissão de Ensino;
- f) o encaminhamento à Coordenação Acadêmica, nos prazos determinados, de todos os componentes curriculares do Curso.
- XX. emitir parecer sobre pedidos de equivalência de disciplinas, ouvido o responsável pela disciplina, podendo exigir provas de avaliação;
- XXI. promover a adaptação curricular para os alunos ingressantes com transferência, aproveitamento de disciplinas, trancamentos e nos demais casos previstos na legislação;
- XXII. atender às demandas da Coordenação Acadêmica em todo o processo de colação de grau de seu curso.

A coordenadora compõe o Núcleo Docente Estruturante do curso, a Comissão Local de Ensino e o Conselho de Campus. O atendimento aos discentes é feito por meio digital (*e-mail*, *moodle*) ou presencialmente, no gabinete da coordenação, conforme agendamento e nas visitas da coordenação aos polos. A professora Carmen Regina Dorneles Nogueira possui experiência profissional de 34 anos de magistério superior, sendo 9 anos na UNIPAMPA e 24 anos na URI (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões) Santo Ângelo. Além da disso, teve 13 anos de experiência no Ensino Básico (Estado do Rio Grande do Sul, Estado de São Paulo). Possui vasta experiência de gestão acadêmica, que somada, ao tempo de magistério, é superior a 10 anos.

O curso possui um site oficial, na página da UNIPAMPA, onde há o contato da coordenação. A coordenadora é uma docente do quadro efetivo em tempo integral e dedicação exclusiva. Dedicar pelo menos oito horas para sala de aula e cerca de 20 horas semanais à função de coordenação.

2.2.3 Núcleo Docente Estruturante

Conforme o estabelecido pela Resolução CONAES (BRASIL, 2010), “o Núcleo Docente Estruturante – NDE, de um curso de graduação, constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso”. É orientado pela Resolução 97/2010 do CONSUNI. Dentre as atribuições acadêmicas deste grupo estão os seguintes pontos: i) contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; ii) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; iii) indicar formas de incentivo ao

desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; iv) zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Curso de Graduação. O NDE se reúne semestralmente e é composto pelos seguintes docentes:

Dr.^a Carmen Regina Dorneles Nogueira

Dr.^a Marilu Angela Campagner May

Dr. Muriel Pinto

Dr.^a Nola Patrícia Gamalho

Dr. Sidnei Luís Bohn Gass

Dr.^a Gabriela Dambros

Dr. Gabriel dos Santos Keller

Dr. Mauricio Aires da Silva

2.2.4 Estrutura de atendimento aos polos

O trabalho de formação na modalidade EAD envolve a articulação entre UNIPAMPA e a UAB. Tem-se a estrutura institucional da UNIPAMPA, através da sede física em São Borja e da Reitoria em Bagé. Em relação à UAB, conta-se com a infraestrutura dos deztoitos polos nos quais é oferecido o curso de Geografia Licenciatura EAD. Dessa forma, a equipe multidisciplinar do curso é integrada por:

Na sede do curso:

- 01 coordenadora do Curso
- 01 Assessoria da Coordenação
- Docentes
- Secretaria acadêmica (chefiada por Tiago Rodrigues de Moura)
- Coordenadora de Tutoria
- Tutores a distância

Nos polos

- Assistência à docência;
- Coordenação de polos.
- Tutores presenciais

Na PROGRAD

- Coordenação da Universidade Aberta e adjunto
- Equipe multidisciplinar

2.3 Titulação conferida.

Ao concluir todos os requisitos necessários para a integralização da formação curricular, de acordo com as normas estabelecidas pela UNIPAMPA, será concedido o título de Licenciado/Licenciada em Geografia.

2.4 Do processo seletivo, da oferta de vagas, ingresso e regime de matrícula.

O processo seletivo da UNIPAMPA ocorre para todos os cursos de graduação 1 (uma) vez por ano, no 1º (primeiro) semestre, conforme o número de vagas estabelecido pela Instituição e, excepcionalmente, no 2º (segundo) semestre, se autorizado pelo Conselho Universitário, para cursos específicos. É realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu), Ministério da Educação (MEC), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Excepcionalmente podem ser realizados processos seletivos específicos como: realização de prova de conhecimentos gerais e/ou elaboração de redação e/ou ingresso de portador de diploma de graduação.

No curso de Geografia foram ofertadas 900 vagas. O regime de matrícula é semestral, sendo as formas de ingresso e matrícula no Curso de Geografia Licenciatura EAD, regidas pelo calendário acadêmico, por editais específicos, pela Portaria Normativa MEC nº 02, janeiro de 2010 (BRASIL/MEC/SES, 2010) e de acordo com a Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 29, de 28 de abril de 2011 e Resolução CONSUNI/UNIPAMPA nº 260, de 11 de novembro de 2019.

2.5 Período de realização do curso

O Curso terá a duração de mínima de 4 anos (8 semestres) e será oferecido na modalidade EAD. Quanto ao tempo máximo de integralização, a Resolução CONSUNI n. 240/2019 estabelece que "... deverá ser equivalente ao tempo mínimo do curso, acrescido de 100%". No entanto, considerando que o curso de Geografia é ofertado pelo Sistema UAB (com ingresso de turma única), deve realizar o "repercurso", ou seja, ofertar os componentes curriculares para integralização curricular dos acadêmicos durante o

curso e/ou ao seu final (até o período de 12 meses), conforme o Art. 5º, inciso V (a) da Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017.

2.5.1 Calendário acadêmico

O calendário acadêmico da UNIPAMPA é proposto pela Pró-Reitoria de Graduação e homologado pelo CONSUNI. Deve consignar, anualmente, as datas e os prazos estabelecidos para as principais atividades acadêmicas a serem realizadas nos *Campi* (UNIPAMPA/CONSUNI, 2011). O calendário acadêmico compreende dois períodos letivos regulares, com duração mínima de 100 (cem) dias letivos cada um. Entre dois períodos letivos regulares, o calendário acadêmico indica um período especial com duração de, no mínimo, 2 (duas) semanas e, no máximo, 6 (seis) semanas. A carga horária de aula (hora-aula) é de 55 minutos, o que permite que os componentes sejam integralizados em 18 semanas.

2.5.2 Carga horária e respectiva distribuição no curso

A matriz curricular do curso de Geografia Licenciatura EAD é estruturada em 8 semestres. O regime de matrícula é semestral, por componente curricular e respectiva carga horária/créditos, sendo que, cada 15 horas correspondem a um crédito. Enquanto currículo, o Projeto Político Pedagógico está organizado da seguinte forma: o currículo composto pelos componentes curriculares obrigatórios, CCCGs e ACGs (totalizando 3410 horas), como segue:

- a) Componentes curriculares obrigatórios, neles incluídos: Trabalho de TCC (60 horas), Componentes de Estágio Curricular Obrigatório (405 horas) e Componentes de Prática como Componente Curricular (420 horas)- totalizando 2. 850 horas;
- b) Componentes Curriculares Complementares de Graduação – CCCG- :360 horas;
- c) Atividades Complementares de Graduação: 200 horas.

Em relação aos Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCG), o Curso de Geografia Licenciatura EAD, com o objetivo de diversificar a formação prevê a oferta de 24 créditos e 360 horas (**obrigatórias**) a serem realizadas pelo acadêmico.

O currículo composto por atividades complementares prevê o mínimo de 200 horas de atividades complementares de graduação (ACGs), caracterizadas por atividades

de ensino, pesquisa, extensão, culturais, artísticas, sociais e de gestão, as quais são obrigatórias e desenvolvidas ao longo do curso. A carga horária total prevista para o curso é de 3.410 horas e atende a legislação da área de conhecimento do curso (RESOLUÇÃO 02/2019).

2.6 Formas de Ingresso

O ingresso de estudantes na UNIPAMPA está regulamentado na Resolução CONSUNI n°260/2019.

1. Processo seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) com a utilização das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM):

I. Ocorre para todos os cursos de graduação 01 (uma) vez por ano, no 1º (primeiro) semestre, conforme o número de vagas estabelecido pela Instituição e, excepcionalmente, no 2º (segundo) semestre, se autorizado pelo Conselho Universitário, para cursos específicos;

II. É realizado por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) da Secretaria de Educação Superior (SESu), Ministério da Educação (MEC), utilizando exclusivamente as notas obtidas pelos candidatos no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Parágrafo único. Excepcionalmente podem ser realizados processos seletivos específicos autorizados pelo Conselho Universitário.

2. Reopção: forma de mobilidade acadêmica regulada por edital específico e condicionada à existência de vagas, mediante a qual o discente, regularmente matriculado ou com matrícula trancada em curso de graduação da UNIPAMPA, poderá transferir-se para outro curso de graduação desta Universidade.

A mudança de curso ou turno pode ocorrer até 2 (duas) vezes.

3. Processo seletivo complementar:

Em virtude da disponibilidade de vagas o Processo Seletivo Complementar é promovido, semestralmente, para ingresso no semestre subsequente, com o fim de criar oportunidades de acesso ao ensino público superior.

3.1 Reingresso: É a forma de ingresso de ex-discentes da UNIPAMPA em situação de abandono ou cancelamento de curso há menos de 2 (dois) anos.

3.2 Transferência voluntária: É a forma de ingresso de discentes regularmente matriculados ou com matrícula trancada em curso de graduação de outra Instituição de

Ensino Superior (IES), pública ou privada, reconhecida conforme legislação, e que desejam transferir-se para essa Universidade, dispondo-se a cumprir as regras do edital proposto pela Instituição.

3.3 Portador de Diploma: É a forma de ingresso na UNIPAMPA para diplomados por Instituição de Ensino Superior do País, conforme legislação, ou que tenham obtido diploma no exterior, desde que revalidado na forma da lei.

4. Transferência compulsória (Transferência *EX OFFICIO*): É a forma de ingresso concedida a servidor público federal, civil ou militar, ou a seu dependente discente, em razão de comprovada remoção ou transferência de ofício que acarrete mudança de domicílio para a cidade do Campus pretendido ou município próximo, na forma da lei.

5. Regime especial: consiste na inscrição em componentes curriculares para complementação ou atualização de conhecimentos. A matrícula no Regime Especial é permitida aos Portadores de Diploma de Curso Superior, discentes de outra Instituição de Ensino Superior e portadores de Certificado de Conclusão de Ensino Médio com idade acima de 60 (sessenta) anos respeitada a existência de vagas e a obtenção de parecer favorável da Coordenação Acadêmica. A matrícula no Regime Especial não constitui vínculo com qualquer curso de graduação da instituição.

Programa estudante convênio: A matrícula de estudante estrangeiro, mediante convênio cultural firmado entre o Brasil e os países conveniados, somente é aceita dentro do número de vagas oferecidas anualmente pela Universidade à Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC).

6. Programa de mobilidade acadêmica interinstitucional: permite ao discente de outras IES cursar componentes curriculares na UNIPAMPA, como forma de vinculação temporária pelo prazo estipulado no Convênio assinado entre as Instituições.

7. Programa de mobilidade acadêmica intrainstitucional: permite ao discente da UNIPAMPA cursar, temporariamente, componentes curriculares em outros campi.

8. Matrícula Institucional de cortesia: consiste na admissão de estudantes estrangeiros funcionários internacionais ou seus dependentes, que figuram na lista diplomática ou consular, conforme Decreto Federal nº 89.758, de 06/06/84 e Portaria 121, de 02/10/84.

Ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012, e a Portaria nº 18, de 11 de outubro de 2012, a UNIPAMPA oferta 25% (vinte e cinco por cento) das vagas de cada

curso para as ações afirmativas L1 e L2; 25% (vinte e cinco por cento) para as ações afirmativas L3 e L4; 3% (três por cento) para a ação afirmativa A1 e 47% (quarenta e sete por cento) para a ampla concorrência.

I - Estudantes egressos de escola pública, com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 (um vírgula cinco) salário-mínimo per capita:

- a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas (ação afirmativa L2);
- b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas. (ação afirmativa L1).

II - Estudantes egressos de escolas públicas, com renda familiar bruta superior a 1,5 (um vírgula cinco) salário mínimo *per capita*:

- a) que se autodeclararam pretos, pardos e indígenas; (ação afirmativa L4);
- b) que não se autodeclararam pretos, pardos e indígenas (ação afirmativa L3).

III - estudantes com deficiência (ação afirmativa A1).

IV - Estudantes que independente da procedência escolar, renda familiar ou raça/etnia (denominada ampla concorrência ou AC).

Para o ingresso no curso no Curso de Geografia Licenciatura EAD tivemos três chamadas, considerando os seguintes critérios: nota no ENEN; portador de diploma; nota no Ensino Médio.

2.7 Organização Curricular

A estrutura curricular da UNIPAMPA é semestral, sem pré-requisito e sem área de concentração, mas com disciplina do domínio conexo e atividades complementares. O formato adotado será sequencial, sendo todos os componentes curriculares obrigatórios para que o aluno cumpra o número de créditos e a carga horária necessária para obter a integralização curricular;

Serão realizados, durante o desenvolvimento do curso: encontros presenciais e seminários temáticos, estudos a distância e avaliações;

O número mínimo de créditos a serem cursados por semestre é de 24 créditos.

O *Moodle* será adotado no curso como um ambiente virtual de aprendizagem.

•A infraestrutura de apoio acadêmico e administrativo será composta de: coordenadora do curso, assessoria da coordenação, docentes, secretaria acadêmica, tutores a distância, coordenação de tutores;

- A indicação do quantitativo de polos e possibilidades de expansão é de 50 vagas para cada município;
- A entidade executora do projeto é a UNIPAMPA em consonância com o sistema UAB;
- A equipe técnica dos polos deve ser composta por coordenador de polo e tutor presencial;
- O polo deverá manter uma estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades dos discentes. Instituição (polos) se responsabiliza pela infraestrutura física e equipamentos adequados à realização do trabalho monográfico pelos alunos, tais como: acesso à Internet, a redes de informação e outros recursos indispensáveis a sua realização.

2.7.1 Requisitos para a integralização do currículo

Considera-se integralização curricular a obtenção de carga horária total dos componentes curriculares/atividades fixados no currículo do curso e prevista no Projeto Pedagógico do Curso e a participação ou dispensa do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante (ENADE), conforme Lei nº 10.861/2004.

Observação: Somente receberá o diploma o aluno que integralizar o currículo do seu curso.

Em relação à avaliação, de modo geral, o curso de Geografia Licenciatura EAD adota a Resolução 29, de 28 de abril de 2011.

Art. 58 O desempenho acadêmico é resultante do processo de avaliação do discente nas atividades de ensino na Instituição, em consonância com as normas regimentais e com a legislação pertinente.

Art. 59 A avaliação da aprendizagem do discente nos componentes curriculares é processual, contínua e cumulativa, com a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

§1º O registro da aprendizagem do aluno deve constar em pelo menos um documento físico (prova escrita, relatório ou outro instrumento de avaliação).

§2º O resultado das atividades de avaliação deve ser divulgado aos discentes em até 10 (dez) dias úteis após a sua realização.¹²

§3º É assegurado ao discente vistas aos documentos referentes às suas atividades de avaliação, após a divulgação do resultado dessas.

§4º O resultado final da avaliação de aprendizagem é expresso como aprovado ou reprovado de acordo com os critérios de frequência registrada e nota atribuída ao discente.

¹² Salienta-se que, em casos em que a avaliação deve ser remetida ao Campus São Borja, o prazo de divulgação do resultado passa a contar apenas a partir da chegada dos documentos ao campus.

§5º A nota atribuída ao discente segue uma escala numérica crescente de 0 (zero) a 10 (dez).

Art. 61 Atividades de recuperação são asseguradas ao discente e promovidas ao longo do desenvolvimento do componente curricular, em uma perspectiva de superação de aprendizagem insuficiente.

Parágrafo único. As atividades de recuperação são descritas no respectivo Plano de Ensino, ressalvado ao docente o direito do planejamento dessas atividades.

2.7.2 Trabalho de Conclusão de Curso

O “Trabalho de Conclusão de Curso, além de instituir o exercício de prática de pesquisa com complexidade superior àquelas desenvolvidas no decorrer do curso, atividade efetiva, pois, de articulação entre ensino e pesquisa, é o momento de aplicação e aprofundamento do conjunto de conhecimentos construídos ao longo da graduação. Ainda que, para a realização deste trabalho, o acadêmico tenha de delimitar seu objeto de estudo e definir uma área específica. O TCC deve expressar o resultado da contribuição de cada componente curricular em sua formação como sujeito autônomo, comprometido com as questões referentes ao Curso, capaz de estabelecer relações entre conhecimentos, preocupado com o arcabouço teórico e com a correlação entre teoria e prática e, sobretudo, atento às questões referentes ao estudo da Geografia.

Enquanto exercício de pesquisa, o TCC permite qualificação complementar e incentivo para que os alunos prossigam sua formação após a conclusão do curso de graduação, seja na perspectiva de investimento na atividade acadêmica, seja enquanto formação continuada com vistas à prática profissional no mercado de trabalho fora da universidade. As orientações serão distribuídas de maneira proporcional pelos professores docentes do curso de Geografia, bem como das áreas respectivas que façam parte da Comissão de Curso. Poderá haver, em casos de trabalhos que abranjam o envolvimento de mais de uma área, a figura do coorientador (da UNIPAMPA ou de outras IES).

O Trabalho de Conclusão de Curso, que se constituirá em um artigo científico, inicia durante a realização do componente curricular de Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia, ofertado no 6º semestre. No qual irá elaborar seu projeto de pesquisa (com introdução, objetivos, justificativa, metodologia, revisão bibliográfica, cronograma e referências bibliográficas), como produto do componente. No TCC o aluno, sob a orientação do professor do componente curricular e do professor-orientador (e coorientador, quando for o caso), executará o projeto elaborado no formato de artigo e

realizará apresentação pública para apreciação de banca. As orientações atenderão a Instrução Normativa nº2 de 19 de abril de 2017 (MEC-CAPES-DED, 2017) e a Resolução CONSUNI 29/2011.

Durante o período de orientação, o professor-orientador acompanhará a redação de todas as partes do artigo, cabendo ao aluno remeter regularmente seu texto ao professor-orientador. Aqueles alunos que não submeterem seu trabalho ao acompanhamento do professor não poderão encaminhar o artigo à banca para avaliação. Uma vez concluído, o artigo será encaminhado em versão preliminar ao professor responsável pelo componente de TCC e ao professor orientador.

A defesa do trabalho de conclusão de curso deverá ser pública, com dia, horário e local divulgados. As notas são atribuídas após a defesa e arguição. A banca de avaliação será composta pelo professor orientador e dois docentes da UNIPAMPA ou convidados, com formação em nível superior, experiência e atuantes na área envolvida no TCC. A definição das bancas ocorrerá em Comissão de Curso. Após a defesa, o aluno deverá proceder a revisão indicada e entregar versão final em meio digital, conforme orientação do docente do componente de TCC.

Cada membro da banca atribuirá nota de 0 a 7,0 (zero a sete) para o trabalho escrito e nota de 0 a 3,0 (zero a três) para a defesa oral, conforme os critérios descritos abaixo nos quadros 1 e 2. A nota final será a soma da média das notas dos três professores integrantes da banca, respeitando-se o peso do trabalho escrito e o da defesa oral, conforme o apresentado no quadro 3.

Quadro 1- Trabalho escrito

Trabalho escrito de natureza teoria - prática	
Critérios	Valor
Consistência teórico (adequação do referencial teórico, nível de discussão, articulação entre os temas abordados).	2,0
Clareza metodológica (introdução, objetivos, conclusão, organização estrutural do artigo).	2,0
Relação teoria e prática.	2,0
Aspectos formais (adequação gramatical, respeito às normas da ABNT).	1,0
Total	7,0

Fonte: Equipe de elaboração do PPC.

Quadro 2- Defesa oral

Critérios para avaliação da defesa oral	Valor
Relevância e clareza da apresentação do trabalho	1,5

Desempenho da arguição.	1,5
Total	3,0

Fonte: Equipe de elaboração do PPC.

Quadro 3- Nota final

Nota Final	Peso
Trabalho escrito	7,0
Defesa oral	3,0
Média Final	Soma do trabalho escrito e defesa oral.

Fonte: Equipe de elaboração do PPC.

REPROVAÇÃO: Em caso de reprovação, a comissão de curso irá definir a data de uma nova apresentação do TCC, ou a necessidade do aluno refazer o componente curricular de TCC.

2.7.3 Estágios

O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório inicia na segunda metade do curso e tem como objetivo possibilitar ao acadêmico a participação sistemática e reflexiva em situações de ensino-aprendizagem na educação formal, em regime presencial. O Estágio Supervisionado Obrigatório é uma atividade curricular que possibilita a aproximação do licenciando com o campo profissional, articulando os saberes acadêmicos e a prática escolar, consolidando a indissociabilidade entre teoria e prática e deverá **atender as prerrogativas da Base Nacional Curricular Comum e seus desmembramentos regionais e locais.**

Nessa perspectiva, o Estágio Supervisionado Obrigatório proporciona o desenvolvimento de habilidades e competências docentes, as quais envolvem todo o conjunto formativo do curso. Outro elemento imprescindível à prática do Estágio Supervisionado Obrigatório é a elaboração de planejamentos de aulas, planejamentos de bimestre/semestre, elaboração de material didático, teorização da prática escolar, entre outros. Toda a atividade de estágio deverá ser avaliada e acompanhada pelos docentes responsáveis.

O estágio, portanto, tem como objetivos específicos: Possibilitar ao estudante a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho; proporcionar ao estudante o desenvolvimento de competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais, por meio da contextualização dos

conteúdos curriculares e do desenvolvimento de atividades relacionadas, de modo específico ou conexo, com sua área de formação e desenvolver atividades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio profissional.

Os Estágios Supervisionados Obrigatórios em Geografia Licenciatura EAD seguem a regulamentação apresentada nesse PPC.

O Estágio Supervisionado Obrigatório está distribuído na matriz curricular em componentes curriculares e deve ser realizado no Ensino Fundamental e Médio, em escolas municipais, estaduais, federais ou privadas, conforme a disponibilidade prévia de convênio, Termo de Compromisso e Plano de Atividades firmados entre as Unidades Concedentes e a UNIPAMPA. Os estágios obrigatórios contarão com o apoio da Coordenação de Estágios, composta pelo Coordenador de Estágio, Professores/orientador de Estágio e Tutores presenciais.

O Estágio Supervisionado Obrigatório será desenvolvido ainda, de modo complementar e na medida da disponibilidade regional, nas seguintes modalidades e focos:

Educação de Jovens e Adultos

Educação Especial

Educação para a Diversidade – comunidade indígena ou quilombola.

Conforme a Resolução nº 268 (UNIPAMPA, 2019), que dispõe sobre a realização dos Estágios destinados a estudantes regularmente matriculados na Universidade Federal do Pampa e sobre os Estágios realizados no âmbito desta Instituição, no seu artigo 32 define as atribuições do acadêmico estagiário, como segue:

- I. conhecer o texto da Lei nº 11.788/2008, da Resolução da Unipampa que estabelece as Normas Acadêmicas, desta Resolução e das normas de estágio instituídas pelas Comissões de Curso do Campus;
- II. estar regularmente matriculado na UNIPAMPA, ou ter estado regularmente matriculado no período letivo regular anterior, caso o estágio ocorra em período de recesso acadêmico;
- III. cursar ou já ter cursado componentes curriculares compatíveis com as atividades exigidas no Estágio;
- IV. elaborar o Plano de Atividades e encaminhar junto à aprovação do orientador a documentação ao Coordenador de Estágios do Curso para dar início aos trâmites exigidos para a assinatura do Termo de Compromisso de Estágio ou de seus aditivos;
- V. cumprir o Termo de Compromisso de Estágio, ou do aditivo em vigor, integralmente;
- VI. comunicar ao orientador sempre que houver alguma dificuldade de ordem técnica ou pessoal que esteja impedindo o cumprimento do Termo de Compromisso de Estágio;
- VII. responder aos questionamentos do orientador com relação ao Estágio, sempre que solicitado;

- VIII. cumprir todos os procedimentos e prazos relacionados com o Estágio;
- IX. estar ciente de que, caso seja comprovada qualquer irregularidade, fraude ou falsificação, o Estágio será cancelado, sem prejuízo de medidas legais cabíveis;
- X. conhecer e cumprir as normas internas da unidade concedente;
- XI. exercer as atividades de estágio com zelo, disciplina, responsabilidade, pontualidade e assiduidade;
- XII. responder pelo ressarcimento de danos causados por ato doloso ou culposos a qualquer equipamento instalado nas dependências da unidade concedente durante o cumprimento do Estágio, bem como por danos morais e materiais causados a terceiros;
- XIII. participar de todas as atividades inerentes à realização dos Estágios, de acordo com o regramento instituído na Universidade;
- XIV. elaborar e entregar ao orientador de Estágio os relatórios exigidos, na forma, prazo e padrões estabelecidos. Resolução nº 268, de 02 de dezembro de 2010;
- XV. responder ao orientador quando houver realização de atividades para a parte concedente fora do prazo estipulado no TCE e seu aditivo.

Os profissionais vinculados ao desenvolvimento do estágio obrigatório deverão trabalhar de forma conjunta e articulada, sendo suas atribuições:

1) da coordenação de estágio: a organização do componente curricular, o encaminhamento dos processos burocráticos para realização do mesmo, a fundamentação teórica do planejamento; as orientações sobre elaboração do relatório final. O coordenador também irá coordenar as atividades a serem desenvolvidas pelo professor orientador e tutor presencial.

2) do professor orientador (supervisor): orientar, avaliar e propor alterações nos planos de aula, orientar acerca de bibliografia e material didático a ser utilizado nos planejamentos, em conjunto com o tutor presencial, realizar a observação e avaliação da regência de aula do acadêmico.

3) do tutor presencial: fazer a mediação entre alunos, professores regentes e escolas; auxiliar na orientação do preenchimento dos documentos de estágio, organizar e encaminhar os documentos de estágio (Termos de Compromisso, Atas de presença, relatórios, ficha de avaliação da aula, entre outros). Realizar as observações e preenchimento da avaliação da regência.

Obs.: Caso o aluno não possa ser assistido pelo tutor presencial ou professor para ser avaliado, ele poderá gravar a sua aula, com as devidas autorizações e enviá-la ao professor/tutor presencial de estágio.

O Estágio está estruturado em: Estágio Supervisionado em Rotinas Escolares (120 horas); Estágio Supervisionado em Geografia no Ensino Fundamental (150 horas) e Estágio Supervisionado em Geografia no Ensino Médio (135 horas). O estágio

Supervisionado Curricular obrigatório integralizará 405 horas e iniciará no 5º semestre, sendo distribuída da seguinte forma:

5º Semestre – Estágio Supervisionado em Rotinas Escolares, com 120 horas (08 créditos) distribuídas da seguinte forma:

- 10 horas de observação de aulas de geografia;
- 02 horas de observação das atividades de direção;
- 02 horas de observação das atividades de Orientação escolar;
- 02 horas de observação das atividades de Supervisão escolar;
- 04 horas de observação de reuniões pedagógicas;
- 40 horas de estudos teóricos, estudos dos documentos institucionais da escola, de documentos legais e preparação de relatório;
- 45 horas de orientações;
- 15 horas de socialização e análise do estágio (produção de material audiovisual e apresentação de relatório)

6º Semestre – Estágio Supervisionado em Geografia no Ensino Fundamental, com 150 horas (10 créditos) distribuídas da seguinte forma:

- 60 horas de orientação;
- 36 horas de planejamento;
- 04 horas de observação;
- 16 horas de regência;
- 30 horas de estudos teóricos, estudos dos documentos institucionais da escola, de documentos legais e preparação de relatório;
- 4 horas de socialização e análise do estágio.

7º Semestre – Estágio Supervisionado em Geografia no Ensino Médio, com 135 horas (9 créditos) distribuídas da seguinte forma:

- 50 horas de orientação;
- 30 horas de planejamento;
- 04 horas de observação;
- 16 horas de regência;
- 30 horas estudos teóricos, estudos dos documentos institucionais da escola, de documentos legais e preparação de relatório;
- 5 horas de socialização e análise do estágio.

As avaliações dos Estágios Supervisionados Obrigatórios são processuais, através do desenvolvimento do acadêmico ao longo dos planejamentos e regências, conjuntamente com o Relatório de Estágio, correspondendo a: 5,0 pontos os planejamentos e observações e 5,0 pontos ao relatório final. Devido à natureza dos componentes curriculares de estágios e ao conjunto de elementos qualitativos e processuais abarcados pela avaliação proposta, não serão previstas atividades recuperatórias semelhantes às tradicionalmente empregadas em outros componentes curriculares. O aluno que não for aprovado poderá, através de requerimento fundamentado e dirigido à Coordenação do Curso, requerer revisão da nota obtida, conforme o estabelecido nas Normas Básicas da Graduação da UNIPAMPA (Resolução 29, UNIPAMPA).

Para cada Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório deve ser produzido um relatório contendo: apresentação do local de estágio (escola e comunidade escolar), análise dos projetos políticos pedagógicos e regimentos escolares, descrição e reflexão das observações e regências, teorizações das observações e regências, conclusões, referências bibliográficas e, em anexo, os documentos comprobatórios de estágio (atas de presença, ficha de avaliação do professor regente) e em apêndice os planos de aula.

Os critérios de avaliação do acadêmico quanto ao estágio curricular são:

- Frequência aos atendimentos e atividades na Universidade e do polo.
- Organização da proposta de trabalho.
- Coerência entre a proposta e a prática pedagógica em sala de aula.
- Responsabilidade, comprometimento e autonomia.
- Desenvolvimento do conteúdo (segurança, domínio e clareza).
- Relacionamento professor-aluno na regência e professor-aluno no âmbito do componente curricular de estágio.
- Frequência aos encontros presenciais e virtuais para elaboração do planejamento e relatório.
- Coerência do relatório com a proposta fazendo uma análise crítica da prática pedagógica.

2.7.3.1 Estágio não obrigatório

O Curso possibilita ao estudante o desenvolvimento, antes mesmo do seu estágio obrigatório, das experiências e vivências que puder, em ambiente real de trabalho, conforme Resolução da UNIPAMPA nº 268/2019.

2.7.4 Metodologias de Ensino e Avaliação

O ambiente de aprendizagem é um espaço (virtual e/ou físico) de interação para a construção do conhecimento e reflexão sobre a transposição didática, em que são trabalhadas diversas formas de abordagem em relação aos temas presentes nos componentes curriculares do Curso de Geografia Licenciatura EAD. As aulas acontecerão através de metodologias apropriadas à educação a distância, bem como as metodologias comumente usadas em aulas presenciais, para quando essas ocorrerem. A metodologia é pensada a partir das necessidades específicas de cada componente curricular, buscando estimular o discente como sujeito de seu próprio processo de construção de conhecimento. O perfil do Curso prevê uma formação interdisciplinar, crítica, capaz de formar profissionais atuantes, comprometidos, aptos a relacionar teoria e prática para a transformação social. O ensino está intrinsecamente ligado à pesquisa e extensão, devendo ser um balizador das metodologias de ensino. A aprendizagem deve ser estimulada por práticas docentes que privilegiem seminários, debates, aulas expositivas dialogadas, saídas de campo, análise e interpretação de mapas, que poderão ser corroboradas com a análise dos planos de ensino de cada professor. Salienta-se a importância do uso das Tecnologias da Informação na formação dos professores da contemporaneidade.

A modalidade a distância, conforme (LITTO; FORMIGA, 2009) exige a interação entre as diferentes categorias, como segue: - aluno/professor: a interação acontece de forma síncrona e assíncrona, provocando motivação e *feedback* aos alunos, e auxiliando o seu aprendizado; - aluno/conteúdo: com as tecnologias contemporâneas, particularmente, a Internet, além de interagir com conteúdos digitais, o aluno tem a possibilidade de constituir-se como autor desses conteúdos no seu processo de aprendizagem; - aluno/aluno: a interação ocorre síncrona ou assincronamente, caracterizando o que se denomina aprendizado colaborativo e cooperativo, que envolve o aspecto social da educação; - professor/professor: professores encontram nos colegas fontes de assistência e *insight* “ pedagógicos, constituindo, assim, comunidades físicas e

virtuais. Ocorre a distância, em congressos e seminários, ou mesmo informalmente. - professor/conteúdo: o professor é autônomo na elaboração do conteúdo, contudo suas fontes de consulta devem ser rigorosamente citadas; - conteúdo/conteúdo: alguns programas são semiautônomos, proativos e adaptativos, utilizando recursos de inteligência artificial. Esses aplicativos podem recuperar informações, operar outros programas, tomar decisões e monitorar os recursos na rede; - aluno/interface: dá conta das interações que ocorrem entre o aluno e a tecnologia, já que o aluno precisa utilizar a tecnologia para interagir com o conteúdo, com o professor e os outros alunos; - autointeração: chamada de interação intrapessoal, enfatiza a importância da conversa do aluno consigo mesmo durante o engajamento com o conteúdo do aprendizado; - interação vicária: a interação acontece de modo silencioso, quando o aluno apenas observa as discussões e os debates, sem deles participar ativamente.

Considerando o exposto, a metodologia empregada no curso, integra atividades síncronas e assíncronas de modo a permitir a efetivação da aprendizagem. Atende o Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017, que em seu artigo primeiro estabelece que

Art. 1º Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Nesse contexto, os componentes curriculares e seus respectivos conteúdos são dispostos na plataforma *Moodle* e desenvolvidas conforme as peculiaridades dos diferentes componentes, através de atividades síncronas e assíncronas. Para tanto são utilizados textos, vídeos, fóruns, chats, vídeo aulas, videoconferências através *Google Meet* (*Ferramenta de comunicação por vídeo desenvolvido pelo Google*). Para um melhor gerenciamento, os alunos estão divididos em grupos de acordo com os polos.

No *Moodle*, os professores disponibilizam e ministram suas aulas através de ferramentas interativas, ferramentas colaborativas e recursos de avaliação, que poderão ser realizadas individualmente ou em grupos. Como já mencionado, a apresentação do conteúdo poderá ser realizada através de vídeos, áudios, material didático digital e animações em diferentes formatos. O acompanhamento do processo de aprendizagem do aluno é realizado através de ferramentas de avaliação, individual ou em grupo, como glossários, questionários com correção automática, ferramentas colaborativas de autoria,

como *wikis*, tarefas e lições que exigem do aluno resposta aos temas propostos através da redação de textos.

Já as atividades presenciais são realizadas nos momentos de avaliações, visitas da coordenação do curso e dos professores aos polos. A cada semestre, cada polo recebe pelo menos uma visita da coordenação e pelo menos uma visita de um dos professores dos componentes que estão sendo oferecidos no semestre. Também ocorrem atividades presenciais durante eventos promovidos pelos polos como: semanas acadêmicas, trabalhos de campos, palestras.

Os estudos a distância ocorrem com o acompanhamento dos tutores. Em cada polo onde o curso é oferecido há um tutor (18 tutores) que atende aos alunos de forma virtual e presencial, sempre que for necessário. Já na sede do curso, no Campus São Borja da UNIPAMPA, um grupo de dezoito tutores está à disposição para atuar juntamente aos alunos, com os tutores localizados nos polos, mas, principalmente, para fazer a intermediação mais direta com os professores.

Os tutores, para melhor desempenharem seu trabalho, possuem a coordenadora de tutoria, localizada na sede do curso e dá suporte aos 36 tutores do curso para a qualificação de seu trabalho. Essa coordenadora de tutoria é responsável pelo acompanhamento e supervisão das atividades desempenhadas pelos tutores, acompanhamento do planejamento e desenvolvimento das atividades de capacitação dos tutores, suporte quanto à utilização de ferramentas no ambiente virtual e também supervisão e análise da regularidade de acessos dos tutores. A Coordenadora de tutoria presta apoio técnico à coordenação do curso e docentes.

Em relação a questão de acessibilidade, o ambiente virtual de aprendizagem *Moodle* disponibiliza o recurso Leitor de Tela NVDA para pessoas que possuam baixa visão, onde é possível aumentar ou diminuir o tamanho da fonte e controlar o alto contraste, que faz o ajuste da cor da tela e cor da fonte. O ambiente ainda disponibiliza o recurso VLibras, tradutor do conteúdo digital para a Linguagem Brasileira de Sinais – LIRAS.

Neste contexto, o componente da Língua Brasileira de Sinais busca estimular a prática da linguagem dos sinais, além de reiterar a importância da cultura surda através de atividades práticas utilizando-se recursos disponibilizados no respectivo componente curricular. Considerando a especificidade do componente de Libras, justifica-se uma carga horária prática. Como trata-se de um componente de ensino de língua de

modalidade visual, motora e de estrutura linguística e gramatical diversa da Língua Portuguesa, dentro de um curso de formação de docentes para o ensino da Geografia, é mister que os acadêmicos sejam estimulados a prática do uso da Língua de Sinais Brasileira - LIBRAS. Língua de ensino, instrução e direito das comunidades surdas brasileiras são temáticas desenvolvidas. Portanto, apresentar aos sujeitos a cultura surda, a língua e gramática em sua contextualidade e uso, além do referencial teórico interativo como paradigma teórico/metodológico para entendimento da cultura surda e suas especificidades

Destaca-se, ainda, que a infraestrutura de apoio ao desenvolvimento das ações do curso consta com o que já foi descrito no item 2,2,4 além do apoio prestado pela Divisão de Educação a Distância da Prograd.

Quanto ao sistema de avaliação, de acordo com as Normas Básicas da Graduação da UNIPAMPA (Resolução CONSUNI 29/2011), será considerado aprovado o acadêmico que obtiver nota final mínima de 6,0 (seis). A obtenção da média final deve resultar de formas diversificadas de avaliação, a seguir descritas.

2.7.4.1 Práticas inovadoras na região do âmbito do curso e no contexto educacional

Considerando a questão das práticas inovadoras no âmbito do curso e no contexto educacional, apropria-se das ideias de Guimarães (2018) de que as metodologias inovadoras possibilitam a emancipação dos estudantes e englobam: sala de aula invertida, estudo de caso, atividades por pares, aprendizagem baseada em problemas e aprendizagem baseada em projetos. Tem por objetivo “instrumentalizar por meio do conhecimento os estudantes, garantindo-lhes o poder de interpretar e transformar as suas condições de existência” (2018, p. 9) Já para Foronca e outros (2018) essas metodologias, congregam novas experiências e aspirações teóricas na prática docente, oportunizado novos caminhos educativos a partir de diferentes estratégias educacionais.

Nesse contexto, e considerando as características intrínsecas da modalidade de ensino a distância, destaca-se que as tecnologias da informação e comunicação se constituem no recurso educacional utilizado para a efetivação dos processos de ensino e de aprendizagem, como prática pedagógica ativa, contribuindo para a ampliação e democratização do acesso à educação. Assim, o ambiente virtual de aprendizagem usado no curso é a plataforma *Moodle*, a qual permite implementar práticas dinâmicas a partir

do uso das diferentes TICs: Celular; Tablet; Computador; Televisão; Impressoras multifuncionais; Câmera fotográfica; *Pen drives*; *E-mails*; Serviços de *streaming*; *Sites da Internet* como: Repositórios Digitais, Referatórios de Objetos de Aprendizagem e Recursos Educacionais, Plataformas de Compartilhamento de Vídeos, Sistemas de Busca de Informação, redes sociais e aplicativos de mensagens instantâneas e plataformas de comunicação por videoconferência, de acordo com as especificidades de cada componente curricular. Diante disso, o curso busca implementar práticas inovadoras na área de abrangência dos polos educacionais da UAB através do “Programa de Extensão em Geografia: ação que transforma comunidades e transcende fronteiras”.

Esse programa é integrado por diferentes ações voltadas para alunos, professores, gestores e comunidade em geral da área de abrangência dos 18 Polos Educacionais da Universidade Aberta do Brasil onde o Curso de Geografia é oferecido, em convênio com a UAB. A partir de atividades de ensino, pesquisa e extensão, pretende-se colaborar para o desenvolvimento local e regional das comunidades envolvidas. Será efetivado através da produção e socialização de conhecimento entre os atores sociais envolvidos: discentes e docentes da Universidade Federal do Pampa, ligados aos cursos de Geografia e/ou Pedagogia ofertados nos Polos UAB; docentes das redes municipais destes municípios e demais integrantes da comunidade local e regional que tiver interesse na proposta. É integrado pelos subprogramas: Geoparque Quarta Colônia; Geoparque Caçapava; Trilhas da Linha Bela; o Valorização dos Pequenos Produtores Rurais; A importância do Carvão para a construção histórica-econômica local e regional.

Com a realização deste programa espera-se atender as exigências precípua da universidade que se referem ao desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão e através delas contribuir para: a qualificação da formação dos discentes dos cursos de Geografia e Pedagogia dos polos UAB da área de abrangência do programa; que a comunidade envolvida reconheça na apropriação sustentável do patrimônio local e regional uma oportunidade para a promoção do desenvolvimento territorial.

2.7.4.2 Avaliação

A avaliação do discente é processual, cumulativa e contínua, prevalecendo os aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação só tem sentido quando realizada a partir de um Projeto Político-Pedagógico do Curso (PPC) coletivo e enquanto mediadora do processo ensino/aprendizagem, respeitando-se as especificidades de cada

atividade pedagógica e componentes curriculares, bem como as particularidades do processo de elaboração do conhecimento dos alunos e as propostas dos docentes.

Principais formas de avaliação:

Diagnóstica – esta forma de avaliação pressupõe o discente como um agente relacionado a um processo de aquisição significativa de conhecimento. O docente elabora um conjunto de atividades para conhecer o discente suas aptidões, interesses, capacidades e competências enquanto pré-requisitos para trabalhos futuros, e tem como objetivo orientar, explorar, identificar, adaptar e predizer. A avaliação diagnóstica pode ser realizada através de tarefas de sondagens, pré-testes, questionários, observações.

Formativa – esta forma de avaliação tem como meta comprovar se as atividades que estão sendo desenvolvidas estão de acordo com o planejado pelo docente, documentando como estão ocorrendo, apontando sucessos e fracassos, identificando áreas problemáticas e fazendo recomendações.

Somativa – esta forma de avaliação pode ser realizada através de pareceres escritos do professor sobre seminários, artigos, etc. desenvolvidos pelos alunos, e que permite identificar o reconhecimento das etapas do processo de ensino e de aprendizagem

A relação dos discentes com as tecnologias se fará pela adoção de suportes das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), Educação à Distância (EAD) e da Plataforma *Moodle*.

Conforme a Resolução CONSUNI 29/2011: A todo discente é assegurada a realização de atividades de recuperação de ensino, em uma perspectiva de avaliação contínua e diagnóstica. A instrução também assegura a existência de atividades de recuperação ao longo do processo de ensino-aprendizagem, explicitado nos planos de ensino.

Avaliação é o processo que possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, consideradas as competências a serem constituídas e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias. Nesse caso, a avaliação inclui o diagnóstico e a regulação, incluindo aferição de resultados para a progressão. Envolve ainda, colateralmente, a certificação das aprendizagens. Em todas essas etapas, o desenvolvimento da autoavaliação é elemento central no processo da simetria invertida, do aprender a aprender e ensinar, em que o estudante-docente precisa reconhecer – com segurança e solidez – o que sabe identificar o que não sabe, e aconselhar-se sobre como poderá buscar desenvolver o que precisa e o que precisam os

que por ele estarão orientados. Portanto, o principal avaliador do estudante deve ser ele mesmo. O professor, na condição de principal orientador pedagógico e acadêmico, deve trabalhar de modo a estimular seus estudantes à condição de melhores avaliadores das próprias aprendizagens, estratégia essencial para uma formação docente de alta qualidade, oferecendo, entre outros fatores, critérios bastante claros para a acreditação do trabalho discente e para a integralização curricular, que no Projeto também tentamos tratar de modo inovador.

Conforme Hoffmann (1995), quando descreve a avaliação como uma concepção transformadora: a avaliação é a reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona a novas reflexões. Reflexão permanente do professor sobre sua realidade e acompanhamento, passo a passo, do estudante, na sua trajetória de desenvolvimento das competências e na construção dos conhecimentos. Trata-se de um processo interativo, por meio do qual os estudantes e professores aprendem sobre si mesmos, vivenciando dialogicamente a realidade do processo ensino- aprendizagem no ato próprio da avaliação.

Tendo em vista a garantia dos objetivos e da qualidade do processo de formação, conforme Hoffmann (1995) e Sant'Anna (1995), a avaliação deve ser:

Reflexiva – desenvolvida como ação investigativa e reflexiva;

Cooperativa – trata-se de um ato coletivo e consensual do qual participam todos os envolvidos, diretos e indiretamente, na ação educativa;

Contínua – acompanhando toda a ação pedagógica, identificando o estágio em que se encontra a execução do plano educativo;

Integrada – a avaliação é parte integrante da ação educativa, com a qual mantém uma relação dialética: ela é produto e fator da ação pedagógica;

Abrangente – atingindo todos os componentes da ação pedagógica;

Versátil – deve se basear em inúmeras aferições, em vários tipos de dados, com múltiplos, variados e adequados instrumentos, e deve se processar em diferentes momentos.

A partir desses princípios, propõe-se um sistema integrado de avaliação do Curso e das atividades pedagógicas, de acordo com os objetivos do Curso e perfil do formando, como segue:

1. Enquanto mediadora dos processos de ensino e de aprendizagem, a avaliação das atividades acadêmicas deve permitir a articulação entre as etapas do processo

pedagógico; e ser orientada pelos objetivos do curso e perfil esperado do formando, ou seja, o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica e operacionalização de conceitos, permitindo, assim, a produção de novos conhecimentos científicos;

2. Cada instrumento de avaliação deve deixar transparente o que se pretende avaliar, quais competências e habilidades a serem desenvolvidos, bem como os critérios de avaliação, os quais devem ser discutidos previamente com os alunos, assim como os resultados e as medidas a serem tomadas para o aperfeiçoamento do processo;

3. O aluno deve ter o retorno das avaliações com comentários e sugestões para superação dos problemas, reorganização e reelaboração do conhecimento;

4. A nota para promoção em componentes curriculares, obrigatórios e complementares é 6,0 (seis), conforme estabelecido pela Resolução 29 (UNIPAMPA, 2011).

Para além desses pressupostos, a avaliação nos componentes curriculares do curso de Geografia Licenciatura EAD deve ter em todos os semestres pelo menos uma avaliação presencial no respectivo polo, conforme calendário de avaliações proposto pela Coordenação do Curso. Demais formas de recuperação processual são previstas nos respectivos planos de ensino. Poderão ser desenvolvidas atividades de estudo/recuperação mediada pelos tutores e ações de revisão de conteúdo realizadas em grupos de estudos nos polos.

O TCC, por constituir em atividade de natureza acumulativa, processual e específica da formação que está de acordo com a proposta de desenvolvimento da pesquisa, terá nota de promoção mínima igual a 6,0 (seis).

Serão proporcionadas atividades avaliativas de recuperação para aqueles e aquelas que não atingirem a média 6,0 (seis). Esta recuperação deverá ser explicitada nos planos de ensino bem como acordadas entre o docente e os discentes.

2.7.5 Prática como Componente Curricular

A Prática como Componente Curricular, segundo nomenclatura do referido Parecer CNE/CES nº 15/2005 (BRASIL, 2005), “é o conjunto de atividades formativas que proporcionam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício da docência”

As Diretrizes Orientadoras para Elaboração dos Projetos Pedagógicos das Licenciaturas da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA, 2011), a LDB/96, no Título VI - Dos Profissionais da Educação, Art. 61 ao 67, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, destacam a importância da relação entre teoria e prática; da pesquisa como elemento essencial na formação; do aproveitamento da experiência anterior. Esses aspectos devem constituir, também, fundamentos que presidirão os currículos de formação inicial e continuada de professores (Parecer CNE/CP 009/2001). Ainda de acordo com o documento, a Prática como Componente Curricular (PCC) deverá estar presente desde o início do curso e permear toda a formação do professor, conforme o Parecer CNE/CP 09/2001 (BRASIL, 2001, p.50): “[...] as escolas de formação de professores devem trabalhar em interação sistemática com as escolas do sistema de educação básica, desenvolvendo projetos de formação compartilhados”. No curso de Geografia Licenciatura EAD, a oferta de Prática como Componente Curricular ocorre do 2º ao 8º semestre.

A Prática Pedagógica como Componente Curricular contrapõe-se ao princípio aplicacionista a partir do qual o aluno fazia aplicação prática do que estudou somente no final do curso, quando da realização dos estágios. Visa a ampliação do espaço de formação prática e o conhecimento e análise de situações pedagógicas. Não depende de observação direta na escola e poderá fazer uso de tecnologias da informação, narrativas orais e escritos de professores, produções dos alunos-situações simuladas, estudos de caso, produção de material didático. (RIBEIRO, 2016)

Conforme Parecer CNE/CES nº 15/2005 a prática como componente curricular pode ser desenvolvida como núcleo ou como parte de componentes curriculares ou de outras atividades formativas. Considerando o referido parecer a Prática Pedagógica como Componente Curricular no Curso de Geografia Licenciatura EAD engloba sete componentes curriculares oferecidos a partir do segundo semestre do curso. Os mesmos concorrem para a reflexão crítica sobre a prática pedagógica, a inserção do discente no contexto escolar formal, a análise e avaliação de procedimentos metodológicos para os conteúdos curriculares e a interação com as instituições escolares.

A prática como componente curricular está contemplada em todo o trajeto formativo do curso, na forma de componentes curriculares como Prática Pedagógica em Geografia 1, Prática Pedagógica em Geografia 2, Prática Pedagógica em Geografia 3,

Prática Pedagógica em Geografia 4, Prática Pedagógica em Geografia 5, Prática Pedagógica em Geografia 6, Prática Pedagógica em Geografia 7.

Nesse contexto, grupo de componentes citados enfoca principalmente: reflexões sobre práticas de ensino de Geografia; à docência e a pesquisa em Geografia, metodologias e recursos didáticos para o ensino de Geografia; Educação Ambiental; tecnologias da informação e comunicação e mídias aplicáveis ao ensino de Geografia.

O desenvolvimento desses componentes busca articular a reflexão teórica com o exercício da atividade profissional por meio de trabalhos, pesquisas, planejamentos e simulações didáticas potencialmente críticas e inovadoras que objetivam aproximar o docente em formação com seu campo de trabalho.

2.7.6 Atividades Complementares de Graduação

De acordo com a Resolução CONSUNI nº 29, de 20 de abril de 2011,

Art. 51 As Atividades Complementares de Graduação (ACG) são atividades desenvolvidas pelo discente, no âmbito de sua formação acadêmica, com o objetivo de atender ao perfil do egresso da UNIPAMPA e do respectivo curso de graduação, bem como à legislação pertinente.

Assim, as atividades acadêmico-científico-culturais, ou atividades complementares de graduação, do Curso de Geografia Licenciatura EAD compreendem aquelas não previstas na matriz curricular dos cursos cujo objetivo seja o de proporcionar aos alunos a participação em experiências diversificadas que contribuam para sua formação humana e profissional. O aluno deverá cumprir o mínimo de 200 (duzentas) horas de atividades acadêmico científico-culturais durante o período em que estiver matriculado na instituição, como requisito indispensável para a colação de grau. Ao validar as 200 horas destas atividades, o aluno terá os créditos correspondentes lançados no seu histórico escolar. Os requerimentos de validação das atividades realizadas deverão ser encaminhados à coordenação do Curso de Geografia Licenciatura, via Secretaria Acadêmica, para análise e registro da carga-horária das atividades consideradas válidas. Deverá ser constituída uma comissão interna para essa finalidade específica. Será considerado o máximo de 120 horas num mesmo grupo de atividades e, considerando-se a Resolução CONSUNI 29/2011, a carga horária mínima de 10% (dez por cento) em cada

um dos grupos previstos. O discente poderá realizar as atividades durante o ano letivo, as férias escolares ou o recesso acadêmico.

As atividades acadêmico-científico-culturais classificam-se em quatro (04) grupos:

Grupo 1 - Atividades de Ensino

Grupo 2 - Atividades de Pesquisa

Grupo 3 - Atividades de Extensão

Grupo 4 - Atividades Culturais, Artísticas, Sociais e de Gestão.

Dentro desses grupos, os exemplos mais comuns, considerados como atividades complementares para fins de formação neste Curso estão os seguintes:

- Participação em Projetos de Pesquisa e Trabalho (em geral)
- Participação em Projetos de Iniciação à Docência – PIBID
- Participação em Projetos de Iniciação Científica – PIBIC
- Participação em Programas de Residência Pedagógica - PRP
- Participação em Projetos de Extensão
- Participação em Programa de Educação Tutorial – PET
- Monitorias
- Estágio não obrigatório
- Módulos ou seminários de livre escolha
- Participação em minicursos, laboratórios, oficinas e similares
- Participação em evento científico local / regional / nacional / internacional
- Apresentação de trabalho em evento científico local / regional / nacional / internacional
- Cursos de idiomas (incluindo braile, Libras, etc.)
- Cursos de Tecnologia da informação
- Participação em Colegiados Universitários
- Participação em entidades de representação estudantil
- Participação em conselhos/ diretorias de entidades da sociedade civil.

O aproveitamento da carga horária e os requisitos de comprovação seguirão os seguintes critérios:

Quadro 4- ACGs Atividades de ensino

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Componentes Curriculares do ensino superior	Áreas afins aos Cursos	Carga horária do Componente curricular	Comprovante de aprovação no componente curricular
Componentes Curriculares do ensino superior	Outras Áreas	50% da carga horária do componente curricular.	Comprovante de aprovação no componente curricular.
Cursos de língua estrangeira	Qualquer idioma	Carga horária do curso (máximo de 120h)	Comprovante de aprovação
Cursos de informática	Cursos de Informática	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante de aprovação
Monitorias	Monitorias	Máximo de 120h	Declaração do orientador
Projetos de ensino	Participação na equipe de trabalho	Carga horária definida no projeto (máximo de 80h)	Declaração do professor responsável pelo projeto
Projeto de ensino	Participação como público-alvo	Carga horária discriminada no certificado (máximo de 40h)	Certificado
Cursos de aperfeiçoamento	Áreas afins aos Cursos	Carga horária do curso (máximo de 80h)	Comprovante / Certificado
Projetos ou Programas Institucionais de Iniciação à Docência	PIBID ou Equivalentes	Máximo de 120h	Comprovante / Certificado
Participação de eventos acadêmicos como ouvinte	Eventos acadêmicos	Máximo de 60 horas	Certificado

Fonte: Equipe de elaboração do PPC.

Quadro 5- ACGs Atividades de pesquisa

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em pesquisa	Projeto de pesquisa institucionalizado	Máximo de 100h	Declaração do orientador
Publicação de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em periódico especializado, com comissão editorial	Publicação Nacional	60h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.
Publicação de artigo científico (ou com aceite final de publicação) em	Publicação Internacional	80h	Cópia do trabalho publicado ou carta de aceite.

periódico especializado, com comissão editorial			
Trabalho completo publicado em evento	Evento Nacional	40h	Anais de publicação do trabalho
Trabalho completo publicado em evento	Evento Internacional	50h	Anais de publicação do trabalho
Resumo expandido publicado em evento	Evento Nacional	20h	Anais de publicação do Trabalho
Resumo expandido publicado em evento	Evento Internacional	30h	Anais de publicação do Trabalho
Resumo publicado em evento	Evento Nacional	10h	Anais de publicação do Trabalho
Apresentação de trabalho em evento	Eventos de Geografia ou áreas afins	10 h	Certificado de apresentação de trabalho
Participação na condição de conferencista, ou painelistas, ou debatedor, ou com apresentação de trabalho em eventos que tratam de pesquisa, tais como grupos de pesquisa, seminários, congressos, simpósios, semanas acadêmicas, entre Outros	Evento Nacional ou Internacional	Carga horária discriminada no certificado (máximo 40h)	Comprovante, Certificado ou Declaração
Estágios ou práticas não obrigatórios em atividades de pesquisa	Temas afins ao Curso	Carga horária discriminada no certificado (máximo de 40h)	Certificados

Fonte: Equipe de elaboração do PPC.

Quadro 6-ACGs Atividades de extensão

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Participação em projetos de extensão	Participação em projetos de extensão desenvolvidos tanto pela UNIPAMPA quanto por outras IES	Carga horária do projeto (máximo de 80h)	Declaração do coordenador do projeto
Organização de eventos de extensão	Eventos acadêmicos de	Máximo de 30h	Declaração da comissão da

	nível Nacional e Internacional, também podendo ser nas abrangências locais e regionais		organizadora do evento ou certificado
Apresentação oral em evento de nível Nacional sobre atividade de extensão	Evento Nacional	Máximo de 20 h	Cópia do trabalho e comprovante de publicação
Publicação de atividade de extensão ou publicação de material pertinente à extensão em fontes de referência acadêmica, impressa ou de acesso online, na forma de livros, capítulos de livros, periódicos, anais, jornais, revistas, vídeos ou outro material de referência acadêmica	Evento nacional ou Internacional	Máximo de 20h	Cópia do trabalho e comprovante de publicação
Apresentação de trabalhos em eventos que se referem à extensão	Eventos como seminários, congressos, simpósios, semana acadêmica, entre outros	Máximo de 30h	Certificado de participação e Anais

Fonte: Equipe de elaboração do PPC.

Quadro 7- ACGs Atividades culturais, artísticas, sociais e de gestão

Categoria	Discriminação	Carga Horária Registrada	Documentação
Organização e/ou participação ou premiação em atividades com finalidade cultural, social e artística.	Eventos Nacionais e Internacionais em todas as abrangências	Máximo de 30h	Certificado de participação
Organização e/ou campanhas beneficentes, educativas, ambientais ou de publicidade e outras atividades de caráter cultural, social ou artístico	Projeto Institucionalizado (de órgãos públicos, privados e de Organizações Não	Máximo de 30h	Certificado de participação

	Governamentais)		
Premiação referente a trabalho acadêmico de ensino, de pesquisa, de extensão ou de cultura	Eventos Nacionais e Internacionais	Máximo de 20h	Certificado de premiação
Representação discente em órgãos colegiados	Instituição ligada à Universidade. Colegiados para fins acadêmicos	Máximo de 20h	Declaração do coordenador de curso
Representação discente em diretórios acadêmicos	Ligados à Universidade	Máximo de 20h	Declaração do coordenador de curso
Participação, como bolsista, em atividades de iniciação ao trabalho técnico-profissional e de gestão acadêmica	Atividades de cunho educacional em órgãos comunitários e Públicos	Máximo de 20h	Declaração do orientador
Participação em estágios não obrigatórios com atividades na área cultural, social, artística e de gestão administrativa e acadêmica	Estágios com atividades ligadas a órgãos públicos e comunitários	Máximo de 30h	Declaração do orientador
Participação como ouvinte de atividades de cunho cultural	Participação em atividades culturais	Máximo de 20 h	Declaração da instituição responsável

Fonte: Equipe de elaboração do PPC.

É de responsabilidade dos discentes:

- a) realizar as atividades acadêmico-científico-culturais visando à complementação de sua formação como Licenciado em Geografia Licenciatura EAD;
- b) requerer por escrito (de acordo com modelo específico) a averbação da carga horária em seu histórico escolar;
- c) anexar ao seu requerimento os comprovantes cabíveis, podendo a comissão responsável não validar ou indeferir a validação.

2.7. 7 Componentes curriculares complementares de graduação (CCCGs)

Os componentes curriculares complementares de graduação (CCCGs) configuram-se como componentes curriculares ofertados pelo Curso de Geografia Licenciatura EAD, por outros cursos da UNIPAMPA ou outras Instituições de Ensino Superior. Para a matrícula em cursos da UNIPAMPA, campus – São Borja, o discente deverá realizar a solicitação dos componentes curriculares durante o período de ajuste presencial, junto à coordenação do Curso – Geografia Licenciatura EAD e do curso do componente curricular pretendido. Após a autorização de ambas as coordenações, a solicitação de matrícula será encaminhada para a secretaria acadêmica do campus para processamento. Nas demais Instituições de Ensino Superior (IES), a solicitação deverá ser realizada diretamente na secretaria do curso pretendido. Depois de cursado CCCG em outros cursos da UNIPAMPA ou outras Instituições de Ensino Superior, o discente deverá solicitar junto à secretaria acadêmica o seu aproveitamento no curso – Geografia Licenciatura EAD.

As temáticas relacionadas as pessoas com deficiência, Meio ambiente e educação ambiental e História e Cultura Afro-brasileira e Indígena e Direitos Humanos, além de estarem contempladas de modo particular em CCGS, irão perpassar o conjunto das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Tais atividades abordarão a inclusão da pessoa com deficiência com fins de problematizar o preconceito com esse segmento social, assim como as formas de inserção social desses sujeitos. O meio ambiente e sua degradação desencadeada por processos decorrentes do modo de produção capitalista, assim como as possibilidades de preservação dos recursos naturais. A história e a cultura das etnias afro-brasileira e indígena, assim como a exclusão desses segmentos sociais na formação sócio histórica da sociedade brasileira e as políticas compensatórias de inclusão social. A temática de Direitos Humanos é tratada em componente próprio (Direitos Humanos e Cidadania), assim como as diversas violências presentes na escola (*bullying*, preconceito, violência física) nos temas dos componentes: Estudos das diversidades étnico-raciais, de gênero, geracionais e religiosas; Direitos educacionais de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas; Educação para a paz. Além desses enquadra-se nessa perspectiva o componente obrigatório Geografia Africana e Afro-brasileira.

2.8 Flexibilização Curricular:

A flexibilização curricular deste projeto pedagógico materializa-se a partir, principalmente, dos seguintes aspectos: (a) parte da formação do aluno é definida a partir dos componentes curriculares obrigatório-eletivos; e (b) sua formação se completa com o cumprimento das atividades complementares. Em relação ao percurso de formação, o aluno tem a possibilidade de cursar disciplinas obrigatório-eletivas dentro da carga horária mínima. Isso significa que o curso acredita em uma formação básica mínima (componentes curriculares obrigatórios) e, também, na capacidade de o aluno direcionar a sua formação para áreas de seu maior interesse. Em relação às atividades complementares, aqui definidas como atividades acadêmico-científico-culturais, estas complementam a formação do aluno, a partir do incentivo à participação em atividades culturais e de ensino, pesquisa e extensão. Os estudantes também podem realizar estágios extracurriculares a partir do segundo semestre do curso, conforme as normas do Programa de Estágios Extracurriculares da UNIPAMPA. O mesmo ocorre com qualquer componente curricular, seguindo disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, artigo 47, §2º, que 108 aduz que será facultado ao aluno com extraordinário aproveitamento nos estudos a possibilidade de avanço mediante realização de avaliação planejada, executada e avaliada por banca constituída para este fim.

Atualmente, neste curso são ofertados os Componentes Curriculares Complementares de Graduação (CCCGs) descritos a seguir:

Quadro 8-CCCGs

COMPONENTES CURRICULARES COMPLEMENTARES	Código	Créditos	Horas
Direitos Humanos e Cidadania	SBGEO050	2	30
História do Rio Grande do Sul	SBGEO051	4	60
História e Cultura da Fronteira	SBGEO052	4	60
Geografia Turismo e Inovação no Espaço Rural	SBGEO053	2	30
Geografia Turismo e Desenvolvimento Regional	SBGEO054	4	60
Geografia e Turismo	SBGEO055	4	60
Formação Histórica Política e Econômica do Brasil	SBGEO056	4	60
História do Espaço Platino	SBGEO057	4	60
Paradiplomacia e Turismo de Fronteira	SBGEO058	2	30
Gêneros Textuais Acadêmicos	SBGEO059	4	60
Mídias e Educação	SBGEO060	2	30
Educação para a Paz	SBGEO061	2	30
Ética, desenvolvimento e meio ambiente	SBGEO062	2	30

Estudos das diversidades étnico-raciais, de gênero, geracionais religiosas	SBGEO063	4	60
Metodologia científica	SBGEO064	4	60
Direitos educacionais de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	SBGEO065	2	30

Fonte: Equipe de elaboração do PPC.

2.9 Matriz curricular

Quadro 9 – Matriz curricular do curso de Geografia

1º SEMESTRE			
COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO	CRÉDITOS	HORAS
Iniciação à Ciência Geográfica	SBGEO001	4	60
Climatologia	SBGEO002	4	60
Geologia	SBGEO003	2	30
Cartografia e Educação	SBGEO004	4	60
Português Básico	SBGEO005	4	60
Informática Básica	SBGEO006	4	60
Componente Curricular Complementar de Graduação		4	60
SUBTOTAL		26	390
2º SEMESTRE			
COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO	CRÉDITOS	HORAS
Geomorfologia I	SBGEO007	4	60
Geografia Humana	SBGEO008	4	60
Geografia Rural	SBGEO009	4	60
Geografia da População	SBGEO010	4	60
Libras	SBGEO011	4	60
Teorias do Currículo e Gestão Escolar	SBGEO012	2	30
Prática Pedagógica em Geografia 1	SBGEO013	4	60
Componente Curricular Complementar de Graduação		4	60
SUBTOTAL		30	450
3º SEMESTRE			
COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO	CRÉDITOS	HORAS
Regionalização Brasileira	SBGEO014	2	30
Geografia do Rio Grande do Sul	SBGEO015	4	60
Geomorfologia II	SBGEO016	3	45
Psicologia da Educação	SBGEO017	4	60
Psicologia da Aprendizagem	SBGEO018	4	60
Sociologia	SBGEO019	4	60
Prática Pedagógica em Geografia 2	SBGEO020	4	60
Componente Curricular Complementar de Graduação		2	30
SUBTOTAL		27	405
4º SEMESTRE			
COMPONENTE CURRICULAR	CÓDIGO	CRÉDITOS	HORAS
Geografia das Cidades	SBGEO021	4	60
Estudo da Região das Missões	SBGEO022	2	30
Estudo de Fronteiras	SBGEO023	4	60
Organização da Educação Brasileira	SBGEO024	4	60

Didática	SBGEO025	4	60
Prática Pedagógica em Geografia 3	SBGEO026	4	60
Componente Curricular Complementar de Graduação		4	60
		26	390
5º SEMESTRE			
COMPONENTE CURRICULAR		CRÉDITOS	HORAS
Geografia Econômica	SBGEO027	4	60
Biogeografia	SBGEO028	4	60
Cultura e Espaço	SBGEO029	2	30
Prática Pedagógica em Geografia 4	SBGEO030	4	60
Estágio Supervisionado – Rotinas Escolares	SBGEO031	8	120
Componente Curricular Complementar de Graduação		2	30
SUBTOTAL		24	360
6º SEMESTRE			
COMPONENTE CURRICULAR		CRÉDITOS	HORAS
Análises Políticas do Espaço Geográfico	SBGEO032	4	60
Hidrografia	SBGEO033	2	30
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia	SBGEO034	4	60
Prática Pedagógica em Geografia 5	SBGEO035	4	60
Educação Inclusiva	SBGEO036	4	60
Estágio Supervisionado em Geografia no Ensino Fundamental	SBGEO037	10	150
Componente Curricular Complementar de Graduação		4	60
SUBTOTAL		32	480
7º SEMESTRE			
COMPONENTE CURRICULAR		CRÉDITOS	HORAS
Geografia Física do Brasil	SBGEO038	2	30
Geografia Humana do Brasil	SBGEO039	2	30
Regionalização do Espaço Mundial	SBGEO040	4	60
Geografia Africana e Afro-brasileira	SBGEO041	4	60
Prática Pedagógica em Geografia 6	SBGEO042	4	60
Estágio Supervisionado em Geografia no Ensino Médio	SBGEO043	9	135
Componente Curricular Complementar de Graduação		04	60
SUBTOTAL		29	435
8º semestre			
COMPONENTE CURRICULAR		CRÉDITOS	HORAS
Políticas Públicas e Meio Ambiente	SBGEO044	4	60
Regionalização da América Latina	SBGEO045	4	60
Geotecnologias no Ensino de Geografia	SBGEO046	4	60
Prática Pedagógica 7	SBGEO047	4	60
Trabalho de Conclusão de Curso	SBGEO049	4	60
SUBTOTAL		20	300
TOTAIS		214	3.210

Fonte: Equipe de elaboração do PPC.

Quadro 10 -Integralização Curricular

Carga Horária a ser vencida:	
Componentes Curriculares Obrigatórios (exceto Estágio Curricular obrigatório, TCC, Prática como Componente curricular e CCCG).	1.965h
Prática como Componente Curricular	420h

Estágio Curricular Obrigatório	405h
Trabalho de Conclusão de Curso	60h
Componentes Curriculares Complementares de Graduação	360h
Atividades Complementares de Graduação	200h
Carga horária total mínima a ser vencida	3.410h

Prazo para Integralização Curricular em Semestres:	
Mínimo	8
Médio (estabelecido pela Sequência Aconselhada do Curso)	8
Máximo (estabelecido pela Sequência Aconselhada + 50%)	16

Fonte: Equipe de elaboração do PPC.

2.9.1 Ementário

1º SEMESTRE

Componente Curricular: INICIAÇÃO À CIÊNCIA GEOGRAFIA SBGEO001
Carga Horária: 60 horas
<p>Ementa: A ciência geográfica na Antiguidade (o conhecimento geográfico). A Geografia como Ciência no Século XIX e as correntes do pensamento geográfico na atualidade.</p> <p>Objetivos:</p> <p>Compreender a evolução do conhecimento e do pensamento geográfico dentro dos contextos históricos e a relação dessa ciência com o modo de produção capitalista.</p>
<p>Referências Bibliográficas Básicas</p> <p>ANDRADE, Manuel Corrêa de. Geografia, Ciência da Sociedade: uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.</p> <p>MORAES, Antonio Carlos R. Geografia: pequena história crítica. 21. Ed. São Paulo: Hucitec, 2007.</p> <p>SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova. 6. Ed. São Paulo: Hucitec, 2008.</p> <p>Referências Bibliográficas Complementares:</p> <p>CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). Explorações geográficas. 5ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.</p> <p>GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.</p> <p>MOREIRA, Ruy. O pensamento Geográfico Brasileiro. 1: as matrizes clássicas originárias. 2ed. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>MOREIRA, Ruy. O pensamento Geográfico brasileiro 2: as matrizes da renovação. 2ed. São Paulo: Contexto, 2012.</p> <p>MOREIRA, Ruy. O pensamento Geográfico brasileiro 3: as matrizes brasileiras. São Paulo: Contexto, 2010.</p> <p>SANTOS, Milton. Metamorfoses do Espaço Habitado. 6. Ed. São Paulo: Hucitec, 2011.</p>

Componente Curricular: CLIMATOLOGIA SBGEO002

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Conceitos de climatologia e meteorologia. A atmosfera. Elementos formadores do clima e fatores climáticos. Dinâmica geral da atmosfera. Massas de ar e massas de ar atuantes no Brasil. Classificações climáticas. A climatologia geográfica.

Objetivos:

Avaliar a importância do estudo do clima e a interferência antrópica na produção de mudanças, a fim de utilizá-lo de maneira mais eficaz como elemento interferente para uma melhor organização/reorganização do espaço, tendo em vista um ambiente de maior qualidade social.

Referências Bibliográficas Básicas:

A YOADE, J. O. **Introdução a climatologia para os trópicos**. São Paulo. Difel. 1986.
BLAIR, T. e FITE, R. C. **Meteorologia**. Rio de Janeiro. Ao livro técnico. 1964.
DONN, W. L. **The earth: our physical environment**. New York. 1972.

Referências Bibliográficas Complementares:

AREJÃO-SILVA, M. **A Meteorologia e climatologia**. Brasília. INMET. 2000.
MOTA, F. S. **Meteorologia agrícola**. São Paulo. Nobel. 1989.
NIMER, E. **Climatologia do Brasil**. Rio de Janeiro. IBGE. 1979.
OMETTO, J. C. **Bioclimatologia Vegetal**. São Paulo. Agronômica Ceres. 1981.
SALGADO, M. L. **História ecológica da Terra**. São Paulo. Edgard. Blücher. 1994.
SILVA J. de F. da. **El niño: o fenômeno climático do século**. Brasília. Thesaurus. 2000.
STRAHLER, A N. e STRAHLER, A. H. **Geografia física**. Barcelona. Omega. 1989.
TUBELIS A e NASCIMENTO, F. J. L. **Meteorologia descritiva**. São Paulo. Nobel. 1983.
TUCCI, A. C. **Hidrologia: ciência e aplicação**. Porto Alegre. EDUSP. 1993.
VIANELLO, R.L. e ALVES, A. R. **Meteorologia básica e aplicações**. Viçosa. Imprensa Universitária. 1991.
WALTER, H. **Vegetação e zonas climáticas**. São Paulo. EPU. 1986.

Componente Curricular: GEOLOGIA SBGEO003

Carga Horária: 30 horas

Ementa: Tempo geológico minerais: classificação e propriedades. Rochas ígneas, sedimentares e metamórficas: processos e produtos; Dobras, falhas e fraturas; Tectônica de placas; Terremotos; Intemperismo; Ação dos rios, ventos, mares e geleiras. Recursos minerais e hídricos; Geologia e meio-ambiente; Construção e interpretação de mapas e perfis geológicos; Geologia do Brasil.

Objetivos:

Proporcionar conhecimentos fundamentais das ciências geológicas dentro de um processo evolutivo da energia-matéria, mostrando os fenômenos como consequência da unidade e das interações permanentes na procura do equilíbrio dinâmico. Baseados, quanto possível, na realidade circundante, e determinando a importância dos mesmos, no aperfeiçoamento da vida

Referências Bibliográficas Básicas

BITAR, O. Y. **Meio ambiente e geologia**. São Paulo: SENAC, 2004. 164p.
POPP, J. H. **Geologia geral**. LTC, 2004. 300p.
REBECA, K. **Rochas & minerais – guia prático**. Nobel, 1998. 64p.

Referências Bibliográficas Complementares:

PETERSEN, James F.; SACK, Dorothy; GLABER, Robert. E. **Fundamentos de Geografia física**. São Paulo: Cengage Learning, 2014.
STRAHLER, Arthur; STRAHLER, Alan. **Geografia Física**. Ediciones Omega, S.A: Barcelona, 1989.
HASUI, Y. **Geologia do Brasil**. BECA, 2013.
TEXEIRA, W., TAIOLI, F., FAIRCHILD, T. **Decifrando a terra**. São Paulo: Oficina de textos, 2000. 558p.
VIKTOR, L., AMARAL, S. E. **Geologia geral**. Nacional, 2003. 400p.

Componente Curricular: PORTUGUÊS BÁSICO SBGEO005

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Análise das condições de produção de texto referencial. Planejamento e produção de textos referenciais com base em parâmetros da linguagem técnico-científica. Prática de elaboração de dissertações, resumos e resenhas. Leitura, interpretação e reelaboração de textos. Revisão gramatical.

Objetivos:

Oferecer subsídios de Língua Portuguesa aos estudantes a fim de que possam pensar, falar e escrever com mais clareza, concisão, coerência e ênfase. Auxiliar os estudantes no sentido de saberem usar a língua para estruturar melhor seus pensamentos, na fala e na escrita, enfim na comunicação.

Referências Bibliográficas Básicas

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1999. Atualizado em <http://www.academia.org.br/vocabulario>
BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA, Aurélio. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2004. (Versão impressa e eletrônica).
CAMARA Jr., Joaquim Mattoso. **Manual de expressão oral e escrita**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Referências Bibliográficas Complementares:

CUNHA, Celso e CINTRA, L. F. Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**.

Componente Curricular: CARTOGRAFIA E EDUCAÇÃO SBGEO004

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Conceitos Cartográficos, Metodologias e Técnicas para uso e construção de mapas; Leitura e Interpretação de Documentos Cartográficos Temáticos e Cartas Geográficas Sistemáticas; Introdução à Cartografia Automatizada (Digital); Identificação de Diferentes Padrões de Ocupação do Território; Revisão de conceitos geográficos e de técnicas, analógicas e digitais; Extração e mapeamento de informações espaciais direcionadas para a elaboração e construção de documentos cartográficos educacionais.

Objetivos:

Reconhecer a importância da Cartografia para a prática cotidiana. Avaliar e concluir sobre o significado da espacialidade produzida e vivenciada pela sociedade, à luz dos diferentes momentos históricos e como condição para o alcance pleno da cidadania, na proposição de uma nova espacialidade, construída coletivamente.

Referências Bibliográficas Básicas

ANDERSON, P. **Fundamentos para fotorinterpretação**. SBC, Rio de Janeiro: 1982, 136p.
ANJOS, R.S.A. **Geografia do Distrito Federal: Cartografia para o Planejamento do Território e Educação espacial**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria /CrGA – UnE, 2005.
ANJOS, R.S.A, ALBUQUERQUE, R.N. & SOARES, AF. **Mapeamento do Uso da Terra no Distrito Federal - 1964, Espaço e Geografia**. Geoprocessamento. Volume 5, número (1) 2002. Brasília: GEA – UnE, 2002. p. 233-247

Referências Bibliográficas Complementares:

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Cartografia escolar**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2014.
ANJOS, R.S.A . **Estruturas Básicas da Dinâmica Territorial no Distrito Federal**. In: Brasília Controvérsias Ambientais. Orgs. Al do Paviani & Luiz Alberto Gouvêa. Brasília: Editora UnB – Coleção, 2003.
CARVER, AJ. **Fotografia aérea para o planejamento de uso da terra**. Brasília: Ministério da Agricultura/SNAP/SRN/CCSA, 1985. 77p.
CASTROGIOVANNI (ORG.), Antonio Carlos. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 11 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.
IBGE. **Manual técnico de uso da terra - Manuais Técnicos de Geociências**, Número 7, Rio de Janeiro, 1999, 58p.
REGO, Nelson, AIGNER, Carlos, PIRES, Cláudia, LINDAU, Heloísa (org.) **Um Pouco do Mundo Cabe nas Mãos: geografizando em educação o local e o global**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERNANDES, Francisco. **Dicionário de regimes de substantivos e adjetivos**. 25. ed. São Paulo: Globo, 2000.

_____. **Dicionário de verbos e regimes**. 44. ed. São Paulo: Globo, 2001.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 21. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

HOUAISS, Antonio. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Objetiva, 2001.

_____. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Versão 1.0. Dez – 2001.
KOCH, Ingedore G. Villaça. **Introdução à lingüística textual**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
KURY, Adriano da Gama. **Ortografia, pontuação e crase**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
SAVIOLI, Francisco e FIORIN, José Luiz. **Manual do Candidato – Português**. 2. ed. Brasília: FUNAG, 2001.
VANOYE, Francis. **Usos da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
WILSON, John. **Pensar com conceitos**. Trad. Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

Componente Curricular: INFORMÁTICA BÁSICA SBGEO006

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Componentes e funcionamento do computador. Ambiente virtual de aprendizagem *Moodle*. Softwares aplicativos. Navegação na internet.

Objetivos:

Instrumentalizar os alunos no uso das TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação para mediar suas atividades cotidianas, contribuindo à sua formação.
Provocar a produção de materiais educacionais digitais, observando o critério de acessibilidade (design universal).

Referências Bibliográficas Básicas

ADELL, Jordi. **Redes y Educación**. Pans, Juan de Piblos y Segura, Gimenez (Coords). **Nuevas Tecnologias: comunicación audiovisual y educación**. Barcelona: Cedecs, 1998.
CAPRON, H.L., JOHNSON, J.A. **Introdução à Informática**. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2004.
VELLOSO, Fernando de Castro. **Informática: Conceitos Básicos**. 7. ed. São Paulo: Elsevier, 2004,

Referências Bibliográficas Complementares:

CATAPULT, Inc. **Microsoft Word 2000 passo a passo**. São Paulo: Makron Books, 2000.
COLLIS, B. **Applications of Computer Communications in Education: an Overview**. IEEE Communications Magazine. March 1999. p. 82-86.
FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Cortez, 1997.
GATES, Bill. **A estrada do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
GRAU, Jorge E. **Tecnologia y Educacion**. 2. ed. Buenos Aires: Fundec, 1996.
JONASSEN, D et alli. **Learning with Technology: A Constructivist Perspective**. New Jersey: Prentice Hall, 1999.
JONASSEN, D. **O Uso das novas tecnologias na educação a distância e a aprendizagem construtivista**. Em Aberto: Brasília, ano 16 n. 70, abr/jun 1996 (p.70-88).
LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Trinta e Quatro, 1993.
LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Trinta e Quatro, 1999.

LITTO, Frederic M. **Repensando a Educação em Função de Mudanças Sociais e Tecnológicas e o Advento de Novas Formas de Comunicação**. III Congresso Ibero-americano de Informática na Educação. Barranquilla, Colômbia, 1996. Disponível na Internet em http://www.niee.ufrgs/ribie98/cong_1996/congresso_html/conf_1/conf1.html

MARILYN M.; ROBERTA B. & PFAFFENBERGER, B., **Nosso Futuro e o Computador**. 3 ed. Bookman, 2000.

MICROSOFT INC., **Manual do Microsoft Office 2000**, 2000; O'BRIEN, J. A., **Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2001.

OLIVEIRA, Ramon de. **Informática educativa: dos planos e discursos à sala de aula**. Campinas: Papirus, 1997.

RUBIN, Charles. **Microsoft Word 2000: guia autorizado**. São Paulo: Makron Books, 2001.

SANCHO, Juana M. **A Caixa de Surpresas: possibilidades educativas da informática**. Tecnologias Educacionais: Para além da sala de aula. Pátio: Revista Pedagógica. Ano 3 nº 9 Maio/Julho 1999. p. 11-15.

SILVA, Casturina J. **A informática como um novo desafio ao professor**. III Congresso Ibero-americano de Informática na Educação, 1996.

TIBÚRCIO, Carlos. **Guia de informática e Internet para a educação brasileira: o que um profissional da educação precisa saber sobre computadores e comunicação eletrônica**. São Paulo: T&M, 1997.

VIZCARRO, C. e LEÓN, José A (Org.). **Nuevas Tecnologias para el aprendizaje**. Madrid: Ediciones Pirâmides S.A., 1998.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

WHITE, Ron. **Como funciona o Computador III**. 8. Ed. São Paulo: Quark, 1998.

2º SEMESTRE

Componente Curricular: GEOMORFOLÓGIA I SBGEO007

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Conceitos e noções básicas de geomorfologia; Geomorfologia Estrutural; Geomorfologia Climática; Bacias Hidrográficas; Ciclo Hidrológico e Processos Erosivos; Desertificação.

Objetivos:

Compreender o dinamismo das formas de relevo através de suas leis gerais, a fim de que seja instrumento para um planejamento ambiental propositivo de uma organização/reorganização do espaço baseado nos princípios da sustentabilidade.

Referências Bibliográficas Básicas

BIGARELLA, J. J.; BECKER R. D. e PASOS, E. **Estrutura e Origem das Paisagens Tropicais e Subtropicais**. Vol. 01 e 02.

BLOOM, A. S. P. **Superfície da Terra**. Ed. Blucher, 1970.

BUNTING, B. T. R. J. **Geografia do Solo**. Ed. Zahar, 1971.

Referências Bibliográficas Complementares:

CASSETI, W. **Elementos de Geomorfologia**. Goiânia: Editora da UFG, 1994. 137p.

- CHORLEY, Richard I. **Modelos físicos e de informação em geografia**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1975. 270p.
- CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. São Paulo: Edgard Blücher, 2ª Edição, 1980. 188p.
- CHRISTOFOLETTI, A. S. P. **Geomorfologia Fluvial**. Ed. Blucher, 1981.
- GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B. **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Ed Bertrand Brasil, 1996.
- GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B. **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1994. 458p.
- GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B. **Impactos Ambientais Urbanos no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed Bertrand Brasil, 2001. 416p.
- GUERRA, A. T. & GUERRA, A. I. T **Novo Dicionário Geológico - Geomorfológico**. Rio de Janeiro: Ed Bertrand Brasil, 1997. 652p.
- JA TOBÁ, L. e LINS, R. C. **Introdução a Geomorfologia**. Recife: Bagaço, 2ª Edição, 1998. 150p.
- NOVIAS PINTO, M. **Cerrado: Caracterização, Ocupação e Perspectivas**, 2ª Edição, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993. 681 p.
- PENTEADO, M. M. **Fundamentos de Geomorfologia**. Rio Claro: IBGE, 1976. 185p.
- PRADO, HÉLIO DO. **Solos Tropicais: Potencialidades, limitações, manejo e capacidade de Uso**.
- SETTI, A. A.; LIMA, J. E. F. W.; CHAVES, A. G. M. e PEREIRA, L C. **Introdução ao Gerenciamento de Recursos Hídricos**, 3ª ed. Brasília: ANEE; ANA, 2001. 328p.
- SILVA, Luiz Ferreira da. **Solos Tropicais: aspectos pedológicos, ecológicos e de manejo**.
- TUCCI, C. E. M. **Regionalização de Vazões**, Porto Alegre: Ed. Universidade/ufrgs, 2002. 256p.

Componente Curricular GEOGRAFIA HUMANA SBGEO008

Carga Horária: 60 horas

Ementa: A produção do espaço geográfico como reflexo das relações capitalistas local/global; Estudo de temas da geografia contemporânea; O período técnico-científico-informacional; A globalização como fator espacial e a contraditória na interação local – global; O debate entre modernidade e pós-modernidade.

Objetivos:

Analisar a estrutura e dinâmica populacional à luz do processo de globalização e de desenvolvimento - subdesenvolvimento e sua influência na organização do espaço.

Analisar a dinâmica dos processos de produção e comercialização e seus impactos sobre as diferentes formas de organização espacial, à luz da divisão internacional do trabalho.

Referências Bibliográficas Básicas

MORAES, A.C.R. & COSTA, W.M. **A Valorização do Espaço**. São Paulo: HCCITEC, 1984.

MOREIRA, R.S. **O que é a Geografia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

QUAINI, M.R. **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Referências Bibliográficas Complementares:

GEBRAN, P. (Coord.) **Conceitos de Modo de Produção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978;
HARNECKER, M. **Os Conceitos Elementares do Materialismo Histórico**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 1983.
MOSCOVICI, S. **Sociedade contra a natureza**. Petrópolis: Vozes, 1979
SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1978;
SANTOS, M. **A Geografia e a Nova Dimensão do Planeta**. In Revista Brasileira de Tecnologia, VoL. XV, N° 5.
SANTOS, T. **Forças Produtivas e Relações de Produção**. Petrópolis: Vozes, 1984.
SOJA, G.M. **Geografias Pós-Modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

Componente Curricular: GEOGRAFIA RURAL SBGEO009

Carga Horária: 60 horas

Ementa: A trajetória da agricultura no Brasil-colônia; A transição do Brasil agroexportador para urbano-industrial na década de 1930; A modernização da agricultura iniciada com a revolução verde em 1965; As mudanças no espaço rural brasileiro contemporâneo globalizado; e, Movimentos sociais, estrutura fundiária e a luta pela terra.

Objetivos:

Compreender a organização do espaço rural brasileiro e sua consequência.

Referências Bibliográficas Básicas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Rio de Janeiro, Campinas, HUCITEC, 1992. 275 p.

AGB. Geografia, Movimentos Sociais e Teoria, **Terra livre**. São Paulo: ano 18, nº 19, jul/dez. 2000.

ANDRADE, Manuel C. **A Terra e o Homem no Nordeste**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 4a ed., 1980. 278 p.

Referências Bibliográficas Complementares:

CEAMINEAGRI. **Agricultura Familiar e Desenvolvimento Territorial Contribuições para o debate**, UnB, ano V, no. 17, 2005.

CNBB - CPT, **Conflitos no Campo** - Brasil- 96. São Paulo: CPT, 1996.51 p.

COSTA, Luiz F. e SANTOS, Raimundo (org.) **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. 242 p.

DINIZ, José A F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1984. 278 p.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia** - Crítica da Moderna Agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982. 154p.

GARCIA, Ronaldo e MARTINE, George. **Os Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés, 1987, 271 p.

GUIMARÃES, Alberto P. **A Crise Agrária**. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1979. 362 p.

_____. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Paz e Terra, Rio de Janeiro: 1979. 362 p.

GUIMARÃES, L. S. P. e INNOCÊNCIO, R. R. **A evolução da agricultura na Região Sudeste na década de 70**. Revista Brasileira de Geografia, 49(1), jan/mar 1987, p. 107-158.

- KOSTAS, Vergopolos e AMIN, Samir. **A Questão Agrária e o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 179 p.
- Kautsky, Karl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980. 329 p.
- MARIGHUELA, Carlos e alii. **A Questão Agrária - Textos dos anos Sessenta**. São Paulo: Brasil Debates, 1980. 127 p.
- MARTINS, J. de Souza. **Expropriação e Violência**. São Paulo: Hucitec, 1980. 181 p.
- MARTINS, J. de Souza. **A militarização da Questão Agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1985. 134 p.
- MOREIRA, Ruy. **A Formação do Espaço Agrário Brasileiro**. Tudo é História, São Paulo: 132 p.
- MOURA, Maria M. **Camponeses**. São Paulo: Série Princípios, Ática, 1986. 78 p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. U. **Geografia das Lutas de Campo**. São Paulo: Contexto, 1999. 101 p.
- OLIVEIRA, Ariovaldo. U. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Série Princípios, Ática, 1987.88 p.
- SILVA, José. F. G. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1978.267 p.
- SILVA, José. F. G. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, 192 p.
- SILVA, José. F. G. **O que é a Questão Agrária?** São Paulo: Primeiros Passos, no.18, Brasiliense,1985.114p.
- STEDILE, João P. (coord.). **Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre, UFRS/ANCA, 1994, 321p.
- VEIGA, José E. **O que é Reforma Agrária?**. São Paulo: Primeiros Passos, no. 33, Brasiliense, 1985, 87p.

Componente Curricular: GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO SBGEO010

Carga Horária: 60 horas

Ementa: População e meio ambiente. Longevidade e cadeia etária atual. Família. Movimentos migratórios. As novas pesquisas demográficas e o movimento social. A prática de pesquisa.

Objetivos:

Caracterizar as diversas formas de ocupação do espaço terrestre pelo homem e a utilização dos recursos disponíveis e a sua distribuição geográfica. Analisar a evolução dos sistemas socioeconômicos e as formas de organização do espaço geográfico elaborado a partir da relação sociedade natureza.

Referências Bibliográficas Básicas

- ANDRADE, Manuel Correia. **Uma geografia para o século XXI**. Recife: CEPE, 1993.
- DAMIANI, Amélia L. **População e Geografia**. Contexto, 1997.
- GEORGE, Pierre. **Geografia da População**. Difel (Bertrand Brasil), 1982.
- ROSS, Jurandy L. Sanches (org) **Geografia do Brasil**, Edusp, 1996.

Referências Bibliográficas Complementares:

- VARRIÉRE, Jacques. **As políticas de população**, Difel.(Bertrand Brasil), 1980.

IBGE, **Tendências demográficas**: uma análise a partir dos resultados do censo demográfico de 1991.

SANTOS, Jair L. F.; LEVY, Maria S. Ferreira e SZMRECSANKI, Tamás (orgs) **Dinâmica da População**: Teoria, Métodos e Técnicas de Análise, T. A. Queiros, 1980.

JACQUARD, A. **A explosão demográfica**. São Paulo: Ática, 2001.

MARTINE, g. (org.). **População e meio ambiente e desenvolvimento**. Campinas: UNICAMP, 1994.

Componente Curricular: Libras SBGEO011

Carga Horária: 60 horas

Ementa:

Conhecimentos iniciais sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e elementos teóricos correspondentes ao cotidiano do surdo como: cultura surda, identidades surdas, educação de surdos, entre outros contextos.

Objetivos:

Instrumentalizar os discentes para a comunicação com surdos.

Referências Bibliográficas Básicas

CAPPOVILLA, FERNANDO CÉSAR. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. São Paulo: Edusp, 2001

SKLIAR, C. (Org.). **A surdez**: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2005.

QUADROS, Ronice & KARNOPP, Lodenir. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Porto Alegre: ARTMED, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares:

CAPOVILLA, F., C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. **NOVO DEIT LIBRAS: Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilingue da Língua de Sinais Brasileira**. São Paulo: Editora EDUSP, 2012.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?**: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009

_____. **O Ouvinte e a Surdez - Sobre Ensinar e Aprender a Libras**. São Paulo: Parábola Editorial. 2012.

GLAT, R. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro, RJ: EDUERJ, 2012.

QUADROS, R.; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos**. Alegre: Porto

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

Componente Curricular: TEORIA DO CURRÍCULO E GESTÃO ESCOLAR SBGEO012

Carga Horária: 30 horas

Ementa:

Análise da organização e funcionamento escolar, coordenação pedagógica e gestão. Participação nas atividades de planejamento, conselho de classe, reuniões pedagógicas com docentes e pais. Estudo e análise crítica da gestão escolar. Estrutura e organização funcional da escola. Gestão democrática escolar. Participação e protagonismo da comunidade escolar.

Objetivos:

Conhecer a organização e os processos de funcionamento escolar

Referências Bibliográficas Básicas

ALVES, Nilda. **Educação e supervisão: o trabalho coletivo na escola.** São Paulo: Cortez, 2006.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança.** São Paulo: Loyola, 2001.

BERNSTEIN, B. **Pedagogía, control simbólico e identidade.** Madrid: Morata, 1998.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** 2ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 2006.

Referências Bibliográficas Complementares:

FERREIRA, Naura S. Carapeto. **Gestão Democrática: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo, Cortez, 2003.

FORTUNA, Maria Lúcia A. **Gestão Escolar e subjetividade.** São Paulo. Intertexto, 2000.

HORA, Dinair Leal da. **Gestão democrática na escola.** 17. ed. - Campinas- SP: Papirus, 1994.

LIBÃNEO, José Carlos. **Organização e Gestão Escolar: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2001.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos.** Petrópolis: Vozes, 2005.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Gestão Educacional: novos olhares, novas abordagens.** 7. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica.** 15. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Clóvis Roberto. **O gestor educacional de uma escola em mudança.** São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2002.

SENGER, Peter M. **A quinta disciplina: arte e prática da organização que aprende.** 19. ed. Rio de Janeiro-RJ: Best Seller, 2006.

VASCONCELOS. C. dos S. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula.** São Paulo: Libertad, 2008.

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA 1 SBGEO013

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Instrumentalização dos discentes para a sua inserção no contexto escolar.

Objetivos:

- Promover a reflexão crítica sobre práxis pedagógica;

- Criar condições para a inserção do licenciando no contexto dos espaços da escola formal, analisando e avaliando procedimentos metodológicos para os conteúdos curriculares;
- Interagir com as instituições escolares por meio de projetos específicos na área de atuação do curso de Geografia.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, Rosângela D. de e PASSINI, Elza. **O espaço geográfico, ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1989.

ARROYO, M.G. **O ofício de mestre**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRAGA, ROSALINA, **A construção da escola elementar**. Uma interpretação interessada em sua transformação/ UFMG 1998.

Referências Bibliográficas Complementares:

BIDDLE, Donald S. **Abordagem Conceitual do Ensino da Geografia na escola Secundária**. Rio Claro, AGETEO.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos** - Campinas, SP: Papyrus, 1998. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

COMPIANI, M **Os papéis didáticos das excursões geológicas**. Campinas/SP

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1986.

LAFOUCADE, P.D. **Planejamento e Avaliação do Ensino: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado**. São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural.

3º SEMESTRE

Componente Curricular: REGIONALIZAÇÃO BRASILEIRA SBGEO014

Carga Horária: 30 horas

Ementa: Espaço e região; Discussão sobre o conceito de região; Teorias clássicas de regionalização e desenvolvimento regional; Novas Regionalizações e teorias regionais – a questão brasileira; Regionalizações brasileiras.

Objetivos:

Conhecer os processos da regionalização brasileira.

Referências Bibliográficas Básicas

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. São Paulo: Ática, 1987.

SANTOS, Milton - **A Natureza do Espaço - Técnica e tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

Referências Bibliográficas Complementares:

DINIZ, Clélio Campolina e Marco CROCCO (Orgs.). **Economia Regional e Urbana - Contribuições Teóricas Recentes**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

DALL'ACQUA, Clarisse Torrens Borges. **Competitividade e Participação** – Cadeias Produtivas e a Definição dos Espaços Geoconômico, Global e Local. São Paulo: AnnaBlume, 2003.

BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. São Paulo: HUCITEC, ANNABLUME, 2002.
POCHMANN, Márcio. **Reestruturação Produtiva - Perspectivas de Desenvolvimento Local com Inclusão Social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia - A Experiência da Itália Moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

Componente Curricular: GEOGRAFIA do RIO GRANDE DO SUL SBGEO015

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Caracterização geral do estado. O espaço físico e os recursos naturais. O processo de ocupação do espaço e suas implicações econômicas. As relações entre sociedade e natureza, considerando o local, o regional, o estado, o Brasil e o mundo; a cultura e o espaço: relações éticas, de poder, políticas, sociais e econômicas.

Objetivos:

Aprofundar conhecimentos geográficos sobre o Rio Grande do Sul. Contribuir para que o aluno se reconheça como sujeito atuante e modificador do espaço rio-grandense.

Referências Bibliográficas Básicas

MOREIRA, Igor A. G. COSTA, Rogério H. da. **Espaço e sociedade no Rio Grande do Sul**. 3 ed., Porto Alegre, Mercado Aberto, 1993.
GUASSELLI, Laurindo Antonio, OLIVEIRA, Guilherme Garcia de, ALVES, Rita de Cassia Marques. **Eventos extremos no Rio Grande do Sul: inundações e movimentos de massa**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.
RAMBO, Balduino Pe. **A fisionomia do Rio Grande do Sul: ensaio de monografia natural**. São Leopoldo, Ed. UNISINOS, 2000.

Referências Bibliográficas Complementares:

BARROSO, Véra Lucia Maciel. O povoamento do Território do Rio Grande do Sul/Brasil: o oeste como direção. **Estudios históricos – CDHRP**- agosto 2009, n2.
CARELI, Sandra da Silva; knierim, Luiz Claudio (ORGS.) **Releituras do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2011.
HEIDRICH, Álvaro. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
MOURA, Rosa; WERNECK, Débora Zlotnik. **Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a Região Sul**. R. Paraná. Desenvolvimento. Curitiba, n. 100, p. 27-57. Jan. jun. 2001
VERDUM, Roberto, BASSO, Luis Alberto; SUERTEGARAY, Dirce. **Rio Grande do Sul: paisagens e territórios em transformação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 20204
VIEIRA, Eurípedes Falcão. **Geografia do Rio Grande do Sul: territorialidade-ambientes naturais- sociedade**. Renascença: Edigal, 2012
VIEIRA, Eurípedes Falcão. **Geografia do Rio Grande do Sul: geografia física e vegetação**. Porto Alegre: Sagra, 1984.
VIEIRA, Eurípedes Falcão. **Geografia do Rio Grande do Sul: geografia da população**. Porto Alegre: Sagra, 1985

Componente Curricular: GEOMORFOLOGIA II SBGEO016

Carga Horária: 45 horas

Ementa: Fatores físicos no modelado das regiões; Intemperismo; Processos pedogenéticos e suas relações com a morfogênese; Manto de intemperismo; Domínios morfoclimáticos; Fatos geomorfológicos aplicados ao planejamento ambiental.

Objetivos:

Compreender o modelado das regiões a partir dos processos pedogenéticos.

Referências Bibliográficas Básicas

BIGARELLA, J.J.; BECKER, R. D.; SANTOS, G. F. **Estrutura e Origem das Paisagens Tropicais e Subtropicais**. Florianópolis: Ed. USSC, 1994, V. 1, 425p.

BIGARELLA, J. J.; BECKER, R. D.; PASSOS, E. **Estrutura e Origem das Paisagens Tropicais e Subtropicais**. Florianópolis: Ed. USSC, 1996, v.2,874p

BLOOM, V. **Superfície da Terra**. São Paulo: Edgard Bücher, 1988, 184p.

Referências Bibliográficas Complementares:

BRAUN, O. P. G. **Contribuição à geomorfologia do Brasil Central**. Revista Brasileira de Geografia, n. 3, p. 3-39, 1970.

CASSETTE, V. **Ambiente e Apropriação do Relevo**. São Paulo: Contexto, 1991, 146p.

CURI, N. et al. **Vocabulário de Ciências do Solo**. Campinas: 1993, 89p.

[07] CONTI, I. B. **O Meio Ambiente Tropical**. Geografia, v. 14, n. 18, pp. 69-79, 1989.

EMBRAPA. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Brasília: Embrapa Produção de Informação: Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 412p. 1999.

GUERRA, A. T. **Dicionário Geológico-Geomorfológico**. 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE. 1987.

GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. (org.) **Geomorfologia**: Uma atualização de bases e conceitos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, 472p.

_____. **Geomorfologia** - Exercícios, Técnicas e Aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1996. 345p.

_____. **Geomorfologia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996 m 372p.

GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. (org.) **Erosão e Conservação dos Solos** - conceitos, temas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, 339p.

LEPSCH, L F. **Formação e Conservação dos Solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002, 178p.

NOVAES PINTO, M. (Org.). **Cerrado**: caracterização, ocupação e perspectivas. 2. Ed. Brasília: Universidade de Brasília. 1993.681 p.

PENTEADO, M. M. **Fundamentos de Geomorfologia**. Rio de Janeiro: IBGE, 1973, 185p.

RESENDE, M et al. **Pedologia**: Base para distinção de ambientes. Viçosa: NEPUT, 1995, 236p.

ROSS, J. L. S.(org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995, 546p.

SALGADO-LABOURIAU, M. L. **História Ecológica da Terra**. São Paulo: Edgard Blücher, 1996, 307 p.

J VITTE, A. C.; GUERRA, A. T. (Org.) **Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Componente Curricular: PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO SBGEO017

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Surgimento, conceitos e escolas da ciência psicológica. As principais teorias da psicologia e suas interfaces para o ensino e a aprendizagem escolar, Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Dinâmica de classe e relacionamento professor-aluno.

Objetivos:

Objetivo Geral: Discutir a evolução da Psicologia como conhecimento científico.

Objetivos específicos:

Compreender a gênese do campo da Psicologia da Educação no contexto da ciência psicológica. Analisar as particularidades do desenvolvimento humano e os ciclos de vida. Analisar as relações entre desenvolvimento e aprendizagem e educação. Compreender os fundamentos epistemológicos das teorias psicológicas da educação e da aprendizagem. Sistematizar reflexões das teorias da aprendizagem com a formação e prática docente. Discutir temas contemporâneos da psicologia da educação e suas interfaces com a educação escolar e a formação crítico-reflexiva dos alunos

Referências Bibliográficas Básicas

AZENHA, M.G. **Construtivismo de Piaget a Emília Ferrero**. São Paulo: Ática, 2001.
BOCK, A. M. B. (Org). **Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo: Saraiva, 2008.
COLL, César; MARCHESI, Alvaro; PALACIOS, Jesús. **Desenvolvimento psicológico e educação**. 2ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da aprendizagem**. Petrópolis: Vozes, 2010.
FARIA, A.R. **O desenvolvimento da criança e do adolescente segundo Piaget**. São Paulo: Ática, 2001.

Referências Bibliográficas Complementares:

ASSIS, Árbila Luiza. A. **Influências da Psicanálise na educação: uma prática psicopedagógica**. Curitiba. InterSaberes, 2012.
CARRARA, K. (Org.). **Introdução à Psicologia da Educação: seis abordagens**. São Paulo: Avercamp, 2004.
CASTORINA, José Antonio et al. Piaget-Vygotsky – novas contribuições para o debate. 6.ed. São Paulo: Ática, 2001. COLL, C. (Org.). **Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2012.
COLL, C. (Org.). **Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Artmed, 2004.
COLL, C. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre, RS: Artmed, 1994..
GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas**. A| Teoria Na Prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. GOULART, I. **Psicologia da Educação: fundamentos teóricos - aplicação à prática pedagógica**. Petrópolis: Vozes, 1993.

GODOI, Eliane Dalla Coletta; Caroline Costa Nunes Lima; Carla Tatiana Flores Carvalho; Gabriel A. **Psicologia da educação**. Grupo A, 2018. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595025059/pageid/54>. Acesso em: 12 ago. 2020.

VIGOSTSKY, L.S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

Componente Curricular: PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM SBGEO018

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Objeto e método de estudo da psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem. Características e determinantes do desenvolvimento durante a infância e adolescência. Fenômenos básicos da aprendizagem simples e complexa. Aprendizagem verbal e social. Relação ensino-aprendizagem.

Objetivos:

Refletir o cotidiano escolar à luz das diferentes correntes epistemológicas e das teorias do desenvolvimento e da aprendizagem estudadas.

Referências Bibliográficas Básicas

ARDOINO, JACQUES. **Éducation Et Politique**. 2 Ed., Paris: Anthropos, 1999.
ARDOINO, Jacques. **Psicologia da Educação na Universidade e na Empresa**. São Paulo: Herd/Edusp, 1971. (Tradução Do Original Francês Propôs Actuels Sur l'éducation. 4 Édition, Révue Et Augmentée. Paris: Gauthier-Villars, 1969).
BRASIL, Ministério da Educação. **Proposta de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica**, em Curso de Nível Superior, Brasília, Maio, 2000. (In: [Www.Mec.Gov.Br/Formaçãodeprofessores](http://www.Mec.Gov.Br/Formaçãodeprofessores)).

Referências Bibliográficas Complementares:

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Propostas de Diretrizes para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica**, em Cursos de Nível Superior. Brasília, Abril, 2001. In: ([Www.Mec.Gov.Br/Cne/Formação](http://www.Mec.Gov.Br/Cne/Formação)).

BALLONE, G. J. **Dificuldades de Aprendizagem**. 2005. Disponível em: <http://virtualpsy.locaweb.com.br/index.php?sec=19&art=49>. Acesso em: 10 mai. 2019.

BERZEZINSKI, Iria. **A Formação do Professor para o Início de Escolarização**. Goiânia: Ed. Ucg, 1987.

CHABANNE, Jean-Luc. **Dificuldades de aprendizagem: um enfoque inovador do ensino escolar**. São Paulo: Ática, 2006.

BOCK, A. M. B. **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2003.

COLL, PALACIOS, MARCHESI. (Org.) **Desenvolvimento psicológico e educação: necessidades educativas especiais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. Volume 3

FERRAZ, P. G. **Transtornos da aprendizagem: conceito, quadro clínico e avaliação diagnóstica**. Disponível em: <http://www.psiquiatriainfantil.com.br/artigo.asp?codigo=25> >. Acesso em: 10 mai. 2019.

Componente Curricular: Sociologia SBGEO019

Carga Horária: 60 h

Ementa: Abordagem das contribuições sociológicas contemporâneas.

Objetivos:

Conhecer as correntes sociológicas contemporâneas e suas contribuições.

Referências Bibliográficas básicas:

ADORNO, Theodor. Indústria Cultural e Sociedade. São Paulo: Paz e terra, 2002.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de educação. Petrópolis Vozes.

ELIAS, Norbert. Estabelecidos e Outsiders. Rio de Janeiro: Zahar:2000.

Referências Bibliográficas Complementares:

ADORNO, T. W. **Introdução a sociologia**. (1968). São Paulo, SP: UNESP, 2008.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2005.

GOFFMAN, E. **Comportamento em lugares públicos**: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

ELIAS, N. **Estabelecidos e Outsiders**. Rio de Janeiro: Zahar: 2000.

JAY, M. **A imaginação dialética**: história da escola de Frankfurt e do Instituto de Pesquisas Sociais 1923-1950. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

PARSONS, T. **A estrutura da ação social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA 2 SBGEO020

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Reflexão crítica sobre a prática pedagógica.

Objetivos:

Promover a reflexão crítica sobre práxis pedagógica;

Criar condições para a inserção do licenciando no contexto dos espaços da escola formal, analisando e avaliando procedimentos metodológicos para os conteúdos curriculares;

Interagir com as instituições escolares por meio de projetos específicos na área de atuação do curso de Geografia.

Referências Bibliográficas Básicas

PCN – Programa Curricular Mínimo para o Ensino Fundamental e Médio de Geografia.

PEREIRA, Raquel M. Fontes do A. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna**. Florianópolis: UFSC, 1993.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib(org.). **Ousadia no Diálogo**: Interdisciplinaridade na Escola Pública. SP. Loyola.

SIMPÓSIO TEORIA E ENSINO DA GEOGRAFIA. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 1983. V.1 e 2.

Referências Bibliográficas Complementares:

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (orgs.) **Para onde vai o ensino de geografia?** 10 ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PONTUSCHA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Lyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, A. Correa. **O trabalho de campo em Geografia humana e suas limitações**, Ver. Orientação, Edusp/1982.

VESENTINI, José W. **O método e a práxis.** (Notas polêmicas sobre a geografia tradicional e a geografia crítica). Terra livre. São Paulo: AGB, nº 2 jul. de 1987.

VASCONCELLOS, C.S. **Construção do conhecimento em sala de aula.** São Paulo: Libertard, 1995.

4º SEMESTRE

Componente Curricular: Estudo da Região das Missões SBGEO022

Carga Horária: 30 horas

Ementa: A colonização espanhola no Brasil e a construção da Região Missioneira. O patrimônio regional suporte ao turismo. O turismo como alternativa ao desenvolvimento e integração regional. Paradiplomacia e questões regionais.

Objetivos:

Analisar os processos de ocupação e formação da Região Missioneira e suas consequências.

Referências Bibliográficas Básicas

BRUXEL, Arnaldo. **Os Trinta Povos Guarani.** 2. Ed. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1987.
COLVERO, Ronaldo. **O comércio ilícito na fronteira do Rio Grande do Sul.** Passo Fundo: UPF, 2004.

MELIÁ, Bartomeu. El Guarani conquistado y Reducido. V.5 Asunción:CEADUC, 1986.

NOGUEIRA, Carmen Regina Dorneles. **O Turismo e a Redescoberta da Região das Missões.** São Paulo: DG-USP, 2007. Tese

Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-01062007-125043/publico/TESE_CARMEM_REGINA_DORNELES_NOGUEIRA.pdf. Acesso em: jul. 2020.

PINTO, Muriel. **A Identidade Socioterritorial Missioneira na Cidade Histórica de São Borja/RS:** as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional evangelizadora entre antigas reduções Jesuítico-Guarani. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Tese

Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/131160>. Acesso em julho de 2020.

Referências Bibliográficas Complementares:

FURLON, Guillermo. **Misiones y sus Pueblos de Guaranies.** Buenos Aires: Theoria 1962.

QUEVEDO, Júlio. **Guerreiros e Jesuítas na utopia** do Prata. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

NOGUEIRA, Carmen Regina Dorneles. Turismo no Mercosul: O Circuito Internacional das Missões Jesuítico-Guarani. São Paulo: DG-:

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Missões um espaço no tempo**: paisagem da memória. Seminário de Fronteiras do Brasil. IPHAN, Ministério da Cultura, UFRGS, 1 a 12 de julho de 2006.

ZART, Paulo. A Região Missioneira após as Missões. In: **Simpósio Nacional de Estudos Missionários**. 10, 1994. Santa Rosa: UNIJUÍ, 1994.

Componente Curricular: ESTUDO DE FRONTEIRAS SBGEO023

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Fronteira e os principais conceitos a ela relacionados. O modo de vida na fronteira e suas implicações. O papel das fronteiras sob a ótica geográfica, jurídica, econômica, política e cultural. Dinâmicas territoriais em espaço de fronteira.

Objetivos:

Compreender as especificidades dos espaços fronteiriços sob a ótica dos conhecimentos geográficos; Perceber como se estabelecem as dinâmicas territoriais neste espaço em específico; Reconhecer os sujeitos na produção do espaço da fronteira em suas esferas geográficas, jurídicas, econômicas, políticas e culturais.

Referências Bibliográficas Básicas

BENTO, Fábio Régio. **Fronteiras em movimento**. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

BARBERO, Jesus Martin. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

CASTELLO, Iara Regina ET AL (orgs.). **Fronteiras na América Latina: espaços em transformação**. Porto Alegre: UFRGS/FEE, 1997.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Paulo Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HAESBAERT, Rogério (org.). **Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo**. Niterói: EDUFF, 1998.

MACHADO, L. O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade.

Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, nº 8, pp. 7-23, jan./jun., 2000.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Território sem limites**. Editora da UFMS, Campo Grande, 2005.

Referências Bibliográficas Complementares:

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. **A dinâmica das fronteiras**: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. São Paulo: Annablume, 2010.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2000.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo. Paz e Terra, 2000.

FABRINI, João Edmilson; DIAS, Edson dos Santos (Orgs.). **Dinâmica territorial e ambiental em espaço de fronteira**. Cascavel: Edunioeste, 2012.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
GOLIN, Tau. **A FRONTEIRA**. Porto Alegre L&PM; 2002; 2004. Vol I e Vol II.
HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
LOPES, Marcos A (Org.). **Espaços da memória**. Fronteiras. Cascavel: Edunioeste, 2000.
MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992.
MOREIRA, Luiz Felipe Viel (Coord.). **Instituições, Fronteiras e Política na história sul-americana**. Curitiba: Juruá, 2007.
PRADO, Henrique Sartori de Almeida; NETO, Tomaz Espósito (Orgs.). **Fronteiras e relações internacionais**. Curitiba: Íthala, 2015.
RAFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
SILVEIRA, Ada Cristina Machado. **Representações e identidade: três estudos em comunicação**. Santa Maria: FACOS-FIPE-UFMS, 2001.
STERLING, German (Org.). **Abordagens historiográficas na fronteira**. Foz do Iguaçu: Uniamérica, 2006.
TELES, Reinaldo Miranda de Sá, PIERI, Vitor Stuart de. **Turismo e Paradiplomacia das Cidades**. Rio de Janeiro: CENEGRI, 2014.

Componente Curricular: GEOGRAFIA DAS CIDADES SBGEO021

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Aspectos espaciais da urbanização; Teorias explicativas das questões urbanas; Processos sociais e seus atores) que geram a urbanização sob um enfoque analítico e crítico; Levantamento de problemáticas específicas no âmbito urbano nos contextos de desenvolvimento e subdesenvolvimento.

Objetivos:

Identificar o processo de ocupação do espaço urbano e sua relação com a sociedade e meio ambiente.

Referências Bibliográficas Básicas

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
LÉFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetoórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

Referências Bibliográficas Complementares:

AZEVEDO, Aroldo. Vilas e cidades do Brasil Colonial. **Terra Livre**, São Paulo, N. 10, p.23-78.
BENEVELO, Leonardo. **História da Cidade**. 3ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1997.
CARLOS, Ana Fani Alessandrini. **A cidade**. 9ed. São Paulo: Contexto, 2018.
CARLOS, Ana Fani Alessandrini; LEMOS, Amália Inês Gerauges (orgs.). **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.
CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2003. 303 p. p. 66-77.

CORREA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora ática, 1989.
DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. Boletim geográfico, ano 59, 1938.
DINIZ, Clélio Campolina; CROCO, Marco (org.). **Economia regional e urbana**. Contribuições teóricas recentes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 61- 87.
CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. **Cultura, espaço e o urbano**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.
SANTOS, Milton. A Urbanização brasileira. São Paulo: Hucitec, 1992.
SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2012.
SCARLATO, Francisco Capuano. Urbanização. In.: ROSS, Jurandyr. **Geografia do Brasil**. 4ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003, p.400-464.
SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. 10 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2008
VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 1998.

Componente Curricular: ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA SBGEO024

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Fundamentos sociológicos, filosóficos, econômicos e políticos que contextualizam a relação educação – estado e sociedade; A organização do sistema educacional brasileiro aspectos formais; O sistema escolar; níveis e etapas de escolarização e modalidades educacionais; a legislação do ensino: histórico, políticas e perspectivas; Paradigma da educação e da gestão educacional.

Objetivos:

Compreender como se estrutura o sistema educacional brasileiro.

Referências Bibliográficas Básicas

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **LDB: passo a passo**. São Paulo: Avercamp, 2003.
BRASIL. Ministério da Educação. **Desenvolvimento da Educação no Brasil**. Brasília: MEC, 1998.
BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais para Formação de Professores**. Brasília: MEC, 1999.
BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

Referências Bibliográficas Complementares:

BREZINSKI, Iria (org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. São Paulo: Cortez, 1997.
CARNOY, Martin e CASTRO, Claudio Moura. **Como anda a reforma educativa na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV Ed., 1997.
COSTA, Messias. **A educação nas constituições do Brasil: dados e direções**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2002.

COSTA, V. et al. **Descentralização da Educação**: novas formas de Coordenação e Financiamento. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

CUNHA, Luiz. A. **Escola Pública, Escola Particular e a democratização de ensino**. São Paulo: Cortez, 1985.

DIDONET, Vital. **Plano Nacional de Educação - PNE**. Brasília: Ed. Plano, 2000.

DAVIES, Nicholas. **O FUNDEF e o Orçamento da Educação**: desvendando a caixa preta. Campinas: Autores Associados, 1999.

GENTILE, P. SILVA, Tomaz T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 1995.

MELLO, Guiomar Namó de Mello. **Cidadania e competitividade**: desafios educacionais no terceiro milênio. São Paulo: Cortez, 1993.

MELCHIOR, José C. de A. **Mudanças no financiamento da Educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1998.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de & ADRIÃO, Theresa (orgs.). **Organização do ensino no Brasil**: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB. São Paulo: Xamã, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da educação**. Campinas, Autores Associados, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao FUNDEB**: por uma outra política educacional. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2007.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Estrutura e Funcionamento da Educação Básica**. Fortaleza: Demócrito Rocha/UECE, 2001.

Componente Curricular: DIDÁTICA SBGEO025

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Dimensionamento dos conceitos de educação e instrução, das condições e das perspectivas de desenvolvimento do indivíduo no seu contexto socioeconômico e político-cultural. Relação professor/aluno medida pelo currículo. Planejamento didático: seleção, ordenação, descrição e delimitação de objetivos. Seleção e organização de conteúdos, estratégias de ensino e processo de avaliação.

Objetivos:

Instrumentalizar os discentes para a transposição didática.

Referências Bibliográficas Básicas

ABREU, M. C., MASETTO M. T. **O Professor Universitário em Aula**. São Paulo: Ed. Cortez 1986.

BRANDAO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação**: São Paulo: Ed. Brasiliense 1985.

CANDAU, Vera Maria (Org.). **A Didática em Questão**. Petrópolis: Ed. Vozes 1985.

TURRA, C. M. G. ET ALLII. **Planejamento de Ensino e Avaliação**. Porto Alegre: Ed. Sagra 1986.

Referências Bibliográficas Complementares:

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Ed. Paz E Terra, 1990.

MARTINS, Jose Do Prado São Paulo. **Didática Geral**. São Paulo: Ed. Atlas, 1985.

MIZUKAMI, Maria das Graças Nicoletti. **Abordagens do Processo**. São Paulo: Ed. Epu 1986.

NERICI, Imideo G. **Didática Geral Dinâmica**. São Paulo: Ed. Atlas.

ROGERS, Carl. **Liberdade de Aprender**, em nossa Década. Porto Alegre: Ed. A. Medica.
SILVA, Sonia Aparecida. **Valores em Educação**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA 3 SBGEO026

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Como continuação de Prática Pedagógica em Geografia 2, pretende-se em nível mais aprofundado, considerando os resultados obtidos, Promover a reflexão crítica sobre práxis pedagógica com ênfase nas discussões que envolvem a educação ambiental.

Objetivos:

Criar condições para a inserção do licenciando no contexto dos espaços da escola formal, analisando e avaliando procedimentos metodológicos para os conteúdos curriculares;
Interagir com as instituições escolares por meio de projetos específicos na área de atuação do curso de Geografia.

Referências Bibliográficas Básicas

BRASIL. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.
_____. Lei Nº 9.795, DE 27 de abril de 1999 (Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências).
_____. Resolução Nº 2, de 15 de junho de 2012 (Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental)
_____. Base Nacional Comum Curricular.
LIBANEO, José Carlos. **Democratização da escola pública, a pedagogia crítico social dos conteúdos**. São Paulo, Loyola, 1985.
LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Premissas teóricas para uma Educação Ambiental transformadora. **Ambiente Educação (FURG)**, Rio Grande, v. 8, p. 37-54, 2003.
MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso** (Para a crítica da geografia que se ensina). Rio de Janeiro: Dois pontos, 1987.
SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. C. M. (Orgs.). **Educação Ambiental - pesquisas e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

Referências Bibliográficas Complementares:

ALMEIDA, Jalcione. A problemática do desenvolvimento sustentável. In: Becker, Dinizar Fermiano (Org). **Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?**. Santa Cruz do Sul: Ed. da UNISC, 1997. p. 17-26.
LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. In: **VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: a pesquisa em educação ambiental e a pós-graduação**. Ribeirão Preto: USP, v. 0. p. 0-15, 2011.
LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1995.
PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

5º SEMESTRE

Componente Curricular: GEOGRAFIA ECONÔMICA SBGEO027

Carga Horária: 60 horas

Ementa: A geografia econômica e relações econômicas na sociedade contemporânea. A produção e reprodução das relações econômicas na sociedade capitalista. A divisão do trabalho na sociedade capitalista. Teorias da distribuição do processo econômico. Os processos de produção, de transformação da natureza e de organização do espaço.

Objetivos:

Compreender os processos de produção e de transformação da natureza sua interferência na organização do espaço

Referências Bibliográficas Básicas

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia Econômica**. Atlas, 10 ed. 1989.

BECKOUICHE, P. **Indústria**: um mundo só. São Paulo: Ática, 1995.

BENKO, George. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. Hucitec.

Referências Bibliográficas Complementares:

CARLOS, A.F.A. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 1991.

CASTRO, LE.; ET AL.(ORG.) **Redescobrimo o Brasil 500 anos depois**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil: FAPERJ, 1999.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Amares.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A Globalização da Pobreza - Impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. , Ed. Moderna, 1999.

FURTADO, Celso. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Global, 1988.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IANNI, Octávio. **Dialética e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1985.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Loyola, 6a. ed.1992.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. Brasiliense, 1970.

SINGER, Paul. **Curso de Introdução à Economia Política**. R. Janeiro: Forense, 1979.

SINGER, Paul. **O que é Economia**, Ed. Contexto,1998.

Componente Curricular: BIOGEOGRAFIA SBGEO028

Carga Horária: 60 horas

Ementa: A biogeografia: conceitos, métodos e campo de estudo; Os seres vivos: Fatores ecológicos e sua influência na distribuição dos organismos; As grandes formações biológicas do globo: os meios aquáticos e terrestres; O manejo dos ecossistemas e as necessidades de conservação.

Objetivos:

Estudar as grandes formações biológicas do globo evidenciando os fatores condicionantes bem como as relações e interdependência de tais formações.

Analisar as relações dos seres vivos com o ambiente em que vivem, enfatizando as modificações ensejadas pelas atividades do homem, comandadas pelos sistemas econômicos. Conhecer as características do Bioma Pampa.

Referências Bibliográficas Básicas

ACOT, P. **História de ecologia**. Rio de Janeiro: Editora Campos, 1990. 212p.

BRADY, N. C. **Natureza e propriedades dos solos**. 7.ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1989. 878p.

CABRERA, AL. e WILLINK, A. **Biogeografia de América Latina**. Programa de Desarrollo Científico y Tecnológico. OEA 1973. 120p.

CONTI, José Bueno; FURLAN, Sueli Angelo. **Geoeecologia**: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). Geografia do Brasil. 6ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Orgs.). **A questão ambiental**: diferentes abordagens. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

FIGUEIRÓ, Adriano S. **Biogeografia**: dinâmicas e transformações da natureza. São Paulo: Oficina de Textos, 2015.

GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Orgs.). **Geomorfologia e Meio Ambiente**. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2011

Referências Bibliográficas Complementares:

DANSEREAU, P. **Biogeography: an Ecological Perspective**. NY. Ronald Press 1957. 394p.

DREW, D. **Processos Interativos Homem-Meio Ambiente**. São Paulo: Difel, 1986.

EMBRAPA. **Atlas do Meio Ambiente do Brasil**. 2. ed. Brasília: Embrapa - SPI: Terra Nova, 1996. 160p.

LACOSTE, A & SALANON, R. **Biogeografia**. Barcelona, OIKOSTAUE. MMA/SDS.

PROGRAMA ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO. **Diretrizes metodológicas para o Zoneamento Ecológico Econômico do Brasil**. Brasília, 2001. 109p.

ODUM, E. P. **Fundamentos de Ecologia**. 4.ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Editora. 1988. 927p.

RICKLEFS, R. E. **A economia da natureza**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A, 2003.

SIMMONS, L. G. **Biogeography**: natural and cultural. London, E. A. P. L, 1979

TOWNSEND, C. R. **Fundamentos em ecologia**. Tradução Gilson Rudinei Pires Moreira. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

TROPMAIR, H. **Biogeografia e Meio Ambiente**. Rio Claro: Divisa, 2006. 206p.

Componente Curricular: CULTURA E ESPAÇO SBGEO029

Carga Horária: 30 horas

Ementa: Estudo dos conceitos e constituição da geografia cultural: sua gênese e atualidade. As relações entre espaço e cultura. A cultura e simbolismo nas manifestações espaciais. A diversidade cultural. Representações e globalização.

Objetivos:

Compreender os processos de apropriação do espaço pela cultura e suas consequências.

Referências Bibliográficas Básicas

CANCLINI, Néstor. **A globalização imaginada**. São Paulo: iluminuras, 2003.
CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.
CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à Geografia Cultural**. 3ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: ED UERJ, 1999, 247p., p. 49-58.

Referências Bibliográficas Complementares:

BAUMAN, Zygmunt. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
BERDOULAY, Vicent. Espaço e cultura. p.101-131. In: CASTRO, Iná Elias et.al. (Orgs.) **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012
CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. **Paisagens, textos e identidade**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeni. **Geografia Cultural: um século**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.
GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.
HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editores, 1997.

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA 4 SBGEO030

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Refletir sobre práticas de ensino de Geografia no contexto atual e instrumentalizar para a prática docente.

Objetivos:

Compreender a existência de múltiplas possibilidades de aprender e ensinar Geografia. Reconhecer estratégias e recursos didáticos potencialmente motivadores para o processo de ensino e aprendizagem de Geografia. Instrumentalizar para a prática docente.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, Rosângela Doin de. Propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de geografia. **Revista Terra livre**, Associação dos Geógrafos do Brasil, São Paulo, n.8, p.83-90, 1991.

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza. **O espaço geográfico, ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1989.

ARROYO, M.G. **O ofício de mestre**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRAGA, ROSALINA. **A construção da escola elementar**. Uma interpretação interessada em sua transformação/ UFMG 1998.

CARLOS, Ana Fani (Org.) **A geografia na sala de aula**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos et al. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. 5. ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2010.

REGO, Nelson; COSTELLA, Roselane Zordan. Educação geográfica e ensino de Geografia, distinções e relações em busca de estranhamentos. **Revista Signos Geográficos**, Goiânia-GO, V.1, 2019.

Referências Bibliográficas Complementares:

BIDDLE, Donald S. **Abordagem Conceitual do Ensino da Geografia na escola Secundária**. Rio Claro, AGETEO.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos** - Campinas, SP: Papirus, 1998. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

COMPIANI, M. **Os papéis didáticos das excursões geológicas**, Campinas/SP.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LAFOUCADE, P.D. **Planejamento e Avaliação do Ensino: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado**. São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural.

LIBANELO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1995.

LIBANELO, José Carlos. **Democratização da escola pública, a pedagogia crítico social dos conteúdos**. São Paulo, Loyola, 1985.

MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso** (Para a crítica da geografia que se ensina). Rio de Janeiro: Dois pontos, 1987.

PEREIRA, Raquel M. Fontes do A. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna**. Florianópolis: UFSC, 1993.

PONTUSCKA, Nídia Nacib; PAGANELLI, Tomoko Iyda; CACETE, Núria Hanglei. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3. ed. São Paulo Cortez, 2009.

Componente Curricular: Estágio Supervisionado – Rotinas Escolares SBGEO031

Carga Horária: 120 horas

Ementa: as dimensões/pedagógicas e as práticas didáticas e metodológicas no contexto escolar da educação básica – o ensino fundamental e médio – como processo reflexivo das realidades socioculturais que a constituem e formativo do educador e do educando. O planejamento da prática docente e da pesquisa na área de ciências humanas.

Objetivos:

Compreender a docência como um lócus formativo;

Desenvolver capacidade crítica sobre aspectos da profissionalização, da identidade e do trabalho docente;
Refletir e agir pedagogicamente sobre a práxis profissional.

Referências Bibliográficas Básicas

HERNANDEZ, Fernando. **A Organização do Ensino em Projetos de Trabalho**. Porto Alegre: ARTMED, 1998
PERRENOUD P, PAQUAY L, ALTED M, CHARLIER E. (Orgs.). **Formando professores profissionais: quais estratégias? Quais competências?** 2a ed. Porto Alegre: Artmed; 2001.
PERRENOUD P. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas**. Lisboa: Dom Quixote; 1993.

Referências Bibliográficas Complementares:

ARROYO, Miguel G. **Imagens Quebradas: Trajetórias e tempos de alunos e mestres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
CANDAU, V. M. F. **Reinventar a escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
PACHECO, J. **Escola da ponte: formação e transformação da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
TARDIF M, LESSARD C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes; 2005
TARDIF M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes; 2002

6º SEMESTRE

Componente Curricular: ANÁLISES POLÍTICAS DO ESPAÇO GEOGRÁFICO
SBGEO032

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Origens e a evolução da geografia política, seus temas, conceitos principais, seus autores e obras clássicas. Geografia política e geopolítica. Espaço e poder. Velha e nova ordem mundial. Novos atores territoriais, globalização, estado-nação, nacionalismos e conflitos indenitários.

Objetivos:

Compreender a diferença entre a Geografia Política e a Geopolítica. Conhecer os seus principais autores e obras clássicas.

Referências Bibliográficas Básicas

ANDRADE, M.C. **Imperialismo e fragmentação do espaço**. São Paulo: Contexto, 1988.
ANDRADE, M.C. **O Brasil e a África**. São Paulo: Contexto, 1989.
ANDRADE, M.C. **O Brasil e a América Latina**. São Paulo: Contexto, 1989.
CASTRO, Iná Elias. **Geografia e Política**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005, 299 p.

Referências Bibliográficas Complementares:

GOMES, Hortieste. **A Produção do Espaço Geográfico no Capitalismo**. São Paulo: Contexto, 1991.
HAESBAERT. R. **Blocos Internacionais de poder**. São Paulo: Contexto, 1993.
LACOSTE Y. **Os países subdesenvolvidos**. DIFEL, 1981.
MARTIN, André R. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1992.
ARDOSO, Eliana e HEL WEGE, Ann. **A Economia da América Latina**. São Paulo. Ed. Ática, 1993.
CANÊDO, L.B. **A descolonização de Ásia e da África**. Atual Editora Ltda. 4ª ed., 1986.
SOJA, Edward - **Geografia Pós Moderna**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Componente Curricular: HIDROGRAFIA SBGEO033

Carga Horária: 30 horas

Ementa: O ciclo hidrológico e a intervenção antrópica. A contaminação das águas e os critérios para avaliação de sua qualidade A bacia hidrográfica como um sistema hidrológico. Análise dos processos e controles do regime fluvial. Gerenciamento de Recursos hídricos: os comitês de bacia e o manejo integrado das bacias hidrográficas.

Objetivos:

Compreender o ciclo hidrológico. Conhecer o sistema hidrogeomorfológico. Conhecer as bacias hidrográficas e sua função na paisagem. Analisar a legislação atinente ao uso da água.

Referências Bibliográficas Básicas

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia fluvial**. São Paulo: Edgard Blücher, 313 p. 1981.
GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. da (Org.). **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 472 p. 1995.
BRANCO, S. M. (org). **Hidrologia Ambiental**. São Paulo, Editora da USP, ABRH, 1991 (coleção ABRH, Vol 3)

Referências Bibliográficas Complementares:

BRANCO, S. M. **Água: origem, uso e preservação**. São Paulo, SP: Moderna, 1993.
GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. **Geomorfologia e Ambiente**, Rio de Janeiro: Bretand do Brasil, 1996.
DIETRICH SCHIEL & SERGIO MASCARENHAS & NORA VALEIRAS & ET AL. **Estudo de Bacias Hidrográficas**. São Paulo, SP. Ed. Rima, 2003.
PORTO, RUBEM LA LAINA. **Técnicas quantitativas para o gerenciamento de recursos hídricos**. Porto Alegre: ABRH, 2002.
TEIXEIRA, TOLEDO, FAIRCHILD e TAIOLI. **Decifrando a Terra**. São Paulo: Oficina de Textos, 2000.
REBOUÇAS, Alda da Cunha. **Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação**. São Paulo, SP: Escrituras, 2002.

Componente Curricular: MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM GEOGRAFIA
SBGEO034

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Instrumentalização para a pesquisa em geografia. Pesquisa e ensino de geografia. Elaboração de projeto de pesquisa.

Objetivos:

Instrumentalizar os discentes para a realização de pesquisa em Geografia.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, Rosângela Doin de. A propósito da questão teórico-metodológica sobre o ensino de geografia. In. **Prática de Ensino de Geografia**. São Paulo: Marco Zero, 2001.
AL VES, Rubem. **Filosofia da ciência**. Brasiliense, 1981.
BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. MEC - **Parâmetros Curriculares Nacionais**, 1994
CANDU, V.M. (org). **Rumo a uma nova didática**. Petrópolis: Vozes, 1998.

Referências Bibliográficas Complementares:

CHALMERS, A F. **O que é ciência afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.
DEMO, Pedro. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1995.
ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Pioneira, 1979.
LAKA TOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Metodologia Científica** - 2º Edição - São Paulo: Atlas, 1983.
MEDEIROS, João Bosco. **Redação Científica**. São Paulo: Atlas, 1987.
SALOMON, Décio Viera. **Como Fazer uma Monografia**. 4º Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
SEVERINO, a Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2002.
ZABOLI, G.B. **Práticas de ensino**: subsídios para a atividade docente. São Paulo: Ática, 1990.

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA 5 SBGEO035

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Prática de ensino da geografia em sala de aula; Avaliação das práticas pedagógicas dos professores de Geografia em sala de aula; Adequação das práticas pedagógicas do professor de Geografia às novas realidades em sala de aula.

Objetivos:

Instrumentalizar para a prática pedagógica.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, Rosângela D. de e PASSINI, Elza. **O espaço geográfico, ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1989.
ARROYO, M.G. **O ofício de mestre**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRAGA, ROSALINA, **A construção da escola elementar**. Uma interpretação interessada em sua transformação/ UFMG 1998.

Referências Bibliográficas Complementares:

BIDDLE, Donald S. **Abordagem Conceitual do Ensino da Geografia na escola Secundária**. Rio Claro: AGETEO.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos** - (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico) Campinas, SP: Papyrus, 1998.

COMPIANI, M **Os papéis didáticos das excursões geológicas**, Campinas/SP.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

LAFOUCADE, P.D. **Planejamento e Avaliação do Ensino: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado**. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural.

LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1995.

LIBANEO, José Carlos. **Democratização da escola pública, a pedagogia crítico social dos conteúdos**. São Paulo, Loyola, 1985.

MOREIRA, Ruy. **O discurso do avesso** (Para a crítica da geografia que se ensina). Rio de Janeiro: Dois pontos, 1987.

PCN – Programa **Curricular Mínimo para o Ensino Fundamental e Médio de Geografia**.

PEREIRA, Raquel M. Fontes do A. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna**. Florianópolis: UFSC, 1993.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib(org.). **Ousadia no Diálogo: Interdisciplinaridade na Escola Pública**. SP. Loyola.

SIMPÓSIO **TEORIA E ENSINO DA GEOGRAFIA**. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais. 1983. V.1 e 2.

SILVA, A. Correa. **O trabalho de campo em Geografia humana e suas limitações**, Ver. Orientação. São Paulo: Edusp, 1982.

VESENTINI, José W. **O método e a práxis**. (Notas polêmicas sobre a geografia tradicional e a geografia crítica). Terra livre. São Paulo: AGB, nº 2 jul. de 1987.

VASCONCELLOS, C.S. **Construção do conhecimento em sala de aula**. São Paulo: Libertard, 1995.

Espaço em revista/ Campus de Catalão- **Curso de Geografia UFG-** v. 4,5 e 6, nº 1 (2001;2002 e 2004)

Componente Curricular: EDUCAÇÃO INCLUSIVA SBGEO036

Carga Horária: 60 horas

Ementa:

Pressupostos teóricos e metodológicos da Educação Inclusiva. Paradigmas políticos, ideológicos e éticos da Educação Inclusiva. Os sujeitos do processo educacional especial: pessoas com necessidades educacionais especiais. Processos atitudinais da Educação Inclusiva no sistema escolar: currículo, didática e avaliação. Perspectivas para a construção de uma Sociedade Inclusiva: família, escola e sociedade.

Objetivos:

Refletir criticamente sobre os paradigmas teórico/metodológicos da Educação Especial;

Conhecer e aprofundar estudos sobre os contextos históricos da Educação Inclusiva e seus marcos legais;
Mobilizar e promover ações pedagógicas para a efetivação e processos atitudinais;
Elaborar intervenções pedagógicas, com ênfase no ensino e aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar.

Referências Bibliográficas Básicas

ASSUMPCÃO Junior, Francisco Baptista. **Introdução ao estudo da deficiência mental**. São Paulo: Memnon. 2000.
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto Secretaria da Educação Especial. **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial**. Brasília: MEC. 1995
MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez,1996.

Referências Bibliográficas Complementares:

BAPTISTA, Claudio R. Ação Pedagógica e Educação Especial: A sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados. **Revista Bras. de Ed. Esp.**, Marília, v. 17, p. 59-76, maio-ago., 2011. Edição Especial.
DINIZ, Debora; BARBOSA, Lívia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sur/v6n11/04.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2018.
MANTOAN. Maria Teresa, E. **Inclusão Escolar o que é? Por quê? Como fazer?** Editora Moderna, 2003
MANTOAN, Maria Teresa E. Igualdade e diferenças na Escola como andar no fio da navalha. **Educação**, Porto Alegre/RS, ano XXIX, n. 1 (58), p. 55 – 64, Jan./Abr. 2006.
SILVA, Maria Odete Emygdio. Da Educação à Inclusão: Concepções e Práticas. **Revista Lusófona de Educação**, n. 13, 2009, p. 135-153.
STAINBACK, Susan. **Inclusão**. Porto Alegre: ARTMED,1999.

Componente Curricular: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA ENSINO FUNDAMENTAL SBGEO037

Carga Horária: 150 horas

Ementa: A geografia no ensino fundamental. A problematização de metodologias de ensino. O aluno e o contexto escolar. A prática pedagógica.

Objetivos:

Instrumentalizar para a prática pedagógica da Geografia no ensino fundamental.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, Rosângela D. de e PASSINI, Elza. **O espaço geográfico, ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 1989.
ARROYO, M.G. **O ofício de mestre**. Petrópolis: Vozes, 2000.
BRAGA, ROSALINA, **A construção da escola elementar**. Uma interpretação interessada em sua transformação/ UFMG 1998.
CASTRIGIOVANNI, Antonio Carlos; CALLAI, Helena Copetti; KAERCHER, Nestor André. **Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 11 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

Referências Bibliográficas Complementares:

BIDDLE, Donald S. **Abordagem Conceitual do Ensino da Geografia na escola Secundária**. Rio Claro: AGETEO.
CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos -** (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico) Campinas, SP: Papyrus, 1998.
FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
LAFOUCADE, P.D. **Planejamento e Avaliação do Ensino: Teoria e Prática de Avaliação do Aprendizado**. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural.
LIBANEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1995.
LIBANEO, José Carlos. **Democratização da escola pública, a pedagogia crítico social dos conteúdos**. São Paulo, Loyola, 1985.

7º SEMESTRE

Componente Curricular: GEOGRAFIA FÍSICA DO BRASIL SBGEO038

Carga Horária: 30 horas

Ementa: O espaço brasileiro; Clima; Caracterizações geológicas e geomorfológicas; Solos e vegetação; A rede hidrográfica.

Objetivos:

Analisar os diferentes domínios naturais e seu estado de preservação/destruição e possibilidades de regeneração.

Referências Bibliográficas Básicas

AB'SABER, A. N. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê, 2012
MENDONÇA, F. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.
ROOS, Jurandy Sanches. **Geografia do Brasil**. 6ed. ed. São Paul, São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2011
GUERRA, Antonio José Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista (orgs.). **Geomorfologia e meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares:

BORTOLETO, Eliane Mundim. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. **Geografares**, Vitória, n. 2, junho 2001. p. 53-62. Disponível em: < <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1140> > Acesso em: março de 2020.

DANSEREAU, P. Introdução à biogeografia. **Revista Brasileira de geografia**. Ano 11, Nº1. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1949_v11_n1.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

FIALHO, E. S. Climatologia: ensino e emprego de geotecnologias. **Revista brasileira de Climatologia**, Curitiba, Ano 9, Vol. 13, p. 30-50, 2013.

GILLUNG, J. P. Biogeografia: a história da vida na Terra. **Revista da biologia**. v. Especial Biogeografia. 2011. Disponível em: <http://www.ib.usp.br/revista/volume7>. Acesso em: 05 dez. 2017.

SUERTEGARAY, D. (ORG.) **Terra: feições ilustradas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. **Reflexões sobre a geografia física no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

Componente Curricular: GEOGRAFIA HUMANA DO BRASIL. SBGEO039

Carga Horária: 30 horas

Ementa: Formação do Território Brasileiro. Dinâmicas sociais e Produção do Espaço do campo e da cidade. Inserção do Brasil na economia mundial.

Objetivos:

Conhecer o quadro natural brasileiro e as transformações nele provocadas pela ação humana e sua relação com as diferentes formas de ocupação, organização e aproveitamento econômico do espaço brasileiro.

Referências Bibliográficas Básicas

ALESANDRI, Ana Fani Carlos. **A reprodução do espaço urbano**. São Paulo: EDUSP, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O Brasil e a América latina**. São Paulo: Contexto, 2008.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial no Brasil**. 1ª ed. Ed. Hucitec:1999.

ROOS, Jurandy Sanches. **Geografia do Brasil**. 6ed. ed. São Paul, São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2011

Referências Bibliográficas Complementares:

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. 1ª. ed. São Paulo: Annablume / Hucitec, 2002.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo, 1991.

MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura (orgs.). **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**.

SUERTEGARY, Dirce Maria Antunes; SILVA, Charlei Aparecido; PIRES, Claudia Luísa Zeferino; PAULA, Cristiano Quaresma de (Orgs.). **Geografia e conjuntura brasileira**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

Componente Curricular: REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL SBGEO040

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Processos de regionalização do espaço mundial. Diferenças regionais mundiais. Políticas Regionais. Processos de Regionalização, Blocos Regionais Mundiais.

Objetivos:

Discutir o processo de regionalização do espaço mundial segundo as articulações históricas que o determinam; Fornecer subsídios para a compreensão do atual caráter universal da sociedade e do espaço; Estudar as diferenças regionais do mundo, enfocando suas desigualdades e suas repercussões no território; Analisar as políticas regionais em diversas áreas do mundo e em especial na Europa e América Latina; Aprofundar a análise das questões decorrentes do intenso processo de globalização; Analisar os Blocos Regionais Mundiais, com especial ênfase no MERCOSUL.

Referências Bibliográficas Básicas

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias Geográficas**. São Paulo: Ática, 1987.
HAESBAERT, Rogério. **Regional – global: Dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço – Técnica e tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1999.
SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

Referências Bibliográficas Complementares:

BENKO, Georges. **Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI**. São Paulo: HUCITEC ANNABLUME, 2002.
DALL'ACQUA, Clarisse Torrens Borges. **Competitividade e Participação – Cadeias Produtivas e a Definição dos Espaços Geoeconômico, Global e Local**. São Paulo: AnnaBlume, 2003.
DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco. (Orgs.) **Economia Regional e Urbana – Contribuições Teóricas Recentes**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
HAESBAERT, Rogério; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
HAESBAERT, Rogério. **Globalização e Fragmentação do Mundo Contemporâneo**. Niterói, EDUFF, 1998.
HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1996.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e Democracia** – A Experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

Componente Curricular: GEOGRAFIA AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA SBGEO041

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Características físicas e mineralógicas do continente africano; Perfil dos aspectos mais relevantes da estrutura geográfica do continente africano; Contexto atual das comunidades e dos territórios quilombolas do país. Estudo de Direitos Humanos

Objetivos:

Estabelecer e reconhecer diversas perspectivas para a compreensão dos condicionantes físico-ambientais na organização das estruturas básicas dos territórios e das suas transformações institucionais; Enfocar os principais aspectos demográficos e do processo de urbanização africana, ressaltando o processo atual de exclusão territorial no mundo contemporâneo; Estabelecer referências para uma compreensão do tráfico, dos quilombos, da imagem geográfica construída para os trópicos, da população brasileira mestiça e marginalizada.

Referências Bibliográficas Básicas

ANJOS, R.S.A. **A Utilização dos Recursos da Cartografia Conduzida para uma África Desmistificada**. Revista Humanidades. Ano VI. Brasília, 1989.

ANJOS, R.S.A. **Coleção África-Brasil: Cartografia para o Ensino-Aprendizagem**. Mapas Editora & Consultoria. Brasília, 2000.

MATTOS, Regiane Augusto de; **História e cultura afro-brasileira**. 2ª ed. São Paulo:

Contexto, 2011. RIBEIRO, Berta; **O índio na história do Brasil**. 12ª ed. São Paulo: Global, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares:

ANJOS, R.S.A. **A África, a Geografia, o Tráfico de Povos Africanos e o Brasil**. Revista Palmares em Ação. Ano I No.2 Brasília, 2002.

ALMANAQUE ABRIL. **Brasil - Mundo**, 2003, São Paulo, 2003.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 10.639** de 09 de janeiro de 2003. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.639.htm>. Acesso em: 05 fev. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.645** de 10 de março de 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2008/Lei/L11645.htm>. Acesso em: 05 fev. 2016.

BORGES, Elisabeth Maria de Fátima. A inclusão da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos da Educação Básica. **R. Mest. Hist. Vassouras**, V. 12, Nº 1, 2010, p. 71-84. Disponível em: <

http://www.uss.br/pages/revistas/revistaMestradoHistoria/v12n12010/pdf/05A_Inclusao_dahi_storiaculturaafro.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2016.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista brasileira de educação**. v. 13, n. 37, jan./abr., 2008.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

MORAES, A C.R. & COSTA, W.M. **Geografia Crítica** - A Valorização do Espaço. Editora Hucitec, São Paulo, 1984.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício; **Memória d'África**: a temática africana em sala de aula. 3ª e. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Nelson Fernando Inocêncio da. Africanidade e religiosidade: uma possibilidade de abordagem sobre as sagradas matrizes africanas na escola. In.: Ministério da Educação.

Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03, 2005. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001432/143283por.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2016.

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA EM GEOGRAFIA 6 SBGEO042

Carga Horária: 60 horas

Refletir sobre práticas de ensino de Geografia no contexto atual e instrumentalizar para a prática docente.

Objetivos:

Compreender a existência de múltiplas possibilidades de aprender e ensinar Geografia.

Reconhecer estratégias e recursos didáticos potencialmente motivadores para o processo de ensino e aprendizagem de Geografia. Instrumentalizar para a prática docente.

Referências Bibliográficas Básicas

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**.

Petrópolis: Vozes, 2011.

DEMO, Pedro. **Educação e alfabetização científica**. Campinas: Papirus, 2010.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

Referências Bibliográficas Complementares:

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

DEMO, Pedro. **Praticar ciência**: metodologias do conhecimento científico. São Paulo: Saraiva, 2012.

FAZENDA, Ivani (Org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2012.

FLEURI, Reinaldo Matias. **Travessia**: questões e perspectivas emergentes na pesquisa em educação popular. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

Componente Curricular: ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GEOGRAFIA NO ENSINO MÉDIO SBGEO043

Carga Horária: 135 horas

Ementa: A geografia no ensino médio. A problematização de metodologias de ensino. O aluno e o contexto escolar. A prática pedagógica.

Objetivos:

Instrumentalizar a prática docente na área de Geografia no ensino médio.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **Do Desenho ao Mapa:** Iniciação Cartográfica na Escola. São Paulo: Ed. Contexto, 2001.

ALMEIDA, Rosângela D. de; PASSINI, Elza Y. **O Espaço Geográfico:** Ensino e Representação. São Paulo: Ed. Contexto, 1991.

CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos (org.). **Ensino de Geografia:** Práticas e textualizações no Cotidiano. Porto Alegre – RS: Ed. Mediação, 2000.

Referências Bibliográficas Complementares:

ALMEIDA, Rosângela Doin de. **O espaço geográfico:** ensino e representação. 15 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **A geografia em sala de aula.** 2 ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola.** Campinas (SP): Papirus, 2012.

REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; KAERCHER, Nestor André (orgs.). **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio.** Porto Alegre: Artmed, 2007.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar Geografia:** o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

VESENTINI, José William (org.). **O ensino de geografia no século XXI.** Campinas SP: Papirus, 2004.

8º SEMESTRE

Componente Curricular: POLÍTICAS PÚBLICAS E MEIO AMBIENTE SBGEO044

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Introdução à questão ambiental; Gestão pública do meio ambiente; Instrumento de gestão ambiental; Política de Águas; Gestão ambiental urbana.

Objetivos:

Conhecer as políticas públicas de meio ambiente.

Referências Bibliográficas Básicas

BECKER, Bertha; MIRANDA, Mariana (orgs.). **Agenda política do desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

BURSZTYN, Marcel (org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

BURSZTYN, Maria Augusta. **A gestão ambiental: instrumentos e práticas.** Brasília: Edições IBAMA, 1994.

Referências Bibliográficas Complementares:

- GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. 5ª edição. São Paulo: Contexto, 1996
- GUERRA, Antonio Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista (orgs). **Impactos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2001.
- LEME MACHADO, Paulo Afonso. **Direito Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Ed. Malheiros, 1995.
- ROSS, J. L. S. **Geomorfologia - ambiente e planejamento**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SILVA, J. X.; ZAIDAN, R. T. **Geoprocessamento e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2011.

Componente Curricular: REGIONALIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA SBGEO045

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Aspectos naturais da América Latina; Populações autóctones da América Latina; O processo de colonização da América Latina; Regionalizações atuais da América Latina; Aspectos naturais; Biogeografia; Processos econômicos, sociais e históricos de RS; RS no contexto regional do espaço brasileiro.

Objetivos:

Caracterizar os processos de regionalização da América Latina.

Referências Bibliográficas Básicas

- ANDRADE, Manuel Correia. **O Brasil e a América Latina**. São Paulo: Contexto, 1993.
- AYERBE, Luís Fernando (Comp.). *Integração Latino-americana e caribenha*. São Paulo: IMESP, 2007.
- FERNANDES, Bernardo Mançano (org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, CLACSO, 2008.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica da América Latina**. Rio de Janeiro, Lia, 1970.

Referências Bibliográficas Complementares:

- GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: LPM, 2010
- GERAIGES DE LEMOS, Amalia Inés; ROSS, Jurandyr Luciano Sanches; LUCHIARI, Ailton. **América Latina: sociedade e meio ambiente**. São Paulo: Expressão Popular, CLACSO, 2008.
- GERAIGES DE LEMOS, Amalia Inés; SILVEIRA, María Laura; ARROYO, Mónica. **Questões territoriais na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, CLACSO, 2006
- LÓPEZ, Pavel & GARCÍA GUERREIRO, Luciana (Orgs.). **Pueblos originários en lucha por las autonomías: experiencias y desafíos en America Latina**. Buenos Aires: CLACSO e Editorial El Colectivo, 2016.
- OLICA, N.B. **Geopolítica na América Latina**. São Paulo: Moderna, 1992.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de; COELHO, Maria Celia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello. **O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (I e II)**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

Componente Curricular: GEOTECNOLOGIAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA SBGEO046

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Instrumentalização para o uso das geotecnologias.

Objetivos:

Fornecer as noções e os elementos básicos para utilizar GPS, Imagens de Satélites, Gráficos e Climogramas na Educação

Referências Bibliográficas Básicas

ANDERSON, P. S. **Fundamentos para fotointerpretação**. Rio de Janeiro. Sociedade Brasileira de Cartografia. 1982. 136 pp.

GARCIA, G. J. **Sensoriamento remoto: Princípios e interpretação de imagens**. São Paulo. Nobel. 1982. 137 pp.

LOCH, C. A.; LAPOLLI, E. M. **Elementos básicos da fotogrametria e sua utilização prática**. Florianópolis. Editora da UFSC. 1985. 86 pp.

Referências Bibliográficas Complementares:

LOCH, C. A. **A interpretação de imagens aéreas: noções básicas e algumas aplicações nos campos profissionais**. Florianópolis. Editora da UFSC. 1984. 82 pp.

MAFFI, C. **Interpretação fotogeológica**. Salvador. Centro Editorial da Universidade Federal da Bahia. 1978.

MARCHETTI, D. A. B.; GARCIA, G. 1. **Princípios de fotogrametria e fotointerpretação**. São Paulo. Nobel. 1977. 257 pp.

MARTINELLI, M. **Mapas de Geografia e Cartografia Temática**. São Paulo: EDUSP, 2003.

NOVO, E. M. L. DE M. **Sensoriamento Remoto. Princípios e aplicações**. 2. ed. Ed Edgar Blücher Ltda. São Paulo 1992.

Componente Curricular: PRÁTICA PEDAGÓGICA 7 SBGEO047

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Elaboração de projeto educacional a partir da utilização de tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética enfatizando os processos de comunicação, acesso e disseminação de informações, bem como produzir conhecimentos e resolver problemas na educação.

Objetivos:

Instrumentalizar para a prática docente.

Referências Bibliográficas Básicas

SENGE, P. (org.). **A Dança das Mudanças**. São Paulo: Editora Campus, 1999.
SILVA, M. (org.) **Educação online**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
VALENTINI, C. B., SOARES, E. M. **Aprendizagem em ambientes virtuais**. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2005

Referências Bibliográficas Complementares:

BARBOSA FILHO, André; CASTRO, Cosette. **Comunicação digital: educação, tecnologia e novos comportamentos**. São Paulo, SP: Paulinas, 2008.
CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2012.
RUDNICK, Rosane; SOUZA, Sandra Mara Lopes de. **O ensino de geografia e suas linguagens**. Curitiba, PR: Ibepex, 2010.
VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho. **Educação básica: a formação do professor, relação professor-aluno, planejamento, mídia e educação**. São Paulo, SP: Contexto, 2011.
VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Componente Curricular: TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO SBGEO049

Carga Horária: 60 horas

Ementa: Desenvolvimento de pesquisa na área da geografia.

Objetivos:

Instrumentalizar os docentes para a efetivação de trabalhos de pesquisa.

Referências Bibliográficas Básicas

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2006. 192 p. (Magistério. Formação e Trabalho Pedagógico)
GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.
KÖCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa**. 22 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Referências Bibliográficas Complementares:

BRZEZINSKI, Iria; ABBUD, M. Luiza Macedo; OLIVEIRA, Cláudia Chueire de. **Percursos de pesquisa em educação**. Ijuí: Unijui, 2007.
FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 2010.
FILHO, José Camilo dos Santos; GAMBOA, Silvio Sánchez. **Pesquisa educacional: quantidade – qualidade**. São Paulo: Cortez, 2009
PONTUSCHKA, Nídia Nacib, OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Orgs.) **Geografia em Perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2002.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa Qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 2011.

Componentes Curriculares Complementares de Graduação

Componente Curricular: DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA SBGEO050

Carga Horária: 30

Ementa: A luta de diferentes grupos sociais contra o processo de exclusão social produzido pelo modo de produção capitalista. Discute a necessidade de inclusão desta temática no contexto educacional brasileiro, em específico no ensino de História.

Objetivos:

Compreender o contexto histórico de criação dos direitos humanos e da cidadania no ocidente e sua trajetória no Brasil.

Referências Bibliográficas Básicas

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.
LEAL, Rogério Gesta. **Direitos Humanos no Brasil.** Desafios à democracia. Porto Alegre: Livraria do Advogado; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

Referências Complementares

BRASIL, Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasil Direitos Humanos. A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal. Brasília: SEDH, 2008.
HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos: uma história.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
MONDAINI, Marco. **Direitos Humanos no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2009.
RAYO, José Tuvilla. **Educação em Direitos Humanos.** Rumo a uma perspectiva global. Porto Alegre: Artmed, 2004.
SILVA, Aida Maria Monteiro. Direitos Humanos na docência universitária. In: PIMENTA, Selma Garrido, ALMEIDA, Maria Isabel de (Orgs). **Pedagogia Universitária: Caminhos na formação de professores.** São Paulo: Cortez, 2011. p.103-127

Componente Curricular: HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO SUL SBGEO051

Carga Horária: 60

Ementa: Estudo histórico e historiográfico do Rio Grande do Sul. Os antecedentes indígenas. As relações do sul da América portuguesa com a região platina de ocupação espanhola e a formação da fronteira. O processo de integração à colônia portuguesa e ao mercado. Os

processos de imigração. A formação política, econômica e sócio-cultural nos séculos XIX e XX. Problematização do ensino de História do Rio Grande do Sul na educação Básica.

Objetivos:

Conhecer os processos de formação do espaço do Rio Grande do Sul.

Referências Bibliográficas Básicas

BOEIRA, Nelson & GOLIN, Tau (orgs.). **História Geral do Rio Grande do Sul – República**. Volume 3. Tomos I e II. Passo Fundo: Meritus, 2007.
BOEIRA, Nelson & GOLIN, Tau (orgs.); GERTZ, Rene (orgs.). **História Geral do Rio Grande do Sul – República**. Volume 4. Passo Fundo: Meritus, 2007.
CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional**. O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

Referências Complementares

GUTFREIND, Ieda. **A Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1992. OLIVEN, Rubem George. **A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação**. Petrópolis: Vozes, 2006.
KERN, Arno A., SANTOS, Maria Cristina e GOLIN, Tau (orgs.). **História Geral do Rio Grande do Sul – Povos Indígenas**. V5. Passo Fundo: Meritus, 2009.
OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
PETERSEN, Silvia. **Que a União Operária Seja Nossa Pátria: História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/ Santa Maria: Editora da UFSM, 2001.

Componente Curricular: HISTÓRIA E CULTURA DA FRONTEIRA SBGEO052

Carga Horária: 60

Ementa: Estudo dos aspectos da formação e o imaginário da identidade nacional e cultural do Brasil na região centro-sul da América Latina.

Objetivos:

Compreender os processos da formação e o imaginário da identidade nacional e cultural do Brasil.

Referências Bibliográficas Básicas

FRANCO, Sergio Costa. **Gente e coisas da Fronteira Sul: ensaios históricos**. Porto Alegre: Sulina, 2001.
GOLIN, Luiz Carlos. **A Fronteira-governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com Uruguai e Argentina**. Porto Alegre: L&PM, 2002. (V1)
PROYETO VIVÍ CULTURA. **La contrucción de conocimiento em cultura**. Montevideo: ClaeH, 2010.
PINTO, Muriel. **A Identidade Socioterritorial Missioneira na Cidade Histórica de São borja/RS: as hegemonias de poder sobre uma identidade tradicional evangelizadora entre antigas reduções Jesuítico-Guarani**. Porto Alegre: UFRGS, 2015. Tese
Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/131160>. Acesso em: 15 jul. 2020.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Darcy Ribeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

Referências Complementares

FARINATTI, Luiz Augusto Ebiling. **Cofins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na** FARINATTI, Luiz Augusto Ebiling. **Cofins meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira meridional do Brasil**. Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2010.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2010.

MARTIM, André Roberto. **Fronteiras e Nações**. 4. ed.

POSSAMAI, Paulo. **A vida quotidiana na Colônia de Sacramento**. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2006.

SOARES, Eduardo Alvares de Souza, FRANCO, Sergio da Costa. (Orgs.). **Olhares sobre Jaguarão**. Porto Alegre: Evangraf, 2010.

Componente Curricular: GEOGRAFIA TURISMO E INOVAÇÃO NO ESPAÇO RURAL
SBGEO053

Carga Horária: 30

Ementa: Do desenvolvimento agrícola ao desenvolvimento rural. As novas ruralidades e potencialidades locais. Aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais do turismo em espaços rurais. Inventário turístico de espaços rurais locais e regionais com vistas à elaboração de roteiros turísticos rurais.

Objetivos:

Analisar a atividade turística como possibilidade de inovação no uso do território rural.

Referências Bibliográficas Básicas

ALMEIDA, J. A; FROEHLICH, J. M., RIEDL, M. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 2.ed. Campinas: papyrus, 2000.

ALMEIDA, Joaquim Anécio; RIEDL, Mário. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru: EDUSC, 2000.

RODRIGUES, Adyr A. B. **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001.

SALLES, Mary M. **Turismo rural: Inventário Turístico no Meio Rural**. São Paulo: Alínea e Átomo, 2003.

Referências Complementares

PORTUGUEZ, Anderson P. **Turismo no espaço rural: Enfoques e perspectivas**. São Paulo: Roca, 2006.

RODRIGUES. A. B. (org.). **Turismo Rural: Práticas e Perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001. MENDONÇA, Rita; NEIMAN, Zysman. **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Manole, 2005.

MOLINA, Sérgio. **Turismo e ecologia**. Bauru, SP: Edusc, 2001

TROPIA, Fátima. **Turismo no meio rural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TULIK, Olga. **Turismo Rural**. São Paulo: Aleph, 2003.

Componente Curricular: GEOGRAFIA TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SBGEO054

Carga Horária: 60

Ementa: As “diferentes regionalizações em âmbito mundial, nacional, estadual e municipal e sua interface com o turismo”. O patrimônio como potencialidade turística regional. A regionalização do turismo no Brasil e suas contribuições para o processo de desenvolvimento regional. O planejamento integrado do Turismo como instrumento de promoção do desenvolvimento regional.

Objetivos:

Reconhecer no turismo uma alternativa para o desenvolvimento e a integração regional.

Referências Bibliográficas Básicas

CORRÊA R. L. **Região e Organização Espacial**. 6 ed. São Paulo: Ática, 1998.

PEARCE, D. **A Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.

RODRIGUES, A.A. B. **Turismo e Geografia: Reflexões Teóricas e Enfoques Regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.

Referências Complementares

BENI, M. C. **Política e Planejamento de Turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

CARDOSO, F.H.C.; Faletto, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Zahar, Rio de Janeiro, 1970.

CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R.L. **Geografia: Conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

YÁZIGI, E. **Saudades do Futuro: por uma teoria do Planejamento Territorial do Turismo**. São Paulo: CNPq/Plêiade, 2009.

TOMAZZONI, Edegar Luis. **Turismo e Desenvolvimento Regional**. São Paulo: EDUCS, 2009.

Componente Curricular: GEOGRAFIA E TURISMO SBGEO055

Carga Horária: 60 h

Ementa: Estudo das incidências espaciais da atividade turística, dando um tratamento geográfico às mesmas. Análise do turismo como alternativa ao o desenvolvimento local e regional.

Objetivos:

Analisar as incidências espaciais do turismo e suas consequências.

Referências Bibliográficas Básicas

- BOULLÓN, R. C. **Planificación Del Espacio Turístico**. 2ª reimpressão. México: Trilhas, 2004.
- CRUZ, R. C. **Geografias do Turismo**. De Lugares a Pseudo-Lugares. São Paulo: Roca, 2007
- LEMOS, A. I. G.(org). **Turismo**. Impactos Sócioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996.
- CRUZ, R. C. **Introdução à Geografia do Turismo**. 3. ed. São Paulo: Roca, 2003.
- TELES, R. **Fundamentos geográficos do turismo**. São Paulo: Campus, 2009.

Referências Bibliográficas Complementares:

- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (org.). **Geografias do Turismo**. De lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.
- PEARCE, D. **A Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens**. São Paulo: Aleph, 2003.
- PORTUGUEZ, Anderson Pereiral. **Turismo, Memória e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Roca, 2004.
- RODRIGUES, A. A. B. (org.). **Turismo e Geografia**. Reflexões Teóricas e Regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.
- RODRIGUES, Adyr Balastreri. **Turismo e Espaço**. Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.
- RODRIGUES, Adyr Balastreri. Geografia e Turismo - Notas Introdutórias. **Revista do Departamento de Geografia da USP**, 1992.
- TELES, Reinaldo Miranda de Sá (org.). **Turismo e Meio ambiente**. Rio de Janeiro: elsevier, 2011.
- YÁZIGI, E. **Alma do lugar: Turismo, Planejamento e Cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

Componente Curricular: FORMAÇÃO HISTÓRICA POLÍTICA E ECONÔMICA DO BRASIL SBGEO056

Carga Horária: 60 h

Ementa: Os processos de construção histórica da independência, da formação política e econômica, bem como a queda do regime monárquico e a estruturação política da República. Revolução de 1930. Fim do Estado Novo. Redemocratização. Os governos populistas. Os militares no poder. Abertura democrática. Consolidação da democracia.

Objetivos:

Estudar os aspectos da formação e o imaginário da identidade nacional e cultural do Brasil

Referências Bibliográficas Básicas

- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro das sombras: a política imperial**. 6º Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- _____. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor 2006.

_____. **Formação das Almas:** o Imaginário da República no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

Referências Complementares

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia brasileira:** economia e diversidade. São Paulo: Moderna, 2004. FAUSTO, Boris. **História do Brasil.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. **A revolução de 1930:** historiografia e história. São Paulo: Companhia das 61 Letras, 1997.

FIGUEIREDO, José Ricardo. **Modos de ver a produção do Brasil.** São Paulo: Edusc; Campinas: Autores Associados, 2004.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26. Ed. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2009.

Componente Curricular: HISTÓRIA DO ESPAÇO PLATINO SBGEO057

Carga Horária: 60

Ementa: A construção e conformação do espaço platino a partir de processos socioeconômicos, políticos e culturais. Perspectivas teórico metodológicas próprias à História Regional. Ocupação do espaço e a fronteira no Prata colonial. Expressões e disputas políticas na formação e estruturação dos Estados nacionais platinos. Relações de dominação e resistência nas sociedades platinas. Economia e política das sociedades platinas na contemporaneidade. O espaço platino no Ensino de História.

Objetivos:

Conhecer os processos de ocupação do espaço platino e suas consequência.

Referências Bibliográficas Básicas

FERREIRA, Gabriela Nunes. **O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial.** São Paulo: HUCITEC, 2006. GARCIA, Fernando C. **Fronteira Iluminada.** História do povoamento, conquista e limites do Rio Grande do Sul a partir do Tratado de Tordesilhas 1420-1920. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2010.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **História da América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

Referências Complementares

MARTINS, R. G. **O método da fronteira:** radiografia histórica de um dispositi contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas). Coimbra: Almedina, 2008

PANIAGUA, E. R. M. **Fronteiras, violência e criminalidade na região platina:** o caso do município de Alegrete (1852-1864). Alegrete, RS: Instituto Cultural José Gervasio Artigas, 2013.

PRADO, Fabrício. **Colônia do Sacramento:** o extremo sul da América portuguesa. Porto Alegre: Fumproarte, 2002.

PEREIRA CARNEIRO, C. **Fronteiras irmãs:** transfronteirizações na bacia do Prata. Porto Alegre: Editora Ideograf, 2016.

REGUERA, Andréa. & HARRES, Marluza M. (Orgs.). **Da Região à Nação.** Relações de escala para uma história comparada Brasil- Argentina (séculos XIX e XX). São Leopoldo: Ed. Oikos, 2011.

Componente Curricular: PARADIPLOMACIA E TURISMO DE FRONTEIRA SBGEO058

Carga Horária: 30

Ementa: O conceito de fronteira e de limite. Tipologia de fronteiras. Territórios fronteiriços. O turismo inserido nesse contexto espacial como oportunidade de integração cultural e incremento econômico.

Objetivos:

Reconhecer na paradiplomacia uma oportunidade de integração e desenvolvimento regional.

Referências Bibliográficas Básicas

CATAIA, M. A. Fronteiras: territórios em conflitos. **Geografia em questão**, v. 3, p. 11-25, 2010.

MACHADO, L. O. (1998): “Limites, Fronteiras, Redes”. In: STROHAECKER et alli: **Fronteiras e Espaço Global**, III Colóquio Internacional de Estudos Fronteiriços, Santana do Livramento/ Rivera, AGB. P.41 – 49.

_____ (2002): Sistemas, Fronteiras e Território. In: **Atlas da Fronteira Continental do Brasil**. Coleção de Textos. UFRJ.

Referências Complementares

MARTINS, A. **Fronteiras e Nações**. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. ISBN 8576130696 Campo Grande: Editora da UFMS, 2005.

PAIXÃO, R. O. **Turismo na fronteira**: identidade e planejamento de uma região. Editora da UFMS. Campo Grande, 2006.

RAFFESTIN, Claude. (1993). **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática.

STROHAECKER, Tânia M. ET AL **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: AGB, 1998.

Componente Curricular: GÊNEROS TEXTUAIS ACADÊMICOS SBGEO059

Carga Horária: 60

Ementa: Leitura e análise de textos acadêmicos (resumo, resenha, artigo, relatório, projeto) na perspectiva da produção. Coesão, coerência, argumentação, referência. Leitura, produção, compreensão, revisão, avaliação e elaboração de argumentos sobre diferentes portadores de texto. Elaboração de resumos, resenha crítica.

Objetivos:

Instrumentalizar os discentes para a produção dos trabalhos acadêmicos.

Referências Bibliográficas Básicas

BRONCKART, Jean Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos**: por um interacionismo sociodiscursivo. São Paulo: EDUC. 1999.

FARACO, Carlos A.; TEZZA, Cristovão. **Prática de textos para estudantes universitários**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2008.

FARACO, Carlos A; TEZZA, Cristovão. **Oficina de texto**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

GARCEZ, Lucília. **Técnica de redação**: o que é preciso saber para bem escrever. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Referências Complementares

MOTTA ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

KOCH, I.; ELIAS, V.M. **Ler e compreender**. São Paulo: Contexto, 2006.

MEDEIROS, João B. **Redação científica**. A prática de fichamento, resumos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SQUARISI, Dad; SALVADOR, Arlete. **Escrever melhor**: guia para passar os textos a limpo. São Paulo: Contexto, 2008.

VIANA, Antônio C. **Roteiro de redação**: lendo e argumentando. São Paulo: Scipione, 1997.

Componente Curricular: MÍDIAS E EDUCAÇÃO SBGEO060

Carga Horária: 30 h

Ementa: As interfaces existentes entre educação, comunicação e tecnologia e suas implicações na sociedade, no novo perfil de aprendizagem de crianças, jovens e adultos. A Educação a Distância e a Internet como modalidades de ensino e aprendizagem. A mediação e o desenvolvimento de projetos envolvendo o uso mídias, com ênfase no estudo, desenvolvimento e avaliação de abordagens inovadoras.

Objetivos:

Instrumentalizar os discentes para o uso das diferentes mídias nos processos de ensino e de aprendizagem.

Referências Bibliográficas Básicas

ANTUNES, R. e BRAGA, R. **Infoproletários**: degradação real do trabalho virtual. São Paulo: Boitempo, 2009.

CANCLINI, N. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

Referências Complementares

LEVY, Pierre; LEMOS, André. **O futuro da internet**. Em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

MARTIN-BARBERO, J. **Dos meios a mediação**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço**: o perfil cognitivo do leitor imersivo. São Paulo: Paulus, 2004.

SILVA, Marco (Org.). **Educação online**: teoria, prática, legislação, formação corporativa. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

SILVERSTONE, R. **Por que estudar a mídia?** 2. ed., São Paulo: Loyola, 2005.

Componente Curricular: EDUCAÇÃO PARA A PAZ SBGEO061

Carga Horária: 30 horas

Ementa: Apresenta as principais teorias em que se fundamenta a educação para a paz partindo da concepção de paz como construto cultural e pedagógico. Explicita a educação para a paz como ação e desenvolvimento da competência comunicativa. Pontua os princípios que norteiam a vivência da educação para a paz numa instituição escolar. Analisa os principais conceitos a serem trabalhados durante o curso, tais como paz, violência e não-violência. Estudo de Direitos Humanos.

Objetivos:

Oportunizar conhecimentos históricos da educação para a paz e sua aplicabilidade didática.

Referências Bibliográficas Básicas

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A canção das setes cores: educando para a paz**. São Paulo: Contexto, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro, 1991. 18ª edição.

Referências Complementares

GUIMARÃES, Marcelo Rezende. **Educação para a Paz: Sentidos e Dilemas**. Educs, 2005.

JARES, Xesús. **Educação para a paz: sua teoria e sua prática**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MILANI, F. Cultura de Paz x Violência. Papel e Desafios da Escola. In: **Cultura de Paz: Estratégias, Mapas e Bússolas**. Salvador: INPAZ, 2003.

MILANI, Feizi Masrour. **Tá combinado: construindo um pacto de convivência na escola**. Salvador: INPAZ, 2004.

MULLER, Jean-Marie. **O princípio de não-violência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

ORTEGA, Rosário e DEL REY, Rosário. **Estratégias Educativas para a Prevenção da Violência**. Brasília: UNESCO, UCB, 2002.

RAYO, José Tuvilla. **Educação em Direitos Humanos – rumo a uma perspectiva global**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

Componente Curricular: Ética, desenvolvimento e meio ambiente SBGEO062

Carga Horária: 30 horas

Ementa: A ética e suas interfaces com a realidade humana. O desenvolvimento (econômico, social, político...) das sociedades e a emancipação do ser humano. O meio ambiente enquanto condição *sine qua non* de possibilidade da vida do homem.

Objetivos:

. Possibilitar ao aluno do curso de Geografia o debate, a problematização e o conhecimento a respeito da ética, razão e o conhecimento das sociedades e do meio-ambiente como fatores interrelacionados na construção da emancipação humana.

Referências Bibliográficas Básicas

HEEMANN, Ademar. **Natureza e ética: dilemas e perspectivas educacionais**. Curitiba:Ed UFPAR, 1993.
SUNG, Jung Mo. **Conversando sobre ética e sociedade**. 3ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
VAZQUEZ, Adolfo S. **Ética**. 31ª Ed. México: Ed. Civilização Brasileira S.A.,2010.

Referências Complementares

AVED, Bernardete W. (org). **Educação para o (des)emprego**. 2ª Ed. Petrópolis: Vozes,2000.
FIORI, José Luís (org). **Globalização: o fato e o mito**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
NOVAES, Adauto (org). **Ética**. São Paulo: Companhia de bolso, 2007.
RIOS, Terezinha A. **Ética e competência**. 20ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.
SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13ª Ed. São Paulo: Cortez,2010.
SINGER, Peter. **Ética prática**. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes,2002.

Componente Curricular: Estudos das diversidades étnico-raciais, de gênero, geracionais religiosas
SBGEO063

Carga Horária: 60 horas

Ementa:

Estudos de identidade, igualdade, diferença, educação antirracista e direitos humanos. Diversidades e multiculturalismo na escola e no currículo. Relações de gênero, sexualidade e étnico raciais e geracionais na educação. Aproximação e análise da realidade escolar no que tange à promoção de práticas educacionais e institucionais que promovam o reconhecimento, valorização e emergência de ações voltadas para a diversidade.

Objetivos:

Problematizar os conceitos de identidade, igualdade, diferença, educação antirracista, diversidade geracional e direitos humanos.
Compreender a diversidade e o multiculturalismo nas suas conexões com o currículo escolar.
Analisar as políticas públicas voltadas para educação: formas de inclusão de populações de baixa renda, educação especial, juventudes.
Refletir sobre as ações e conhecimentos relativos a educação antirracista;

Referências Bibliográficas Básicas

FELDMAN-BIANCO, B.; CAPINHA, G. (orgs.). **Identidades**: estudos de cultura e poder. São Paulo: Hucitec, 2000.
HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

Referências Complementares

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
_____. **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
FUNARI, P. P.; PIÑÓN, A. **A temática indígena na escola**: subsídios para os professores. São Paulo: Contexto, 2011.
HALL, S. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
LOURO, G. L. **Currículo, gênero e sexualidade**. Porto Editora, 2001.
_____. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 8ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

Componente Curricular: Metodologia Científica SBGEP064

Carga Horária: 60 horas

Ementa:

Os tipos de conhecimentos. Diferenças e relações entre conhecimento empírico e conhecimento de senso comum. Conceituação de ciência e método. A pesquisa na formação acadêmica e docente. Noções introdutórias sobre tipos de trabalhos acadêmicos/científicos e publicações: fichamento, resumo, resenha, ensaio teórico, comunicação e artigo científico (aspectos materiais e formais – regras institucionais e da ABNT).

Objetivos:

Apresentar os elementos teóricos e metodológicos que estruturam a produção do conhecimento científico na formação acadêmica e docente.
Diferenciar os tipos de conhecimento.
Aplicar as normas e regras institucionais e da ABNT na elaboração de trabalhos acadêmicos.

Referências Bibliográficas Básicas

BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2009.
KÖCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2009.

LACEY, H. **Valores e atividade científica**. São Paulo: Ed. 34, 2008.
_____. **Valores e atividade científica**. São Paulo: Ed. 34, 2010.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.
MATURANA, H. R. **Cognição, ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

Referências Complementares

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência**: Filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
DEMO, P. **Educar pela pesquisa**. Campi nas: Editora Autores Associados, 2007.
_____. **Introdução à metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 1985.
_____. **Pesquisa e informação qualitativa**: aportes metodológicos. Campi nas: Papyrus, 2012.
MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicação e trabalhos científicos. São Paulo: Atlas, 2007.
PADUA, E. M M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas: Papyrus, 2012.

Componente Curricular: Direitos educacionais de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas SBGEO065

Carga Horária: 30 horas

Ementa: Evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente. A medida socioeducativa de internação (conceito e natureza jurídica e princípios orientadores). Diretrizes Nacionais para a educação escolar dos adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo.

Objetivos: Identificar o significado pedagógico das medidas socioeducativas aplicáveis em indivíduos infante-juvenis (adolescentes, ou seja, inimputáveis maiores de doze e menores de dezoito anos) que incidem na prática de atos infracionais (crime ou contravenção penal), considerando o seu direito à educação.

Referências Bibliográficas Básicas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 set. 2020.
BRASIL. Lei n. 12.594, de 19 de janeiro de 2012. Institui O **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase)**, regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas ao adolescente que pratique ato infracional, 2012. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/ Ato2011-014/2012/Lei/L12594. Acesso em: 01 set.2020.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o **Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial de União, Poder Executivo, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13563. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 01 set.2020.

Referências Complementares

BANDEIRA, Marcos Antônio Santos. **Atos infracionais e medidas socioeducativas: uma leitura dogmática, crítica e constitucional**. Ilhéus: Editus, 2006. Disponível em:

<http://www.uesc.br/editora/livrosdigitais/atos-infracionais-medidas-socioeducativas.pdf>.

Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a educação escolar dos adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo**.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17620-texto-referencia-medidas-socioeducativas&Itemid=30192. Acesso em: 01 set. 2020.

DIMENSTEIN, Gilberto. **O Cidadão de Papel: A infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. São Paulo: Ática, 2011.

MENDES, Cláudia Lúcia Silva; JULIÃO, Elionaldo Fernandes; VERGÍLIO, Soraya Sampaio. (Orgs.). **Educação, Socioeducação e Escolarização**. Rio de Janeiro: Degase, 2017. Disponível em:

https://www.neca.org.br/wp-content/uploads/Livro-Educa%C3%A7%C3%A3o_Socioeduca%C3%A7%C3%A3o-e-Escolariza%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 01 set.2020.

MOREIRA, Dirceia; muller, Crisna Maria. **A Política Pública da Socioeducação no Estado Democrático de Direito Brasileiro**. Revista Jurídica (FURB) ISSN 1982-4858 v. 23, nº. 50, jan./abr. 2019 e7918: 1 de 16. Disponível em: <file:///D:/Usuario/Downloads/7089-28901-1-PB.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

3. CORPO DOCENTE, DISCENTE E ESTRUTURA DE APOIO

3.1 Corpo docente

No momento da implantação do curso, seu corpo docente era integrado por docentes da instituição, concursados para atuar nos cursos presenciais e que atuaram na elaboração do seu PPC. Com a regulamentação da portaria CAPES nº 249 de 8 de novembro de 2018, ocorrida em maio de 2019, o corpo docente passa a ser integrado por professores da instituição ou de fora dela, selecionados a partir de processo seletivo simplificado.

Assim, os professores que compõem o quadro atual de docentes são integrados por profissionais qualificados, sendo que 75% deles possui título de doutor, 21% de

mestres e 4% de especialistas. Da totalidade de docentes, 30% possuía experiência com a formação a distância ao ingressar no curso. Em decorrência disto, a instituição tem oferecido formação para que os professores possam qualificar seu trabalho tanto através da oferta de cursos e/ou eventos formativos.

Em relação a graduação, o corpo docente é constituído em sua maioria, por licenciados em Geografia além de docentes formados em Pedagogia, Ciência da Computação, Direito, História, Serviço Social, Psicologia, Turismo, Letras, Física, Comunicação Social. Esta diversidade na formação docente é justificada pelo caráter abrangente e interdisciplinar que caracteriza o ensino da Geografia. No quadro que segue descreve-se a qualificação e experiência acadêmica da equipe de docentes.

O perfil do corpo docente do Curso de Geografia Licenciatura EAD, deverá contemplar a vocação pedagógica e a qualificação docente de modo que o professor possa auxiliar o aluno a construir-se como cidadão e como sujeito capaz de formar formadores de opinião. Para tanto, considera-se fundamental além da formação específica na sua área de atuação e uma visão holística, o acúmulo de experiência profissional como professor (regência) nos diferentes níveis de ensino, com destaque para o ensino superior, bem como em cargos administrativos dentro da estrutura do ensino superior e/ou escola básica. De acordo com Nerici (1993, p. 67), o professor de ensino superior deverá ter especialização na disciplina a ser lecionada; ter formação científica adequada; ter visão profissional da sua disciplina, com regulares contatos e estágios em meios profissionais à mesma correlatos; possuir adequada formação didático-pedagógica e cultura geral; ser competente no uso das tecnologias informacionais; atualizar seus conhecimentos continuamente. Para Pontuska (1996, p. 58),

O educador tem um papel “político e social em cada uma das temporadas históricas e deve buscar no contexto da sociedade brasileira como desenvolver a sua prática pedagógica em uma direção comprometida com as gerações atuais” tornando possível ao estudante pensar no espaço, na tentativa de construir as relações sociais e sacionaturais de maneira mais sustentável, natural, social, econômica, política e cultural.

Abaixo o quadro 11 com a descrição dos componentes e os docentes que os desenvolveram até o momento.

Quadro 11- Componentes e docentes

1º Semestre	
Componente Curricular	Docente
Iniciação à Ciência Geográfica	Muriel Pinto

Climatologia	Nola Patrícia Gamalho
Geologia	Sidnei Luis Bohn Gaass
Libras	Willian da Mota Brum
Português Básico	Kátia Luisa Seckler
Informática Básica	Erico Amaral
História do Rio Grande do Sul	Edson Romário Paniágua
2º Semestre	
Componente Curricular	Docente
Geomorfologia I	Sidnei Luis Bohn Gaass
Geografia Humana	Emerson Ciocheta Roballo
Psicologia da Aprendizagem	Domingos Sávio Campos de Azevedo
Geografia da População	Nola Patrícia Gamalho
Cartografia e Educação	Victor da Silva Oliveira
Teorias do Currículo e Gestão Escolar	Maurício Aires Vieira
Prática Pedagógica em Geografia 1	Marilu Ângela Campagner May
Formação Histórica Política e Econômica do Brasil	Ronaldo Bernardino Colvero
História do Espaço Platino	Camila de Almeida Silva
3º Semestre	
Componente Curricular	Docente
Regionalização Brasileira	Maria Catharina Lima Pozzebon
Geografia do Rio Grande do Sul	Nola Patrícia Gamalho
Geomorfologia II	Sidnei Luis Bohn Gaass
Psicologia da Educação	Juliana Lima Moreira Rhoden
Geografia Rural	Emerson Ciocheta Roballo
Sociologia	Jaqueline Carvalho Quadrado
Prática Pedagógica em Geografia 2	Marilu Ângela Campagner May
Mídias e Educação	Erico do Amaral
4º Semestre	
Componente Curricular	Docente
Geografia das Cidades	Nola Patrícia Gamalho
Estudo da Região das Missões	Maria Catharina Lima Pozzebon
Estudos de Fronteira	Luana Caroline Kunast Polon
Organização da Educação Brasileira	Adriana Hartemink Cantini
Didática	Gabriel dos Santos Kehler
Prática Pedagógica em Geografia 3	Gabriela Dambros
5º Semestre	
Componente Curricular	Docente
Geografia Econômica	Maria Catharina Lima Pozzebon
Biogeografia	Luana Caroline Kunast Polon
Cultura e Espaço	Nola Patrícia Gamalho
Prática Pedagógica em Geografia 4	Gabriela Dambros
Estágio Supervisionado – Rotinas Escolares	Gabriel dos Santos Kehler
Educação para Paz	Adriana Hartemink Cantini

6º Semestre	
Componente Curricular	Docente
Análises Políticas do Espaço Geográfico	Luana Caroline Kunast Polon
Métodos e Técnicas de Pesquisa em Geografia	Nola Patrícia Gamalho
Prática Pedagógica em Geografia 5	Gabriela Dambros
Educação Inclusiva	Gabriel dos Santos Kehler
Direitos Humanos e Cidadania	Adriana Hartemink Cantini
7º Semestre	
Componente Curricular	Docente
Geografia Física do Brasil	Sidnei Luis Bohn Gaass
Geografia Humana do Brasil	Maria Catharina Lima Pozzebon
Regionalização do Espaço Mundial	Luana Caroline Kunast Polon
Geografia Africana e Afro-brasileira	Nola Patrícia Gamalho
Prática Pedagógica em Geografia 6	Gabriela Dambros
Estágio Supervisionado em Geografia no Ensino Médio	
Geografia e Turismo	Carmen Regina Dorneles Nogueira
8º Semestre	
Componente Curricular	Docente
Políticas Públicas e Meio Ambiente	
Regionalização da América Latina	
Geotecnologias no Ensino de Geografia	
Prática Pedagógica 7	
Trabalho de Conclusão de Curso	

Fonte: Equipe de elaboração

Quadro 12- de Qualificação e experiências acadêmicas da equipe docente; e de apoio multidisciplinar.

Nome	TIT.	Área Do Conhecimento Graduação	Tempo no Ensino Superior	Experiência com a Formação a Distância	Dedicação ao Projeto (carga semanal)
Adriana Cantini Professor Adjunto da UNIPAMPA (Universidade Federal do Pampa) Campus de São Borja (RS). Doutora em Direito pela USAL (Universidade de Salamanca) na Espanha, nenhum programa interdisciplinar de direitos humanos do passado e do presente. Mestra em Educação pela PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), com pesquisa em Avaliação da Aprendizagem e não no ensino de Direito. Especialista em Metodologia do Ensino Superior. Bacharela em Direito e Advogada. Radialista com experiência em comunicação não rádio na televisão. Coordenador do Programa de Pós-Graduação do lato senso "Práticas de Comunicação para Comunicação Violenta e Cultura de Paz". Coordenador substituto do Curso Direito. Mediador Conciliatório e Judiciário. Avaliadora do SINAES, para a autorização da Credencial dos Cursos Superiores. Professor Visitante da UNaM (Universidade Nacional de Misiones) Posadas, AR	Dr. ^a	Ciências Sociais Aplicadas (Direito)	20	Não	20
Camila de Almeida Silva Doutoranda em História na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Bolsista CAPES-DS no Programa de Pós-Graduação em História e vinculada a Linha de Pesquisa Cultura, Migrações e	Me.	História	1,5	Não	20

<p>Trabalho . Mestre em História pela Universidade Federal de Pelotas - (UFPEL) com dissertação intitulada "Jornal Correio do Povo, ação política e intelectual: uma análise do ano de 1964". E licenciada em História pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Exerceu atividades como professora substituta na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, Campus São Borja no período de abril/2017 a setembro/2018, nos cursos de licenciatura em Ciências Humanas e bacharelado em Ciências Sociais/ Ciência Política. - Desenvolve pesquisa sobre Ditadura civil-militar no Brasil e Imprensa.</p>					
<p>Carmen Regina Dorneles Nogueira Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (1984), especialização em Geografia Humana pela Faculdade Imaculada Conceição (FIC)1986, mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP), 1999 e doutorado em Ciências (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (USP), 2007. Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja, no município de São Borja/RS, onde exerce a coordenação do Curso Licenciatura em Geografia-EAD/UNIPAMPA-UAB e a do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas - PPGPP. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia do Turismo atuando principalmente nos seguintes temas: turismo, educação ambiental, desenvolvimento, ensino e meio ambiente.</p>	Dr. ^a	Geografia Humana	31	Não	20
<p>Edson Romário Paniágua Possui graduação em HISTÓRIA pela Universidade da Região da Campanha (1993), mestrado (2003) e doutorado (2012) em história pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, São Leopoldo/RS, Brasil. .Professor Adjunto IV da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA - campus São Borja/RS, atuando nos cursos de Ciências Sociais Ciência Política, Ciências Humanas - Licenciatura,</p>	Dr.	História	16	Não	20

<p>Direito e no Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas, Mestrado Profissional, como professor colaborador. Também atua como coordenador do Curso de Ciências Sociais e Ciência Política e Tutor do Programa de Ensino Tutorial PET História da África, campus São Borja/RS. Na pesquisa trabalha com as seguintes temáticas; fronteiras, violência, navegação fluvial história política séc. XIX, eleições e partidos políticos séc XX e XXI.</p>					
<p>Érico Amaral Possui graduação em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Santa Maria (2006) é mestre em Engenharia de Produção (UFSM) com o tema da dissertação na área de Segurança da Informação e Gerência de Incidentes e doutor pelo Programa de Pós Graduação em Informática na Educação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente é professor do curso de Engenharia de Computação na Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Atua no GRECA Grupo de Estudos em Redes e Computação Aplicada. Trabalha com pesquisas na área de Gerência de TI, Gestão de Segurança da Informação, Gerência e Suporte a Redes, Infraestrutura de Computação em Nuvem, Laboratórios Virtuais de Aprendizagem e Ambientes Imersivos. Tem experiência na área de Redes de Computadores, Gestão de Segurança da Informação, Sistemas Operacionais, Arquitetura de Computadores, Governança de TI e Informática na Educação.</p>	Dr.	Informática na Educação	13	Sim	20
<p>Emerson Ciocheta Roballo-Possui graduação em Geografia - Licenciatura pela Universidade da Região da Campanha (2001). Especialização em Metodologia do Ensino em Geografia pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai (2003). Mestrado em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (2014). Atualmente é docente do Instituto Federal Farroupilha.</p>	Me.	Geografia Humana e Ensino de Geografia			20

<p>Gabriel dos Santos Kehler Doutor em educação pela Universidade Federal de Pelotas - UFPel (2017). Mestre em educação (2013) e Especialista em Gestão Educacional (2012) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Graduado em Pedagogia (Licenciatura Plena) pela Universidade de Cruz Alta (UNICRUZ). Trabalha como Professor do Magistério Superior (desde 2015) na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Campus Itaqui/RS e atua como Coordenador Acadêmico do Campus Itaqui. Coordenador do Curso de Matemática Licenciatura (2019). É vice-líder do grupo de pesquisa e extensão cultura, linguagem, sociedade e educação (GEP) da Unipampa - Itaqui/RS. Também participa dos grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa em Gestão, Currículo e Políticas Educativas da FAE/UFPel; Grupo de Pesquisa RIZOMA - Políticas, Currículo e Educação, da Universidade Federal de Santa Maria. Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política - GEEP da Unipampa - São Borja/RS. Têm como interesse investigativo em seus Projetos Acadêmicos, as temáticas: Currículo, Identidade e Trabalho Docente. Políticas Públicas de Profissionalização Docente. Didática Geral.</p>	Dr.	Pedagogia	08	Não	20
<p>Gabriela Dambros Possui graduação em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (2011). Graduação em Pedagogia (2019). Especialização em Tecnologias de Informação e Comunicação aplicadas à Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (2014). Especialização em Ensino de Sociologia no Ensino Médio pela Universidade Federal de Santa Maria (2015). Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2018). Tem experiência na área de Cartografia, Cartografia Escolar, Ensino de Geografia, TICs aplicadas à educação e temáticas afins. Atualmente</p>	Dr ^a	Geografia	1,5	Sim	20

é professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).					
<p>Jaqueline Carvalho Quadrado</p> <p>Doutora em Sociologia Universidade de Brasília-UnB (2014). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS (2001). Bacharel em Serviço Social pela Universidade Católica de Pelotas- UCPel (1998). Professora da Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja/RS. Professora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (Mestrado). Pesquisadora e líder do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política. Coordena o Programa de Extensão Mulheres Sem Fronteiras, o qual desenvolve os seguintes projetos: Pegada Segura, Fala Sério, Seminário (Des) Fazendo Saberes na Fronteira. Gerencia páginas na rede social digital facebook: Gênero e Diversidade na Escola, Programa de Extensão Mulheres Sem Fronteiras e Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política. Atua principalmente nos seguintes temas: gênero, feminismos, sexualidade, bullying, relações étnicas e raciais, classe social e geração, políticas para mulheres, violência, saúde pública, sistema de segurança e prisional, democracia e mídias digitais. Mãe de uma filha de 12 anos, é defensora da causa das mulheres na ciência.</p>	Dr. ^a	Serviço social e Sociologia	18	Não	20
<p>Juliana Lima Moreira Rhoden</p> <p>Possui graduação em Psicologia (bacharelado e licenciatura) pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ (1995). Formação em Psicanálise (1999) e Mestrado em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2005). Doutora em Educação PPGE/UFSM (2018). Professora universitária desde 2002. Como profissional da psicologia desenvolveu trabalhos na área clínica, organizacional, social e escolar (1996 a 2011). Em 2011, após aprovação em concurso público, tornou-se docente na Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA - Campus</p>	Dra.	Psicologia e Educação	18	Não	20

<p>São Borja, exercendo atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Atualmente é membro do grupo de Pesquisa: GPDOC - Grupo de Pesquisa Práticas e Formação para docência: educação básica e superior - UFSM, GPFOPE-Formação de professores e práticas educativas: educação básica e superior - UFSM e integrante do Grupo de pesquisa Relações de Fronteira: história, política e cultura na tríplice fronteira Brasil, Argentina e Uruguai, na linha de pesquisa "Fronteira e educação"/ UNIPAMPA. Coordenadora do Projeto Saúde Mental e Bem-estar na universidade - Campus São Borja.</p>					
<p>Katia Luisa Secker Possui graduação em Letras Português Inglês pela Universidade Federal de Santa Maria (2005) e mestrado em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (2009). Atuou como tutor do ensino à distância do curso de letras EAD / UAB, na Universidade Federal de Santa Maria, e professor de inglês e leitura e produção textual na Escola Integrada de Santa Maria. Tem experiência na área de Letras, com interface em Literatura Brasileira, Língua Portuguesa e Línguas Estrangeiras, abordando principalmente os seguintes tópicos: literatura, língua portuguesa, ensino de línguas. Atualmente é a secretária executiva da Universidade Federal do Pampa, campus de São Borja.</p>	Me	Letras	2	Sim	20
<p>Luana Caroline Kunast Polon Mestre em Geografia (2014), Especialista em Neuropedagogia (2013), Especialista em Educação Profissional e Tecnológica (2018) e Graduada em Licenciatura em Geografia (2011). Professora na Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA/Universidade Aberta do Brasil - UAB. Concentra seus estudos nas áreas de Geografia Humana e Ensino de Geografia. Tem experiência como Professora Universitária e da Educação Básica, Orientadora e Supervisora de Estágio em Licenciatura, Orientadora do Plano de Desenvolvimento da</p>	Me.	Geografia	5	Sim	20

Escola - PDE, e ainda como Redatora de Conteúdos para sites de Educação. Integrante dos grupos de pesquisa Cultura, Fronteira e Desenvolvimento Regional e Engeo - Ensino e Práticas de Geografia.					
<p>Maria Catharina Lima Pozzebon</p> <p>Possui graduação em Estudos Sociais pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1976), graduação em Geografia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (1984), mestrado em Interinstitucional Em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009). Professora tempo integral da Universidade Federal do Pampa (2010). Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Geografia do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: fotografia, neoliberalismo; exclusão social; sociedade, trabalho, turismo e sustentabilidade; meio ambiente; educação. Atuando nos Cursos de Graduação: Curso de Arquitetura, História, Pedagogia Licenciatura e Turismo. Professora Substituta de Geografia, (2013/2015) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha Campus Júlio de Castilhos.</p>	Dra.	História	36	Não	20
<p>Marilu Angela Campagner May</p> <p>Possui graduação em Bacharelado Em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (1985), graduação em Direito pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2015), graduação em Licenciatura Em Geografia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2007), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995) e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2001). Atualmente é professor do magistério superior da Universidade Federal do Pampa. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, Gestão do Turismo, Direito, atuando principalmente nos</p>	Dr. ^a	Geografia Humana e Ensino de Geografia	32	Sim	20

seguintes temas: Ensinar e Aprender Geografia, Prática Pedagógica em Geografia, Práticas Profissionais em Gestão de Turismo, Geografia Aplicada ao Turismo, Experiências de Aprendizagem em Espaços Educativos Escolares e Não Escolares, Geografia do Rio Grande do Sul, Geografia de Santa Catarina, Práticas Educativas em Espaços Escolares e Não Escolares, Direito do Trabalho.					
<p>Mauricio Aires Vieira</p> <p>Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal do Pampa, atuando nos cursos de Pedagogia e Geografia. Foi Assessor Especial do Núcleo Estruturante da Política de Inovação (NEPI) do Instituto Federal Goiano/SETEC/MEC. Foi Diretor Geral Pro Tempore do CEFET-RJ no segundo semestre de 2019. Foi assessor e Diretor de Programa Substituto da Secretaria Executiva do Ministério da Educação (MEC), no primeiro semestre de 2019. Foi Vice-Reitor eleito da Universidade Federal do Pampa, gestão 2015-2019. Atuou também como Diretor eleito e Coordenador Acadêmico eleito do Câmpus Jaguarão (2009-2014), além de coordenar cursos de graduação e pós-graduação. Foi conselheiro eleito e vice-presidente do Conselho Universitário da Universidade Federal do Pampa. Atuou no Instituto Federal Sul-riograndense de 1995 a 2009, participando de vários grupos e comitês. Foi coordenador de curso de pós-graduação no Instituto. Foi cedido à prefeitura de Pelotas, como assessor da Secretaria Municipal da Educação de 2004-2009. Autor de dois livros na área de educação ambiental e projetos educativos e de capítulos de livros na área da educação integral. Doutor em Educação (PUC/RS, 2009). Mestre em Educação (FURG, 2002). Licenciado em Física (UFPEL, 1999). Especialista em Psicopedagogia Institucional pela Portal Faculdades.</p>	Dr.	Educação	16	Não	20
Muriel Pinto	Dr.	Geografia	4	Não	20

<p>Coordenador Acadêmico e Professor Adjunto I da Unipampa - Universidade Federal do Pampa, Campus São Borja-RS. Doutor em Geografia pela UFRGS (2015)/ Bolsista Capes. Mestre em Desenvolvimento Regional/ Bolsista CAPES pela Universidade de Santa Cruz do Sul RS (UNISC). Licenciado em Geografia pela (URI) Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - Campus Santo Ângelo/ RS (2007). cursou Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia na Universidade Estadual do RS. Professor Permanente E Coordenador Substituto do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP-UNIPAMPA) - Mestrado Profissional e dos Cursos de Graduação em Licenciatura em Ciências Humanas, Ciências Sociais -Ciência Política da UNIPAMPA e da Licenciatura em Geografia-EAD (UAB-Unipampa). Líder do Grupo de Pesquisa Labpoliter - Laboratório de Políticas Públicas e Territórios fronteiriços (CNPQ/UNIPAMPA). Membro do Conselho Municipal de Políticas Culturais de São Borja-RS. Membro do Comitê de Integração Fronteira São Borja-BRA/ San Tomé-ARG (CIF). Atua nas seguintes temáticas: Políticas Culturais e Educacionais; Identidades sociais; Integração fronteira Brasil-Argentina; Governança Político-territorial na Bacia do Prata e nas Missões Jesuítico-Guaranis.</p>					
<p>Nola Patrícia Gamalho Professora da Unipampa - Universidade Federal do Pampa, Campus de São Borja (RS). Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015). Mestre em Geografia pela UFRGS (2009). Graduada em bacharelado e licenciatura (2005 e 2009). Tem especialização em Epistemologias do Sul, pela CLACSO - Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais.. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana. Atua principalmente nos seguintes temas: espaço geográfico, representações sociais,</p>	Dr. ^a	Geografia	5	Não	20

periferia, paisagem cultural , territorialidades, práticas espaciais, metodologias qualitativas e Juventudes.					
Ronaldo Bernardino Colvero Possui graduação em Estudos Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1998), graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1999), mestrado em História pela Universidade de Passo Fundo (2003) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2009). É professor adjunto na Universidade Federal do Pampa, atuando no curso de Ciências Sociais - Ciência Política e Licenciatura em Ciências Humanas, atualmente professor do Pós-Graduação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Pampa e do Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio da Universidade Federal de Pelotas. Desde 2003 vem participando, elaborando e orientando projetos de pesquisa nas áreas de História, Relações Internacionais, Ciências Sociais, Ciência Política, Educação, Memória, Patrimônio e Políticas Públicas.	Dr.	História Patrimônio	22	Sim	20
Sávio Domingos Possui graduação em Comunicação Social Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1992), mestrado em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999), doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007) e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2016). Atualmente é professor permanente do ppgpp - unipampa da Universidade Federal do Pampa. Tem experiência na área de Ciência Política, com ênfase em Política e Mídia, atuando principalmente nos seguintes temas: publicidade e propaganda, comunicação visual, rádio, publicidade e música e marketing.	Dr.	Ciências Sociais Aplicadas e Humanas	20	Não	20

<p>Sidnei Luís Bohn Gass Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura Plena), pela UNIJUÍ (2000), e Especialista em Humanidades, área de concentração Geografia, pela mesma instituição. É Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Ambiental, pela UFRGS (2010) e doutor pelo mesmo programa de pós-graduação (2015). É Professor Adjunto na Universidade Federal do Pampa, UNIPAMPA, Campus Itaqui, RS, e atua como professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atuou como professor colaborador horista no Departamento de Ciências Sociais da UNIJUÍ, de julho de 2008 a abril de 2011, principalmente no curso de Graduação em Geografia e no curso superior de tecnologia em Gestão Ambiental. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Cartografia Temática e Sensoriamento Remoto, atuando nos seguintes temas: cartografia temática, zoneamento ambiental e sensoriamento remoto.</p>	Dr.	Geografia Física e Geotecnologias	9	Sim	20
<p>Victor da Silva Oliveira Graduado em Geografia, Mestre em Desenvolvimento Regional e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE 02/2017 - com período sanduíche na Wirtschaftsuniversität Wien (WU). - Na linha de pesquisa Dinâmicas territoriais do desenvolvimento e regionalizações. Atuou como membro do Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Central do Rio Grande do Sul (COREDE Central) entre 2009 e 2011. Atualmente é pesquisador membro do Grupo de Pesquisa em Inovação Tecnologia e Território (GRITT) na UFPE, colaborador no Observatório Missionário de Atividades Criativas e Culturais (OMiCult) na Universidade Federal do Pampa/São Borja e líder do Grupo de estudos e pesquisa em Território, Região e Políticas do Desenvolvimento na Amazônia (GEPEAM). Professor Adjunto do Curso de Geografia no Instituto de</p>	Dr.	Geografia Humana	3	Não	20

<p>Estudos do Trópico Úmido da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - Unifesspa. Áreas de interesse: Desenvolvimento regional; regionalização; economia regional; planejamento regional; experiências de participação social; território e poder; formação territorial do Brasil.</p>					
<p>Willian da Motta Brum Possui Graduação em Educação Física - Licenciatura pela Universidade Luterana do Brasil (2009). Certificação de Proficiência (PRÓLIBRAS) ensino de libras. Pós-graduado em Os estudos culturais e os currículos escolares contemporâneos da educação básica da UFRGS (2013). Exerceu atividades profissional como professor de libras na Escola Especial de Educação Especial Dr. Reinaldo F. Cóser. Professor de LIBRAS, responsável, pelo curso: Mãos que Falam, filiado à FENEIS. Atuou como Professor Substituto de Libras na Universidade Federal de Santa Maria. No momento pertence ao quadro de professor efetivo da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), exercendo sua função no ensino libras. Possui experiências em educação de surdos como professor/Instrutor de LIBRAS na escrita de sinais e também como profissional de educação física.</p>	Esp.	Educação Física	4 anos	Não	20

Fonte: Elaboração Carmen Nogueira

3.2 . Corpo Discente e estrutura de apoio

A UNIPAMPA disponibiliza programas desenvolvidos que fazem parte de políticas institucionais geridas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC) em articulação com a Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e materializados através de ações dos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NuDE) em cada Campus. Para o atendimento das demandas discentes, ações institucionais, que visam o atendimento pedagógico ao discente são desenvolvidos através do Programa de Acompanhamento ao Estudante da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), elaborado em conjunto com a PROGRAD, NuDE (Núcleo de Desenvolvimento Educacional), Coordenadores Acadêmicos e Coordenadores de Cursos. Atualmente este programa é desenvolvido numa parceria entre PRAEC, PROGRAD e NuDEs. À PRAEC cabe mais especificamente trabalhar com o projeto de acompanhamento pedagógico aos beneficiários do Plano de Permanência.

Compõem o NuDE do campus de São Borja: William Bernardes, Leandro Lied, Ana Dutra e Gilvane Belém Correia.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Comunitários (PRAEC), da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), desenvolve programas que visam melhorar as condições de acesso e de permanência dos acadêmicos na universidade, bem como contribuir com a qualificação do processo pedagógico, em uma perspectiva de formação plena e cidadã. De maneira articulada com outros setores da instituição, são oferecidos os seguintes programas:

- O Plano de Permanência (PP) auxilia os estudantes de graduação. O PP visa melhorar o desempenho acadêmico e prevenir a evasão e retenção. O plano é constituído pelos programas:

- Programa de Alimentação Subsidiada Talheres do Pampa – contribui para o provimento das necessidades de refeição diária do aluno. Segundo a resolução 84/2014, são duas modalidades do Programa de Alimentação Subsidiada: Auxílio Alimentação (Destina-se a contribuir com as despesas provenientes da necessidade de refeição diária do aluno); e Alimentação Subsidiada, em sete Campus, atualmente oito restaurantes Universitários funcionando e três em fase de implantação. Este Programa atende os beneficiários do Plano de Permanência que acessam o RU com o valor da refeição

totalmente subsidiado pela universidade. No campus São Borja os(as) alunos(as) podem acessar o Restaurante Universitário (RU);

- Programa de Moradia Estudantil João-de-Barro: para atender os alunos cuja residência é externa ao do município de seu Campus ou que não residam em região urbana pertencente ao município de seu Campus e que necessitam fixar residência em região urbana no município de seu Campus;

- O Programa de Apoio ao Transporte: contribui com as despesas de transporte vinculadas às atividades acadêmicas regulares, e se estende aos alunos da zona rural. Os auxílios têm reajuste anual, e o aluno que ingressar neste Plano poderá receber os benefícios até se formar, desde que continue atendendo aos critérios acadêmicos e socioeconômicos, por meio de comprovação periódica junto ao assistente social de sua unidade. São realizadas edições anuais de seleção para entrada de beneficiários no Plano. A avaliação para a concessão do benefício é feita pela equipe técnica da PRAEC, que conta com assistentes sociais nos dez Campi da Universidade.

- O Programa Desenvolvimento Acadêmico (PDA) é realizado em parceria com as Pró-Reitorias acadêmicas, e permite que os acadêmicos, previamente inscritos e selecionados, adquiram experiência em uma das quatro modalidades de formação acadêmica (I- ensino e monitoria em componente curricular; II- pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; III- extensão e cultura; IV- ações sociais, culturais e de atenção a diversidade) e iniciação à Práticas Acadêmicas Integradas articulando ensino, pesquisa e extensão, o que contribui para a sua manutenção financeira e permanência acadêmica. Os valores das bolsas deste programa se equiparam aos dos principais órgãos de fomento e se desenvolvem em modalidades de 12h/semanais e 20h/semanais, sendo que o processo de seleção dos projetos se dá de forma articulada nas respectivas comissões de ensino, pesquisa e extensão.

- O Programa de Apoio à Participação Discente em Eventos (PAPE) visa contribuir para o custeio de despesas inerentes à participação em eventos. O valor do auxílio depende da localidade do evento e do período de participação do discente. O auxílio se destina à participação de discente na condição de apresentador de trabalho e/ou para representação institucional, atende também alunos que representam a Universidade em comissões que exigem a representação estudantil, assim como em áreas específicas em que é exigida a representação da Unipampa no conjunto das outras universidades.

- Política de Assistência estudantil para discentes indígenas e quilombolas. Por meio da Norma Operacional n.º 6/2018 (Norma operacional n.º 6/2018), retificada pela Norma Operacional n.º 3/2019 (Norma Operacional n.º 3/2019), considerando a necessidade da criação de política específica para atendimento de discentes indígenas e quilombolas, instituiu-se, como parte dos programas a serem ofertados pela PRAEC, o Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola, o Programa de Monitoria Indígena e Quilombola e o Auxílio de Desenvolvimento Acadêmico Indígena e Quilombola.

a) Plano de Apoio à Permanência Indígena e Quilombola – PAPIQ

Chamada para a inclusão dos discentes indígenas aldeados ou moradores das comunidades quilombolas, regularmente matriculados em cursos de graduação presencial da UNIPAMPA, nos Programas de Alimentação Subsidiada, Programa de Moradia Estudantil, Programa de Apoio ao Transporte e Programa de Auxílio-Creche, com o objetivo de oferecer condições de permanência na Instituição, até a admissibilidade do discente no Programa Bolsa de Permanência do Ministério da Educação – PBP/MEC.

Ainda, a Portaria PRAEC n.º 2/2019, que regulamenta a concessão dos benefícios do PAPIQ aos estudantes indígenas e quilombolas ingressantes no Curso de Educação do Campo – Licenciatura.

b) Programa de Monitoria Indígena e Quilombola

O programa seleciona monitores para atender, prioritariamente, os estudantes indígenas e quilombolas, selecionados por processo seletivo de ingresso específico, em suas atividades acadêmicas.

c) Auxílio de Desenvolvimento Acadêmico Indígena e Quilombola

Objetiva complementar a política de apoio aos discentes indígenas e quilombolas, ingressantes por meio de processo seletivo específico para indígenas e quilombolas, ou através da reserva de vagas pelo Sistema de Seleção Unificada (SiSU) para indígenas e quilombolas.

O programa visa promover a iniciação na vida acadêmica dos alunos indígenas e quilombolas, por meio de atividades nas modalidades ensino, pesquisa, extensão e ações sociais, culturais e de atenção à diversidade no âmbito da comunidade acadêmica, que proporcionem a ligação entre o curso e as demandas das comunidades indígenas e quilombolas, incluindo seus saberes e sua cultura, na perspectiva da interculturalidade.

- O Programa de Apoio Social e Pedagógico/PASP, faz parte do conjunto de atividades na área de Ações Afirmativas - com a intenção de dar suporte às atividades

desenvolvidas pelos Núcleos de Desenvolvimento Educacional (NUDEs) e pelas Comissões Multidisciplinares de Acessibilidade das unidades acadêmicas na realização de atendimento direto a alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem por ordem diversas, desta forma, busca concretizar as políticas de Ações Afirmativas na UNIPAMPA.

- O Programa de Apoio ao Ingressante consiste na concessão de auxílio financeiro, de natureza eventual e provisória, aos estudantes ingressantes em cursos presenciais de graduação, provindos de localidades diversas às da cidade-sede da Unidade Acadêmica a que estejam vinculados, e que se encontram em situação comprovada de vulnerabilidade socioeconômica. Tem como objetivo oferecer condições de acesso, permanência na graduação presencial, para suprir as necessidades básicas no lapso temporal entre o ingresso do estudante na Universidade e a conclusão do processo seletivo de ingresso aos programas de assistência estudantil.

Se referem a projetos do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NInA) e à acessibilidade e atendimento educacional especializado:

1. Evasão e retenção [responsabilidade PROGRAD];
2. Apoio Social e Pedagógico [responsabilidade PRAEC-PROGRAD];
3. Acompanhamento ao Desempenho do Estudante [responsabilidade PROGRAD e NInA];
4. UNIPAMPA Acessível [responsabilidade NInA];
5. NInA em Rede [responsabilidade NInA].

O Núcleo de Inclusão e Acessibilidade da UNIPAMPA coordena ações de e para inclusão e acessibilidade na Universidade, que incluem formação continuada de docentes e de técnicos, orientação aos NuDE para estruturação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), aquisição de recursos de acessibilidade como impressoras Braille, leitores de livros para as bibliotecas de todos os campus, mobiliário adaptado, recursos eletrônico de tecnologia assistiva e comunicação alternativa, dentre outros. Propõe também uma política para a instituição que abrange acessibilidade arquitetônica, na comunicação e na informação, nos projetos pedagógicos dos cursos, nos materiais pedagógicos e recursos acessíveis.

Na perspectiva da inclusão e acessibilidade, uma ação central na consolidação desta política interna na Universidade é o desenvolvimento do PROGRAMA INCLUIR: acessibilidade na educação superior (MEC/SECADI/SESu), que orienta a estruturação de

trabalho de inclusão e acessibilidade a nível nacional para as instituições federais e disponibiliza recursos financeiros para investimento em ações relacionadas diretamente com ações na área da inclusão e acessibilidade.

A UNIPAMPA assume a inclusão e acessibilidade como política institucional em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019-2023), com um capítulo que contempla o atendimento às pessoas com deficiência (p. 80-85), retrata esse compromisso e baliza o caminho a ser trilhado em toda a Universidade:

A promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais pessoas, envolve pensar tudo o que é compartilhado na vida universitária na perspectiva do Desenho Universal. Trata-se, portanto, de um trabalho que deve ser realizado de modo articulado, portanto, intersetorial e interprofissional (...) Dado o exposto, a política institucional de inclusão e acessibilidade tem sido desenvolvida na perspectiva de garantir a todos os acadêmicos as condições para seu pleno desenvolvimento, com remoção gradativa das barreiras à participação e à aprendizagem, a luz do entendimento contemporâneo para a inclusão educacional e da legislação vigente (PDI UNIPAMPA, 2014, p. 84-5).

É papel do NInA, em articulação com as demais Unidades da Universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência” (Decreto n.7.691/2011). (PDI UNIPAMPA, 2019-2023). A interface do NInA no campus São Borja é a servidora Gilvane Belém Correia.

As principais atividades do NInA são: identificar, cadastrar e planejar o ingresso, a permanência e a formação dos acadêmicos com deficiência e demais necessidades educacionais especiais; criar mecanismos que possibilitem flexibilidade e inovação dos componentes curriculares nos cursos da UNIPAMPA; realizar levantamento das condições de infraestrutura e de acessibilidade para a proposição de adequações nas várias áreas dos *campi* da UNIPAMPA; desenvolver ações de sensibilização, orientação e mobilização e formação aos docentes, dirigentes servidores técnico-administrativos dos dez campi da Instituição, almejando a construção de uma efetiva política inclusiva. O Projeto UNIPAMPA Acessível visa promover o acesso à informação e aos espaços por parte dos estudantes, servidores e comunidade em geral. Compromete-se a abordar aspectos como infraestrutura arquitetônica, projetos pedagógicos dos cursos, atendimento ao público, sítio eletrônico, acervo cultural e pedagógico; O Projeto NInA em Rede visa

manter um fluxo constante de informações sobre Acessibilidade, Legislação pertinente à Educação Especial aplicada à Educação Superior e formas de Atendimento Educacional Especializado entre as equipes responsáveis por conduzir as ações de inclusão e acessibilidade em todas as unidades da UNIPAMPA, constituindo uma rede integrada; e o Projeto de Acompanhamento ao Desempenho do Estudante (PADE) Promover a permanência e o sucesso acadêmico de todos estudantes, assegurando as condições necessárias para a efetiva aprendizagem.

Estão sendo desenvolvidas também ações com vistas à construção de moradias estudantis, disponibilização de espaços para alimentação com refeição subsidiada, bem como a ampliação das ações e dos programas e o fortalecimento da organização estudantil.

A UNIPAMPA recebe atualmente recursos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), normatizada pelo Decreto Nº 7.234/2010. Além disso, a UNIPAMPA destina recursos próprios para a área.

Acrescenta-se os projetos desenvolvidos atualmente:

- PET - O Programa de Educação Tutorial (PET) foi criado para apoiar atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão. Formado por grupos tutoriais de aprendizagem, o PET propicia aos alunos participantes, sob a orientação de um tutor, a realização de atividades extracurriculares que complementem a formação acadêmica do estudante e atendam às necessidades do próprio curso de graduação. O estudante e o professor tutor recebem apoio financeiro de acordo com a Política Nacional de Iniciação Científica (site UNIPAMPA).

- PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

- PRP – Programa de Residência Pedagógica.

3.3 Infraestrutura

Por se tratar de uma universidade nova e em formação, algumas instalações estão sendo construídas e ampliadas, incluindo laboratórios, salas de aula, salas de estudo, biblioteca e espaços administrativos. As instalações do campus São Borja são compostas de: construções recentes, divididas em dois prédios: Acadêmico, Prédio I onde se encontram as salas de aulas (todas equipadas com projetor de multimídia e computador) e os laboratórios supra citados. Já no Prédio II encontram-se os setores administrativos,

secretaria acadêmica, direção e os gabinetes dos professores. Estes podem acolher até quatro docentes por gabinete e são equipados com computadores, mesas e armários individuais.

Ressalta-se que a instituição incentiva a implantação e êxito de novos cursos de graduação, estando comprometida com melhorias na infraestrutura física. Porém, a infraestrutura atual, instalações e equipamentos, atende os requisitos mínimos necessários para atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, na graduação.

O campus de São Borja possui os laboratórios de fotojornalismo, de jornalismo impresso, de rádio jornalismo de jornalismo que atendem as demandas específicas do Curso de Jornalismo, do Curso Comunicação Social - Publicidade e Propaganda e do Curso de Relações Públicas. Os conjuntos desses laboratórios fornecem um aporte de materiais expressivos e de profissionais altamente habilitados que articulados as trajetórias e experiências didáticas e pedagógicas dos docentes do Curso de Geografia Licenciatura EAD, constitui-se num “laboratório de multimeios”. Trata-se da capacitação permanente em mídias em educação (TV, cinema, informática, rádio e jornal). Possibilita uma formação interdisciplinar permanente do corpo docente do campus, em que a técnica estará a serviço da educação e a educação terá instrumentos técnicos para fazer a transposição didática do conjunto de conhecimentos das respectivas áreas de Geografia Licenciatura de forma articulada e sistêmica. Essa dimensão educacional, educação e tecnologias levarão em conta as demandas da comunidade local e regional, principalmente a capacitação e formação permanente dos professores da rede pública municipal e estadual de ensino. O servidor responsável pela chefia dos laboratórios é Ricardo Linhares.

A biblioteca possui, hoje, um espaço de 81,40 m². Todo acervo da biblioteca é de livre acesso, atendendo tanto a comunidade universitária como o público em geral. O empréstimo domiciliar é um serviço exclusivo para alunos, professores e funcionários da instituição. Os usuários externos poderão realizar somente consultas no local. Os usuários podem acessar a biblioteca através da internet para fazer consultas ao acervo, renovação ou reserva de material. O acervo é composto por livros, periódicos e CDROM específicos dos cursos oferecidos no campus de São Borja, além de algumas obras de referência. Por se tratar de uma biblioteca nova (implantação em 2007), o acervo está em constante crescimento. Existe o acesso ao Portal de Periódicos da CAPES, incluindo o Portal IEEE, podendo ser acessados diretamente pelas máquinas distribuídas em todo o campus.

Atualmente a UNIPAMPA conta também com a Plataforma Minha Biblioteca pelo Pergamum.¹³

Horário de Funcionamento da biblioteca

Segunda à Sexta: 8h -21h30min

Atendimento externo: 8h -21h15min

Local de funcionamento: prédio 1-Acadêmico do Campus São Borja

Recursos Humanos da biblioteca

- 1 bibliotecária (Dilva Carvalho Marques);
- 4 assistentes administrativos.

Serviços Oferecidos:

- **Consulta local das obras na biblioteca** - (acervo aberto, possibilitando ao usuário o manuseio do acervo), é oferecido à toda comunidade, não sendo necessário ter vínculo com a instituição, o usuário pode consultar as obras no local.
- **Empréstimo eletrônico domiciliar** - o empréstimo domiciliar é um serviço oferecido para alunos, professores e funcionários, e permite a retirada de material bibliográfico por período determinado.
- **Consulta, renovação e reservas ao acervo via WEB** - os alunos podem consultar os materiais disponíveis na biblioteca, fazer reserva e renovação através do link [:https://pergamum.unipampa.edu.br/biblioteca/index.php](https://pergamum.unipampa.edu.br/biblioteca/index.php)
- **Empréstimo entre bibliotecas** - o serviço permite o empréstimo de materiais entre as bibliotecas da Unipampa.
- **Portal de Periódicos Capes** - A Unipampa tem acesso remoto ao Portal de Periódicos CAPES, fazendo parte da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), que é uma rede gerida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP). Para as comunidades que fazem parte da CAFe, o acesso remoto é feito na seção **Meu Espaço**. O acesso pode ocorrer nas dependências da universidade ou fora dela.
- **Acesso a e-books Springer** - coleção 2008 de livros eletrônicos da editora Springer, com aproximadamente 3.500 livros. Além de permitir acesso aos conteúdos, também dá direito à impressão ou “downloads” devido aos direitos autorais estarem inclusos no contrato. Acesso realizado através da página da biblioteca.

¹³ Disponível em: <https://pergamum.unipampa.edu.br/biblioteca/index.php>. Acesso em: 08 set. 2020.

- **Acesso a E-books Minha Biblioteca** – a universidade firmou contrato com a plataforma de e-books *Minha Biblioteca e conta* com aproximadamente 9.699 títulos disponibilizados a partir do sistema de bibliotecas Pergamum.
- **Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos** - a orientação acerca de normalização de trabalhos acadêmicos pode ser realizada através do Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos: Conforme Normas da ABNT.
- **Ficha Catalográfica** – ferramenta para geração de ficha catalográfica para TCC, dissertação e tese.
- **Repositório Institucional** – são disponibilizados no repositório institucional Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado.

A biblioteca dispõe de obras para deficientes visuais.

Total do acervo

Títulos: 9.854

Exemplares: 41.077

Quadro 13 -Dados Quantitativos do Acervo por Área do Conhecimento (CNPq)

Áreas do Conhecimento	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	103	536
Ciências Biológicas	66	301
Engenharias	13	28
Ciências da Saúde	137	440
Ciências Agrárias	16	54
Gestão Ambiental	1	3
Ciências Sociais Aplicadas	3555	13810
Ciências Humanas	3831	19968
Linguística, Letras e Artes	1920	5072
Multidisciplinar	172	767
Áreas de Conhecimento – Ensino Médio	20	49
Outros	20	49
TOTAL	9854	41077

Fonte: SIE, relatórios: 13.2.99.20 – Total de Itens e registros bibliográficos por área do CNPq e 13.2.99.21 - Total de registros bibliográficos por área do CNPq

O laboratório de informática possui: 21 computadores (monitor 17", gabinete, caixa de som, microfone, mouse e teclado) - 1 projetor + 1 computador (gabinete, mouse e teclado) Hardware: Processador: Intel Pentium 4 3GHz Memória: 512MB HD: 160GB Gravador CD Software: Sistema operacional (Windows XP Professional) Editor de textos (BR Office) Editor gráfico (CorelDraw) Editor de imagem (Photoshop) Editor de áudio (Sound Forge) Editor de layouts de publicações (PageMaker) Área Física: 56,80 m² Situação: Em funcionamento. Os laboratórios disponíveis para uso no Campus São Borja estão localizados no Prédio 1- Acadêmico.

3.4. Infraestrutura de Apoio Acadêmico e Administrativo

A equipe do Curso será composta dos seguintes membros:

a) Na UNIPAMPA

- 01 Coordenadora do Curso – servidora docente;
- 01 Assessora da Coordenação do Curso – servidora técnica
- Docentes;
- Secretaria Acadêmica;
- Tutores a distância;
- Coordenadora de Tutores;
- Coordenador da UAB;
- Equipe técnico administrativa da PROGRAD.

b) Nos Polos

- Coordenador do polo;
- Assistente à docência;
- Tutor Presencial

3.5 Infraestrutura dos polos

Os polos UAB contam com um amplo suporte de recursos humanos, técnicos e tecnológicos, conforme quadro abaixo:

Quadro 14- Infraestrutura dos polos

POLO	HUMANA	FÍSICA/ACCESSIBILIDADE
AGUDO	Coordenação do polo, assistente a docência, tutoria presencial, secretária acadêmica, bibliotecária, técnica em informática e serviços gerais	-3 salas de aula: 2 com acomodação para 35 alunos e 1 com acomodação para 40 alunos; - 1 sala de vídeo e webconferência e/ou auditório com capacidade para 60 pessoas; - 1sala para Coordenação; -1 Secretária; - 1 sala de tutoria; - 1 sala para a biblioteca; -2 Laboratórios de Informática com 105 computadores (2 mega da oi mais 10 mega dedicados de internet); - Saguão de entrada; - Recepção; - 1 cozinha; - 1 elevador para pessoas com necessidades especiais; - 1 banheiro para pessoas com necessidades especiais; - 1 banheiro feminino; - 1 banheiro masculino;45 notebooks. Considerando a acessibilidade, o polo possui elevador e banheiros adaptados.
ARROIO DOS RATOS	Coordenador do polo, assistente à docência, tutor presencial, agente administrativo que desempenha as funções na secretaria e na biblioteca, assessor administrativo, e auxiliar de serviços gerais	-Um laboratório de informática com 16 computadores. Possuímos uma sala pedagógica com 2 computadores, kits de jogos educativos para os cursos de matemática e pedagogia, uma biblioteca totalmente informatizada com base de dados, bem como um acervo bibliográfico com média de 4.000 títulos nas áreas da pedagogia, matemática, espanhol, educação do campo, planejamento e gestão para o desenvolvimento rural, mídias da educação e filosofia. Temos, também, 02 salas presenciais, ambas com 01 telão, notebook, projetor e caixa de som, uma sala para tutoria com 02 computadores e mesa de reuniões, uma secretaria totalmente informatizada, uma sala exclusiva para a coordenadoria, um banheiro com acessibilidade, 01 banheiro exclusivo para professores bem como 02 banheiros para uso dos alunos sendo 01 masculino e 01 feminino. Contamos ainda com uma cantina e um almoxarifado
CACEQUI	Coordenação do polo, assistente a docência, tutoria presencial,	- Biblioteca, 02 laboratórios de informática, total de 30 computadores Auditório Sala de tutores 04 banheiros para alunos sendo 01 banheiro com acessibilidade secretaria Sala de tutor de polo Almoxarifado Copa Sala de reuniões Sala para atendimentos individuais Destacar a política de acessibilidade do polo - acessibilidade de mobilidade, rampa, barras, piso tátil e placas.
CACHOEIRA	Três administrativos, um serviços gerais, atendente de biblioteca, assistente à docência, uma funcionária de limpeza, dois estagiários, sendo um da área de TI, tutor presencial e coordenador do polo	Sala da coordenação, sala da secretaria e sala de reuniões, Sala de tutoria. Um laboratório de informática com 40 máquinas, 3 projetores, recepção. Para facilitar a acessibilidade ao polo o prédio conta com um elevador

CAMARGO	Coordenadora do polo, assistente à docência, secretária, tutores presenciais, serviços gerais e técnico de informática.	Biblioteca, sala de estudos (para até dez alunos); sala de tutores (para até dez tutores); 2 salas de aula (capacidade total para 70 alunos; 3 laboratórios de informática com capacidade de atender até cem alunos; sala da secretaria, sala da coordenação, auditório com capacidade para 210 lugares.
ESTEIO	Duas recepcionistas (atendimento telefônico e presencial); uma Coordenadora e uma Assessora/Secretária, uma Técnica em Biblioteconomia; (Setor de TI da Prefeitura presta assistência técnica).	Recepção; Sala de Coordenação/Secretaria, 3 computadores, Impressora multifuncional, ramal telefônico e Internet; Biblioteca com acervo técnico e literário, computador, internet; Laboratório de Informática com 30 <i>Chromebooks</i> , rede <i>wifi</i> e projeção multimídia; Sala de Aula/Mini auditório para 40 lugares, rede <i>wifi</i> e projeção multimídia; Sala de tutores e leitura. Acessibilidade: Prédio sem barreiras arquitetônicas; Banheiro adaptado; Cadeiras universitárias para canhotos e destros e duas cadeiras para obesos; Alunos com necessidades especiais recebem atendimento prioritário pela Coordenação e Tutoria. Quando necessário, também podemos buscar orientações e subsídios no SEMEEI (Serviço Municipal de Educação Especial e Inclusiva, que busca a promoção do desenvolvimento integral e do processo de ensino dos alunos com dificuldades e/ou transtornos de aprendizagem, no contexto educacional do Município).
FAXINAL SOTURNO	FAXINAL SOTURNO Secretária, técnico de informática, coordenação, assistente de docência e tutores.	Sala da coordenação, secretaria, sala de tutoria, área de convivência, estacionamento, biblioteca, 2 laboratórios com capacidade para 30 alunos, laboratório de física (25 alunos), 5 salas multiuso com capacidade para 30 alunos Para facilitar a acessibilidade o polo conta com rampas e banheiros adaptados.
GRAMADO	Coordenadora; assistente à docência; auxiliar administrativo, auxiliar da limpeza, tutores.	Laboratório de informática; biblioteca; auditório; espaço administrativo; sala da coordenação; salas de reuniões, salas de aulas, sala de tutoria, sanitários uso geral e com acessibilidade; laboratório estudos avançados (LEAM). Para facilitar a acessibilidade o polo conta com banheiro com acessibilidade; sala de aula (1) com acesso para cadeirante; piso tátil
HULHA NEGRA	Coordenadora do polo, tutoras, uma funcionária de limpeza e uma estagiária.	Ampla sala com total acesso, uma biblioteca, local para estudo, computadores, impressoras, internet, sala de secretaria, internet e banheiros. Para facilitar a acessibilidade o polo conta com rampa e para atendimento a alunos com dificuldade de aprendizagem são realizados estudos programados com tutores presenciais.

ITAQUI	Uma coordenadora, um secretário, uma bibliotecária, uma tutora presencial, uma assistente a docência, uma funcionária para serviços gerais e 2 guardas noturnos.)	Sala da coordenação, secretaria, biblioteca, sala de aula presencial, sala de tutoria, laboratório de informática com 42 máquinas, sala de conferência com capacidade para 300 pessoas, banheiro feminino e masculino sendo um adaptado e cozinha compartilhada.
PANAMBI	Uma secretária, 1 auxiliar na biblioteca, 1 técnica de informática, 1 responsável pela limpeza, 1 coordenadora do Polo - funcionárias efetivas cedidas da mantenedora. Tutores e assistente a docência- bolsistas CAPES.	Dois laboratórios de informática equipadas, totalizando 50 computadores para uso dos alunos. Uma sala de aula presencial com capacidade para 50 alunos. Três salas de estudos. Biblioteca. Secretaria com recepção. Sala de Tutoria. Sala de reunião. Sala de coordenação. Um auditório compartilhado com SMEC no andar superior ao andar do Polo com capacidade para 80 pessoas. Em relação a acessibilidade o polo possui elevador, cadeira de rodas disponível e banheiro adaptado para PCD.
RESTINGA SECA	Coordenador, assistente à docência, secretária, estagiária, serviços gerais, Técnico em Informática, Auxiliar de biblioteca e cinco tutoras.	Sala de Coordenação, Sala de registros acadêmicos, Sala de convivência, Sala de tutores, biblioteca, cozinha, 02 Laboratórios de Informática com computadores, Laboratório Pedagógico, Banheiros, banheiro com acessibilidade, Sala de Web e Duas salas de aula para uso dos alunos. Em relação a acessibilidade o polo conta com elevador e banheiro adaptado.
ROSÁRIO DO SUL	Três administrativos 1 serviços gerais, 1 Bibliotecária, 1 assistente à docência, 01 técnico em informática, 1 funcionária de limpeza 1 tutora.	Uma biblioteca, 1 secretaria, 2 salas de informática com capacidade para 100 alunos, 1 sala web conferência, banheiros, cozinha e sala de recursos didáticos. Em relação a acessibilidade o polo de Rosário disponibiliza piso tátil, rampa para cadeirantes e banheiros adaptados para deficientes.
SÃO F DE PAULA	Coordenadora; Técnico em Informática; Estagiária-secretaria; Estagiária- CPD; Auxiliar de Biblioteca; Auxiliar de Serviços Gerais; Assistente a Docência; Tutora	Sala 1: CPD e/ou Servidor da Internet Sala 2: Cozinha Sala 3: Sala tutores Sala 4: Laboratório de Informática 1 Sala 5: Laboratório de Informática 2 Sala 6: Depósito de equipamentos técnicos e tecnológicos Sala 7: Coordenação Sala 8: Sala de aula p/videoconferência c/capacidade para 50 alunos Sala 9-A: Laboratório de Matemática: c/capacidades para 10 alunos Sala 9-B: Brinquedoteca / Ludoteca / Sala Pedagógica Sala 10: Sala de aula c/cap. 25 alunos Sala 11: Sala de aula c/cap. 35 alunos Sala 12-A: Espaço de Convivência Sala 13: Secretaria Sala 14-A: Biblioteca c/cap. 08 pessoas Sala 14-B: Biblioteca acervo de 3000 livros 05 Banheiros, sendo: * 01 Banheiro feminino * 01 Banheiro masculino * 02 Banheiros masculino/feminino adaptados * 01 Banheiro masculino/feminino Depósitos: Depósito 01: para equipamentos técnicos e tecnológicos (sala06) Depósito 02: para equipamentos de higiene e limpeza Depósito 03: Apostilas dos alunos do polo. Em relação a acessibilidade possui elevador e rampa com corrimão.

SAPUCAIA DO SUL	Coordenador do polo, tutores, assistência a docente.	Além da acessibilidade física, caso o aluno necessite atendimento educacional especializado o polo conta com o trabalho pedagógico em conjunto com as coordenações dos cursos, bem como disponibiliza o atendimento específico ao aluno que possua alguma deficiência.
SOBRADINHO	Coordenadora de Polo, atendente de biblioteca, assistente a docência, uma funcionária de limpeza, 4 tutores e um vigia.	Em relação a acessibilidade o polo disponibiliza plataformas elevatórias e rampas nos corredores.
TRÊS DE MAIO	Coordenador de Polo; Assistente à Docência; Secretário; Técnico Administrativo; Técnico em Informática; Tutor; Bibliotecário; Auxiliar de Serviços Gerais.	Sala de Coordenação 1 Sala de Tutoria 1 Secretaria 1 Laboratório de Informática 2 Salas de Aula 5 Biblioteca 1 Cozinha 1 Arquivo Morto e Depósito 1 Banheiros 3 Acessibilidade para Cadeirantes Sim Internet 300Mbs Wireless Sim Acervo Bibliográfico 3.784 Microcomputadores 72. Em relação a acessibilidade o polo conta com por rampas de acesso, portas com dimensões adaptadas para cadeirantes (entrada, secretaria, laboratórios, sala de aula, biblioteca, coordenação e tutoria) e banheiro com acessibilidade.
VILA FLORES	Um Coordenador, um tutor, uma funcionária para limpeza.	Uma biblioteca com capacidade para atendimento de 20 pessoas, um laboratório de informática com capacidade para 50 alunos, um auditório com capacidade para 150 pessoas, 1 sala de reuniões com capacidade para 20 pessoas, 1 sala multimídia com capacidade para 40 pessoas, duas salas de aula com capacidade para 50 alunos. Em relação a acessibilidade o polo é provido de rampa de acesso e banheiros adaptados

Fonte: Elaboração: Carmen Nogueira, Marilice Cortes e Coordenações dos polos.

4 AVALIAÇÃO

4.1 Avaliação Institucional

O processo de avaliação do projeto pedagógico do Curso fundamenta-se nos parâmetros utilizados no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que considera três dimensões:

1. Organização didático-pedagógica;
2. Corpo docente e tutorial;
3. Infraestrutura.

O papel primordial da Comissão Própria de Avaliação (CPA) é a condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP conforme a lei do SINAES (BRASIL, 2004b). A CPA é formada por Comitês Locais de Avaliação (CLA) de cada Campus e pelo Comitê Central de Avaliação de toda a UNIPAMPA. A Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Pampa – CPA/UNIPAMPA – é um órgão colegiado permanente constituído pela Portaria nº 697, de 26 de março de 2010, que assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada.

Nessa perspectiva, vários instrumentos serão considerados, tais como: seminários de autoavaliação de curso; participação no ENADE (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes); acompanhamento sistemático dos resultados apresentados semestralmente/anualmente a partir dos indicadores alcançados, dentre outras ações. A CPA dispõe de um instrumento específico de avaliação para a modalidade EAD. O cruzamento dos dados obtidos subsidiará a construção qualitativa da avaliação numa dimensão processual e sistemática. No que concerne aos critérios que nortearão a avaliação, serão utilizados os indicadores apresentados no SINAES: concepção e objetivos do curso (revisão permanente do projeto pedagógico), perfil do egresso, currículo, metodologia, carga horária, estágio e processo ensino-aprendizagem. É um trabalho bem feito na dimensão da avaliação o que permitirá identificar as fragilidades, os avanços e as perspectivas do Curso, visando às implementações necessárias à sua melhoria.

O Curso também propõe, além do Programa de Acompanhamento de Egressos da UNIPAMPA, um acompanhamento dos licenciados por meio de um banco de e-mails onde manterá contato com os mesmos por meio de aplicação de questionários. A avaliação institucional dos professores, coordenadores, tutores presenciais e a distância será executada pela UNIPAMPA, via CPA.

A equipe de acompanhamento e coordenação procederá a um processo de monitoramento sistemático e permanente dos cursos, de forma a atender às referências indicadas no programa da UAB.

4.2 Auto-avaliação do curso

A auto-avaliação do curso será realizada a partir de: reuniões periódicas, questionários, debates, ouvidorias, utilização dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), entre outros; análise e discussão dos dados e relatórios da CPA e dos relatórios internos.

A auto-avaliação do curso está pautada na missão institucional, sendo organizada em consonância com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela lei 10.861/2004, e com a política de Avaliação Institucional da Universidade.

O papel primordial da CPA é a condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) conforme a lei do SINAES. A CPA funciona como uma equipe de referência para a elaboração de instrumentos. Além disso, oferece suporte à coordenação de curso para análise de resultados de avaliação externa e na transformação dos resultados aferidos em dados para a melhoria contínua da oferta dos cursos de graduação.

No âmbito da auto-avaliação do curso, conforme disposto na Lei nº 10.861/2004, o projeto prevê alguns instrumentos que ajudam a diagnosticar as condições de sua oferta. O papel do processo de auto-avaliação é acompanhar o desenvolvimento do curso de maneira mais geral, analisando criticamente as diferentes ações implementadas por sua coordenação, para avaliar se e em que medida elas cooperam para realizar os princípios da UNIPAMPA e o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Geografia Licenciatura EAD. Visa também aperfeiçoar e melhorar a qualidade das ações e opções

cotidianas, tornando a coordenação ciente das preocupações, demandas e problemas apresentados pela comunidade acadêmica.

Entende-se que o processo de avaliação do curso é permanente, com a aplicação de instrumentos específicos para momentos pontuais do ciclo de formação dos alunos. De modo a se fazer o levantamento de dados necessário para aferir a qualidade do curso, elencam-se como instrumentos para o processo de autoavaliação:

- a) reuniões periódicas da Comissão de Curso e do NDE, para avaliar a oferta do curso e as demandas apresentadas pelos alunos;
- b) questionários a serem preenchidos pelos alunos, e, com o objetivo de coletar dados para subsidiar a Comissão de Curso e o NDE em suas decisões;
- c) avaliação dos discentes sobre o desempenho didático dos docentes, conforme Resolução CONSUNI nº 80/2014.
- d) debates, com a comunidade acadêmica, com a finalidade de divulgar resultados dos dados coletados pelos diferentes instrumentos e determinar ações para a melhoria contínua do curso;
- e) utilização dos resultados obtidos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), dentre outros.

Como é possível observar, prevê-se a participação de todos os envolvidos com o curso nos processos de auto-avaliação, além de utilizar os resultados da avaliação para o replanejamento e qualificação do curso.

4.3 Acompanhamento de egresso

O acompanhamento dos egressos do curso de Licenciatura em Geografia, atenderá as normativas do “PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS –PAE” que possibilitará conhecer a área de atuação dos egressos as percepções sobre a formação recebida, divulgando possíveis atividades de formação continuada, entre outros, no *site* do curso.

REFERÊNCIAS

ALVES, Lucinéia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo.

Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância. v. 10, p. 83-92, 2011.

Disponível em: <http://seer.abed.net.br/index.php/RBAAD/article/view/235>. Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 08 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998**. Regulamenta o art. 8º da Lei

nº 9.394, de 20 de dezembro de, e dá outras providências. Disponível em: [https://](https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109744/decreto-2494-98)

presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109744/decreto-2494-98. Acesso em: 02 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 4.281, de 25 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm. Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis

nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/decreto%205296-2004.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 8º da Lei

nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação

nacional. Disponível em: [https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109743/](https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109743/decreto-5622-05)

[decreto-5622-05](https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109743/decreto-5622-05). Acesso em 30 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436,

de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art.

18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)

[gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm). Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 18 de junho 2006**. Dispõe sobre o Sistema

Universidade Aberta do Brasil - UAB. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm)

[_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm). Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção

Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo

Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: [http://](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)

www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011.** Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.** Dispõe sobre a política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8752.htm. Acesso em: 08 set. 2020.

Brasil. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm#art24. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.640, de 11 de janeiro de 2008.** Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111640.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e

Indígena”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007/2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 30 de jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Estabelece as normas para realização de estágios de estudantes. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111788.htm. Acesso em: 30 de jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.056, de 13 de outubro de 2009**. Acrescenta parágrafos ao art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/Lei/L12056.htm. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.605, de 3 de abril de 2012**. Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112605.htm. Acesso em: 30 Jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013**. Altera a Lei 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112796.htm. Acesso em: 30 de jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto

de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.663, de 14 de maio de 2018.** Altera o art. 12 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a promoção de medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência e a promoção da cultura de paz entre as incumbências dos estabelecimentos de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13663.htm. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015/2018/2018/lei/L13666.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.666%2C%20DE%2016%20DE%20MAIO%20DE%202018.&text=Altera%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,e%20nutricional%20no%20curr%C3%ADculo%20escolar. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. Comissão Nacional de Avaliação Superior. **Resolução nº 01 de 17 de junho de 2010.** Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Secretaria de Gestão e Desempenho Pessoa. **Instrução normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019.** Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-213-de-17-de-dezembro-de-2019-234040690>. Acesso em: jul. de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular:** educação é a base. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior. Diretoria de Educação a Distância. **Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017.** Estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/REA/14112017-REA-Instrucao-Normativa-DED-No-02-BOLSAS-UAB-REA.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 24/2015** – CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB nº 8/2012**. Análise do Projeto de Lei nº 3.153/2012, de emenda à Lei 9.394/96 (LDB), de autoria da Deputada Andreia Zito. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10356-pceb008-12-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 15/2005**. Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0015_05.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 492/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 564/2015**. Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Disponível em: http://www.abed.org.br/arquivos/parecer_cne_ces_564_15.pdf. Acesso em: 02 fev. 2020

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer nº CNE/CES nº 1363/2001**. Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 003/2004**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 09/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CP nº 22/2019**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNCFormação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/132991-sum011-19-parecer-cp-22-2019/file>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância – EaD em

cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria GAB nº249, de 08 de novembro de 2018**, que Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela lei 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: https://uab.ufsc.br/files/2018/11/PORTARIA_N%c2%ba_249_DE_8_DE_NOVEMBR_O_DE_2018_Processo-seletivo-de-Bolsistas1.pdf. Acesso em 08 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017**. Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2017-pdf/66431-portaria-normativa-11-pdf/file>. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. Ministério de Educação. **Portaria Normativa nº 742, de 2 de agosto de 2018**. Altera a Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017, que dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/35315134/do1-2018-08-03-portaria-normativa-no-742-de-2-de-agosto-de-2018-35315087. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 11 de março de 2016**. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2016-pdf/35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf/file>. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 13 de maio de 2016**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior para Funcionários da Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41081-rces002-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2018**. Institui diretrizes da educação para o voluntariado na Educação Básica e Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/96311-rcp002-18/file>. Acesso em: 02 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 04, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 14, de 13 de março de 2002**. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES142002.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 02 de 15 de junho de 2012**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental. Disponível em: <http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/conteudo/iv-cnijma/diretrizes.pdf>. Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Orientação Normativa nº 2, de 24 de junho de 2016**. Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/23160645/do1-2016-06-28-orientacao-normativa-n-2-de-24-de-junho-de-2016-23160639. Acesso em: 30 jan. 2020.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: v. 5: história e geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997.

DELORS, Jacques *et al.* **Educação**: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez; Brasília: MEC/UNESCO, 1998.

DEMO, Pedro. **Aprendizagens e Novas Tecnologias**. Disponível em: <http://www.pucrs.br/famat/viali/doutorado/sat/textos/80-388-1-PB.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

DEMO, Pedro. **Metodologia da investigação em educação**. 2. ed. Curitiba: Ibepex, 2012.

FORONCA, Eduardo; BRITO, Glaucia da Silva; ESTEVAM, Marcelo e CAMAS, Nuria Pons Vilardell. **Metodologias Pedagógicas Inovadoras**. Contexto da Educação Básica e da Educação Superior. Curitiba: IFPR, 2018. Volume 2.

GUIMARÃES, Amarildo Pinheiro. Prefácio. In.: FORONCA, Eduardo; BRITO, Glaucia da Silva; ESTEVAM, Marcelo e CAMAS, Nuria Pons Vilardell. **Metodologias Pedagógicas Inovadoras**. Contexto da Educação Básica e da Educação Superior. Curitiba: IFPR, 2018. Volume 2.

HOFFMANN, J. M. L. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1995.

GATTI, Bernardete; BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **Professores no Brasil**: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009.

IBGE. **IBGE SIDRA**: banco de tabelas estatísticas. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pimpfbr/brasil>. Acesso em: 01 set. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2016**: notas estatísticas. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **IDEB**: resultados e metas. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: 01 set. 2020.

LICENCIATURA em geografia a distância. Disponível em: <https://www.ead.com.br/licenciatura-em-geografia-a-distancia>. Acesso em: 18 out. 2020.

LITTO, Frederic M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.

MEC anuncia nova política nacional de formação de professores. **Nova Escola**, 18 out. 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/7041/mec-anuncia-nova-politica-de-formacao-de-professores-com-residencia-pedagogica-a-partir-de-2018>. Acesso em: 01 set. 2020.

NÉRICI, Imídeo. G. **Didática**: uma introdução. São Paulo: IBRASA, 1993.

NUNES, João Batista Carvalho; SALES, Viviani Maria Barbosa. Formação de professores de licenciatura a distância: o caso do curso de pedagogia da UAB/UECE. **Educ. Pesqui**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 757-773, jul./set. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n3/13.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

PONTUSCHKA, N. N. O perfil do professor e o Ensino/Aprendizagem da Geografia. In: **Cadernos CEDES** - centro de estudos educação e sociedade da UNICAMP. Campinas, São Paulo, nº 39, 1996, 57-64.

RIBEIRO, Márcia Maria Gurgel. **Prática como componente curricular**. Natal: UFRN; [s. l.]: FORUMDIR, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2016/37541-cne-seminario-formacao-professores-2016-apresentacao-06-marcia-gurgelpdf/file#:~:text=A%20pr%C3%A1tica%20como%20componente%20curricular%20%C3%A9%20pois%20uma%20pr%C3%A1tica%20que,algo%20no%20%C3%A2mbito%20do%20ensino.&text=Esta%20correla%C3%A7%C3%A3o%20teoria%20e%20pr%C3%A1tica.do%20ambiente%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20escolar>. Acesso em: 01 set. 2020.

SANT'ANNA, I. M. **Por que avaliar? como avaliar?:** critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 1995.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação:** trajetória, limites e perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2006.

Universidade Federal do Pampa. **Ciências humanas – licenciatura:** projeto pedagógico de curso. São Borja, 2019. Disponível em: <http://dspace.unipampa.edu.br/handle/rii/133>. Acesso em: 30 jan. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Diretrizes orientadoras para elaboração dos projetos pedagógico das licenciaturas da Universidade Federal do Pampa**. [Bagé]: 2011. Aprovado no CONSUNI em novembro de 2011. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/dpd/files/2011/04/diretrizes-ppc-licenciatura.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Elementos do projeto político-pedagógico de curso de graduação da UNIPAMPA**. [Bagé]: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/dpd/files/2019/09/elementos-ppc-graduacao_2019_13_09.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Plano de desenvolvimento institucional 2014 - 2018**. Bagé: UNIPAMPA, 2013. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2010/06/res--71_2014-pdi.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Plano de desenvolvimento institucional 2019-2023**. Bagé: UNIPAMPA, 2019. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2020/06/resolucao-246_2019-pdi-2019-2023.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Portaria nº 697, de 26 de março de 2010**. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/cpa/files/2011/02/portaria-697-comissao-propria-de-avaliacao.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Portaria nº 1.750, de 28 de novembro de 2011**. Proposição de comissão Especial *multicampi*.

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa. **Projeto Institucional**, de 16 de agosto de 2009. Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/pdi/files/2013/04/PROJETO_INSTITUCIONAL_16_AGO_2009.pdf. Acesso em 07 set. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 5, de 17 de junho de 2010.** Regimento geral da Universidade Federal do Pampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2017/12/3-regimento-geral-nova-versao.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 29, de 28 de abril de 2011.** Aprova as normas básicas de graduação, controle e registro das atividades acadêmicas. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/prograd/files/2016/06/compilado-graduacao.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 80, de 28 de agosto de 2014.** Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2018/10/res-80_2014-avaliacao-progressao-docente-alterada-pela-res-221-2.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 97, de 19 de março de 2015.** Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2010/06/res--97_2015-nde1.pdf. Acesso em: 30 jan. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 240, de 25 de abril de 2019.** Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/04/res-240_2019-tempo-maximo-integralizacao.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 253, de 12 de setembro de 2019.** Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/09/resolucao-no-253_2019-atividades-academicas-de-graduacao.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 260, de 11 de novembro de 2019.** Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/consuni/files/2019/11/res--260_2019-normas-ingresso_no_ensino_de_graduacao.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

Universidade Federal do Pampa. **Resolução nº 268, de 2 de dezembro de 2019.** Disponível em: https://sites.unipampa.edu.br/estagios/files/2020/01/res-268_2019-nova-norma-estagios.pdf. Acesso em: 05 jul. 2020.

APENDICE

Quadro 15- Tutores presenciais

Nome	Formação	Polo
Astrid Gohlke Balz	Licenciatura em Geografia/Especialista em Educação, Cultura e Cidadania	Três de Maio
Cleusa Oliveira Dornelles	Licenciatura em História! Especialização em Formação Pedagógica para Educação Técnica e Tecnológica.	Cachoeira do Sul
Edielson Cruz Silva	Licenciatura em Geografia	São Francisco de Paula
Edimara Triches	Licenciatura em Geografia/Especialista em Metodologia do Ensino da Geografia	Camargo
Erico José de Souza Santana	Licenciatura plena em Geografia. Pós em Informática Instrumental para professores da Educação Básica.	Esteio
Gefferson Silva da Silveira	Licenciatura em Filosofia; Especialista em Educação Continuada; Mestre em Filosofia	Vila Flores
Helder Sander Possamai	Licenciatura em geografia e especialização em educação ambiental	Sapucaia do Sul
Ilse Heinrich Batista	Licenciatura Plena Geografia, Especialização em Práticas Pedagógicas Interdisciplinares-Ênfase em Geografia	Panambi
Indira Escobar de Almeida César Barboza	Licenciatura em História, Especialização em Interdisciplinaridade, Pedagogia Gestora: Administração, supervisão e orientação educacional, Gestão de Polos EaD	Itaqui
Janete Schiefelbein	Curso Magistério (Habilitação Filosofia, sociologia e psicologia) Licenciatura em Pedagogia, Supervisão Escolar. Pós em Gestão Escolar, Supervisão Escolar e Orientação.	Agudo
Marcella Irion Silva Nitschke	Licenciatura em História, Pós graduação em Metodologia do ensino de história e geografia, Especialização em Educação e Mídias na Educação	Rosário do Sul
Marta Bernadete Tavares	Especialização em Metodologia do Ensino, Gestão Escolar, TICs	Sobradinho
Rosane Sausen Rumpel	Licenciatura em Pedagogia Especialização em Matemática.	Cacequi

Sabrina Emanuele de Almeida da Luz	Licenciatura em Pedagogia Especialização em Mídias da Educação e em Gestão Escolar	Gramado
Vanessa Machado Herkert	Licenciatura em Geografia/ Especialização em Metodologia do Ensino de História e Geografia.	Faxinal do Soturno
Vera Cleusa dos Santos Lima	Licenciatura em Pedagogia-Especialização em TICs e Especialização em Pedagogia Gestora: Sup.Dir. e OE	Restinga Seca

Fonte: Elaboração de Marilice Cortes, julho de 2020.

Quadro 16- Tutores a distância

Nome	Formação	Polo
Cláudia Vanderlea Parcianelo	Licenciada em História. Especialização em Educação inclusiva	Sobradinho
Dilossane Vargas da Silva	Licenciatura em História, Especialização em História, Mestrado em História Regional	Faxinal do Soturno
Dione de Lima Ribeiro Gomes	Licenciatura Plena em História.	Esteio
Estevan Rodrigues Liska	Mestre em Geografia. Licenciado e Bacharel em Geografia.	Cacequi
Gabriel Jorge Franco Betim	Licenciatura Plena em Geografia e Pós Graduação em Geografia	São Francisco de Paula
Inajara Fontella de Melo	Licenciatura plena em história	Itaqui
Jandira Elohá Lopes	Licenciatura Plena em História.	Restinga Seca
Jonivan Martins de Sá	Bacharel em Ciências Sociais, Pós-Graduando em Gestão Estratégica de Pessoas, Mestre em Filosofia, Doutorando em Educação.	Panambi
José Marcandes Andrade da Cruz	Licenciatura em Geografia / Especialização em Supervisão e Orientação Escolar	Hulha Negra
Keli Cristiane Daniel	Licenciatura em Ciências Humanas	Sapucaia do Sul
Lilian Simone Souza Pires	Licenciatura em Ciências Humanas e Pedagogia	Gramado
Lucas Avila	Licenciatura em Ciências Humanas	Agudo
Luiz Carlos de Santis Alves	Licenciatura em Geografia e Letras - Mestre em educação	Camargo
Patricia Ciocheta Roballo	Licenciatura Plena em História, Pós Graduação em História	Três de Maio

Rodrigo Ferreira Maurer	Mestre em História Licenciatura e Doutorando em História	Vila Flores
Tiago Machado da Silva	Licenciatura Plena em Geografia, Gestão de Turismo.	Panambi/ Cachoeira do Sul
Titiane Gonçalves de Moraes	Licenciatura Plena em História e Especialização em Educação Especial e Educação Inclusiva	Arroio dos Ratos

Fonte: Elaboração de Marilice Cortes, julho de 2020.

O curso conta também com uma coordenadora dos tutores, Josiane Boeira Kirinus Fernandes, que é Graduada em Informática, especialista em Formação Pedagógica para Docente da Educação Profissional e tem Mestrado em Engenharia de Produção, na área de concentração de Tecnologia da Informação. Trabalhou por 10 anos (2004 - 2014) na Universidade da Região da Campanha - URCAMP - Campus São Borja e Itaqui como professora e como responsável pela gestão da Educação a Distância do Campus de São Borja. Trabalhou como Diretora do Departamento de Informática da Prefeitura Municipal de São Borja de 2013 a 2016.